

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Lucas Teixeira Souza

Apego a Deus: considerações sobre a construção de uma figura ideal

Juiz de Fora

2024

Lucas Teixeira Souza

Apego a Deus: considerações sobre a construção de uma figura ideal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião. Área de concentração: Filosofia da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Vilmar Noé

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Lucas Teixeira.

Apego a Deus : considerações sobre a construção de uma figura ideal / Lucas Teixeira Souza. -- 2024.
99 f.

Orientador: Sidnei Vilmar Noé

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, 2024.

1. Teoria do Apego. 2. Figura de apego. 3. Deus. 4. Sublimidade.
5. Ideal. I. Noé, Sidnei Vilmar, orient. II. Título.

Lucas Teixeira Souza

Apego a Deus: considerações sobre a construção de uma figura ideal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Ciência da Religião.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidnei Vilmar Noé - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Fátima Siqueira Caropreso
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Mary Rute Gomes Esperandio
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

À minha amada Deborah, a quem sou afortunadamente apegado.
E aos nossos queridos avós (*in memoriam*), que mesmo ausentes, permanecem presentes.

Luzinete Hermínia (1940-2004)

Maurício Buldi (1946-2022)

Aureo Souza (1927-2023)

Marly Marques (1956-2023)

Adair Gaúna (1944-2023)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Deborah, por tão impensável amor, companheirismo e cuidado.

À minha família, que mesmo estando longe, se fez presente de todas as formas possíveis.

Aos meus amigos do Mato Grosso do Sul, meu estado natal, pelo apoio de sempre e por tantas boas histórias.

Às amigadas nascidas em Juiz de Fora, que transformaram esse lugar desconhecido em lar.

Aos professores do curso de Ciência da Religião da UFJF, que tanto contribuíram com a minha formação nesses dois anos.

Ao meu orientador, Professor Sidnei Noé, pelos direcionamentos e pela paciência durante todo o processo de escrita deste trabalho.

À professora Fátima Caropreso, que tão gentilmente aceitou participar tanto da minha banca de qualificação quanto de defesa. Muito obrigado.

À professora Mary Esperandio, que me apresentou a Teoria do Apego e me presenteou com a sua participação em minha banca de defesa. Agradeço imensamente.

À Professora Anna Ribeiro, por tamanha receptividade e por generosamente me ajudar pelo simples prazer em fazer o bem. Sou extremamente grato.

Ao professor Filício Mulinari, que tanto me ensina em suas aulas e em suas ações. Amigo e inspiração.

À professora Marcia Chemin, tanto pela leitura quanto pelas sugestões relacionadas ao conteúdo da dissertação. Agradeço também o incentivo e o apoio no período anterior à defesa.

À CAPES, que financeiramente viabilizou essa pesquisa.

Deus é construído como uma figura de apego, e não apenas como qualquer figura de apego, mas de fato como a *ideal* – aquela “que está sempre presente” e cuja benevolência, conhecimento e poder são nada menos que a perfeição (Granqvist, 2020, p. 62).

RESUMO

Este trabalho procurou elucidar, a partir da Teoria do Apego voltada à religião, condições presentes e relevantes na composição de uma divindade que possa ser considerada figura de apego ideal. Mais detidamente restrita ao cenário cristão, a pesquisa tencionou captar os elementos necessários na relação entre Deus e o crente, para que Deus efetivamente atue como figura de apego ideal. Foram abordados temas como os atributos divinos, os tipos de apego que um indivíduo pode desenvolver, a influência do contexto imediato onde a pessoa religiosa está inserida e a informação cultural que recebe de seu entorno social. Metodologicamente, foi feita a opção pela investigação bibliográfica, tendo como eixo principal o entendimento de Pehr Granqvist a respeito da conexão apego-religião. O estudo objetivou demonstrar que para a divindade cristã atingir a perfeição enquanto figura de apego, além das suas características exaltadas, é fundamental que o lado humano desse relacionamento apresente um certo alinhamento de variáveis. À vista disso, foi argumentado que a sublimidade do ser divino depende de um complexo arranjo, que envolve tanto aspectos biológicos quanto ambientais e culturais da pessoa que o cultua.

Palavras-chave: Teoria do Apego. Figura de apego. Deus. Sublimidade. Ideal.

ABSTRACT

The purpose of this work is to explain the relevant conditions present in the composition of an ideal attachment figure deity. The theoretical framework is the attachment theory focused on religion within the Christian scenario. The necessary elements in the relationship between God and the believer are explained so that God effectively functions as an ideal attachment figure. Topics addressed include divine attributes, types of attachment individuals can develop, immediate contextual influences in which the of religious individual, and the cultural influences of the social environment. The chosen methodology was bibliographic research, with Pehr Granqvist's understanding of the attachment-religion connection as the central theme. The study demonstrated that for the Christian deity to achieve perfection as an attachment figure, in addition to the exalted characteristics, the human side of the relationship must have a certain alignment of variables. It was respectively argued that the sublimity of the divine being depends on a complex arrangement involving biological, environmental and cultural aspects of the worshipper.

Keywords: Attachment Theory. Attachment figure. God. Sublimity. Ideal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. BREVE PERCURSO DA TEORIA DO APEGO: DO INÍCIO À ABORDAGEM DA RELIGIÃO	16
1.1 John Bowlby e a constituição da Teoria do Apego	16
1.1.1 A Teoria do Apego e a Psicanálise a partir de Bowlby	21
1.1.2 Principais conceitos desenvolvidos por John Bowlby	27
1.2 Mary Ainsworth e suas influentes contribuições para o estudo do apego	33
1.2.1 A Situação Estranha e a categorização dos tipos de apego	34
1.3 A gênese da Teoria do Apego voltada à religião	42
2. APEGO A DEUS – CONSTRUINDO PARCIALMENTE A FIGURA IDEAL	46
2.1 Deus efetivamente pode ser entendido como uma figura de apego?	46
2.1.1 A proposta de categorização com o auxílio de Wittgenstein e Rosch	51
2.2 Atributos e funções de Deus	54
2.3 Sobre a busca e a manutenção do relacionamento de apego com Deus – uma breve consideração a respeito da oração	62
3. APEGOS E TRILHAS – UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS	65
3.1 Trilha da correspondência	65
3.1.1 Correspondência socializada	72
3.1.2 A correspondência socializada na conexão apego-religião	74
3.1.3 A correspondência pelo modelo de trabalho interno	75
3.2 Trilha da compensação	81
3.2.1 A trilha da compensação e a religião	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
BIBLIOGRAFIA	92

INTRODUÇÃO

A Teoria do Apego é uma teoria psicológica que examina um traço humano que nos é fundamental, e que também está presente em toda a ordem dos primatas e na classe dos mamíferos, a saber, a vocação para estabelecer vínculos relacionais afetivos (Granqvist, 2020, p. 44). Mas não está interessada em todas as relações. Seu foco se volta às principais conexões que um indivíduo integra e que são capazes de esculpir de forma determinante as suas ações e a sua convivência social posterior.

Inicialmente, a teoria estava circunscrita ao estudo do elo constituído entre o bebê e a pessoa responsável pelo seu cuidado, mas foi se expandindo e passou a abranger possibilidades como o relacionamento romântico e a ligação entre crentes religiosos e a divindade que veneram. Resumidamente, pode ser dito que

a teoria do apego é uma teoria fundamentalmente psicológica. Foi desenvolvida inicialmente como uma teoria do desenvolvimento social infantil, concentrando-se particularmente nas maneiras pelas quais a experiência com os cuidadores molda o comportamento e as relações sociais subsequentes; não foi de forma alguma desenvolvido especificamente com o propósito de descrever ou explicar a religião. A aplicação da teoria à religião ilustra assim o processo de importação da teoria da psicologia para o estudo da religião e oferece um contexto teórico para a compreensão da religião em termos dos mesmos processos e princípios que outros domínios da motivação, emoção e comportamento (Kirkpatrick, 2005, p. 18).

É especificamente a interação entre Teoria do Apego e religião que viabiliza essa pesquisa. Entendendo que uma divindade – ou várias divindades – pode ser considerada como figura de apego¹ para os que nela creem, muito nos importa o modo como essa relação se desenvolve e quais são as suas possibilidades e os seus limites.

Porém, longe de cogitar oferecer respostas para esses temas amplos, complexos e de desvendamento contínuo, este trabalho se propõe a investigar tão somente aspectos relevantes na composição do deus cristão como figura de apego. Dito de forma mais precisa, amparado na

¹ De modo direto, “a *figura de apego* protege e cuida da pessoa apegada. A expressão *figura de apego* diz respeito à pessoa que assume um papel significativo na relação que se estabelece com aquela que recebe cuidado” (August; Esperandio, 2020, p. 301 – grifo no original).

Teoria do Apego voltada ao estudo da religião, o objetivo do presente estudo é analisar como Deus é construído enquanto figura de apego *ideal*².

O foco da pesquisa se direciona aos aspectos envolvidos na elaboração cognitiva de uma figura tão exaltada. Se Deus efetivamente pode ser considerado uma figura de apego ideal, e se assim ele é percebido pelo indivíduo que nele crê, de que forma esse processo ocorre e o que pode dificultar, ou até mesmo impedir, a concretização dessa assimilação?

Para alcançar tal objetivo, essa dissertação se limita, predominantemente, como reportado acima, ao contexto cristão e ocidental. Um dos motivos para essa demarcação é o fato da maior parte das pesquisas que envolvem o duo apego-religião estarem dentro dessa conjuntura, ainda que essa realidade esteja mudando de forma vertiginosa. Outra razão, talvez a mais definidora, é a própria escolha do tema – Deus como figura de apego ideal –, que já comporta em si referência à divindade característica do cristianismo, e cuja investigação leva a autores que estão apontando exatamente para essa construção do ser divino, ao tratar do assunto.

É precisamente por isso que foi feita a opção por utilizar a palavra “Deus” como um nome próprio, portanto, com inicial maiúscula. A alusão é sempre à divindade cristã, logo, a um ser distinguível, identificável. Outro fator significativo é que os autores que serão discutidos nesse trabalho também escrevem o termo como um substantivo próprio, especificando a quem se designa. Isso poderá ser visto nas diversas citações que fazem parte dessa dissertação. Além do mais, é importante ter em mente que “Deus” é o nome pelo qual os crentes nessa divindade costumam identificá-lo, o que ajuda a reforçar a decisão pelo uso da primeira letra com a grafia em maiúsculo.

Nota-se, no entanto, que ao falarmos de Deus como figura de apego, mesmo no cenário delimitado, é necessário tomar algum cuidado na interpretação, pois o cristianismo contém outras personagens, como Jesus e Maria, que podem acabar desempenhando a função de objeto de apego. Ainda que neste trabalho seja empregado recorrentemente o vocábulo “Deus”, é

² No presente estudo, ao se aplicar o termo *ideal* adjetivando a sentença “Deus como figura de apego”, ou em qualquer situação que faça referência a esse sentido, o entendimento que se objetiva atribuir é o de *perfeição*, de uma figura de apego que cumpre todos os requisitos de modo supremo. Não se pretende a acepção fantástica, quimérica ou imaginária, que a expressão também comporta. Assim sendo, a utilização tenciona o significado equivalente a “perfeito, exemplar, modelar, melhor”, que pode ser encontrado no Dicionário da Língua Portuguesa (2012, p. 869).

fundamental estar ciente dessa questão de fundo. Essa mesma colocação pode ser articulada da seguinte forma:

É importante observar que outras figuras religiosas podem desempenhar esse papel de relacionamento além ou no lugar de “Deus”. Em algumas tradições cristãs (especialmente as evangélicas), é com Jesus que se mantém uma relação ativa no dia-a-dia, enquanto “Deus, o Pai” é representado como uma figura de fundo mais distante. No catolicismo, Maria tipicamente representa as “funções maternas” relacionadas ao apego. Fora do cristianismo, os mundos de diferentes grupos de crentes são habitados por uma variedade de deuses e outras divindades, muitos dos quais podem funcionar como figuras incorpóreas de apego [...] refiro-me ao “apego a Deus”, mas deve-se entender que, em alguns casos, outra figura religiosa, ou apenas um ou alguns dos personagens de Deus, pode preencher esse papel (Granqvist, 2020, p. 351-352).

Indo adiante, também é relevante destacar que, eventualmente, trechos de textos bíblicos serão reproduzidos para a ilustração de determinado argumento. Com isso, porém, não se ambiciona equiparar asserções bíblicas e científicas. Não há qualquer pretensão de julgar a veracidade das afirmações contidas nas passagens citadas, ou de fazer análise teológica a respeito. A forma de aproximação aos referidos excertos se dá via categorias disponibilizadas pela Teoria do Apego e que serão apresentadas no decorrer do texto. Essa é, de fato, uma prática comum entre os estudiosos do apego ligado à religião³.

O entendimento prévio, é que a Bíblia é uma fonte rica para mostrar como o indivíduo religioso percebe Deus e a sua relação com ele. É com o objetivo de captar esse sentido relacional que as ferramentas de análise fornecidas pela teoria vão servir de auxílio. Cabe ainda salientar que as citações bíblicas são todas retiradas da *Bíblia de Jerusalém*. Trata-se de uma tradução diretamente dos idiomas originais ao português, e detém boa aceitação, no que se refere à sua fidedignidade.

Quanto ao conteúdo veiculado na presente exposição, três obras e seus respectivos autores são basilares na construção argumentativa. Para o panorama histórico da Teoria do Apego, o livro *Cornerstones of attachment research*, escrito por Robbie Duschinsky (2020), servirá de referência principal, conduzindo a narrativa dos fatos desde o começo da teoria até as primeiras interações com o fenômeno religioso.

³ Como exemplo, os dois livros sobre a Teoria do Apego e a religião mais utilizados nessa dissertação, escritos por Kirkpatrick (2005) e Granqvist (2020), e que são mencionados logo abaixo, trazem diversas citações de trechos da Bíblia, além de canções e poemas religiosos.

Na conexão entre o apego e a religião, por sua vez, as produções capitais são *Attachment, evolution, and the psychology of religion*, cuja autoria é de Lee Kirkpatrick (2005), e *Attachment in religion and spirituality: a wider view*, da pena de Pehr Granqvist (2020). Dito isso, é vital sublinhar que, dos três pesquisadores, Granqvist é o pensador que embasa mais substancialmente este trabalho.

No que diz respeito ao ordenamento interno, essa dissertação é constituída por três capítulos. No primeiro, a atenção se volta à trajetória da Teoria do Apego, optando por um itinerário que vai de sua formação, ao contato com a religião. Predominantemente, são trazidas algumas das contribuições de John Bowlby e Mary Ainsworth à teoria, ressaltando, principalmente, os conceitos que ambos desenvolveram, e que serão importantes ao longo do texto.

O capítulo de número dois trata mais especificamente do assunto principal, que é Deus como figura de apego ideal. Nessa seção, serão discutidas questões como a viabilidade de Deus poder ou não ser efetivamente compreendido como uma figura de apego, e a relevância dos atributos e funções, que são conferidos a essa divindade.

Finalizando, o terceiro capítulo abordará diferenças individuais que, de acordo com a Teoria do Apego, influenciam na construção de Deus como figura de apego ideal, pois interferem diretamente na forma como a pessoa experiencia a sua relação com o ser divino. A intenção primária é a de demonstrar que a *sublimidade*⁴ de Deus, nos moldes aqui propostos, é relativizada pelo tipo de apego majoritário que o indivíduo apresenta.

Antes de darmos continuidade, contudo, é essencial que sejam feitas algumas considerações metodológicas. Neste estudo foi feita a escolha pela abordagem qualitativa, que “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2014, p. 57). Ou, de forma mais integral:

Uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas

⁴ De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, *sublimidade* pode ser definida como “qualidade do que é sublime, elevação, perfeição, excelência” (2012, p. 1496). Optou-se por *sublimidade* ao invés de *idealidade*, pelo fato da definição do segundo termo não abarcar o sentido que se pretende, nesse trabalho, ao falar de *ideal* (cf. nota 2). Segundo o mesmo dicionário, *idealidade* é a “qualidade daquilo que existe apenas como ideia, fantasia, devaneio, imaginação” (2012, p. 869).

(ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teorias ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados (Creswell, 2007, p. 35).

Creswell ainda informa que, em um trabalho qualitativo, “o investigador pode gerar uma teoria durante o estudo e colocá-la no final do projeto, como ocorre na teoria baseada na realidade. Em outros estudos qualitativos, ela vem no começo e fornece uma lente que molda o que é visto e as indagações feitas” (2007, p. 130). É precisamente o segundo procedimento que será perseguido aqui. A Teoria do Apego servirá de direcionamento na tentativa de compreender o processo de construção de Deus como figura de apego ideal.

Também é possível classificar essa dissertação como pesquisa básica, no que se refere à sua natureza. A investigação discute um dos aspectos teóricos da Teoria do Apego, e o “seu objetivo é apenas trazer novos conhecimentos sem, necessariamente, trazer alguma aplicação ou prática prevista” (Barbosa; Costa, 2015, p. 35).

O estudo do apego a Deus já está estabelecido no âmbito acadêmico, com inúmeras publicações desde o seu surgimento, em 1990. Para os pesquisadores da área, não há dúvida de que Deus possa operar como figura de apego e, possivelmente, a ideal. Mas, por vezes, essa admissível sublimidade de Deus tem sido descrita em determinados trechos nos quais são destacados meramente os seus atributos e as suas ações⁵.

⁵ Kirkpatrick (2005), por exemplo, diz que “em praticamente todos os estudos analíticos fatoriais publicados, independentemente dos tipos específicos de itens utilizados, o primeiro (e maior) fator a emergir reflete invariavelmente a ideia de Deus como amoroso, atencioso e benevolente” (p. 81). Então, o autor menciona, brevemente, alguns desses estudos e destaca a ampla prevalência de fatores que continham itens como: protetor, forte, útil, quem dá conforto, refúgio caloroso, quem cuida de mim com amor, sempre de braços abertos, entre outros. Em seguida, Kirkpatrick completa: “*Seria difícil escrever uma lista de características que melhor descrevesse uma figura de apego ideal*” (p. 82 – grifo próprio). Já Granqvist (2020), em um dos trechos de seu livro, diz: “como Deus é tipicamente concebido como uma figura de apego ‘ideal’, que não é apenas vigilante, mas também benevolente e protetor, as pessoas religiosas deveriam estar naturalmente inclinadas a ‘cooperar’ (ou cumprir) com os pedidos percebidos de Deus” (p. 249). E, em outro excerto, pode ser lido que “Deus, ou alguma outra figura não humana, pode ser selecionado como alvo de apego, com a vantagem de não desmentir as expectativas persistentes do indivíduo em relação a respostas benevolentes. Tal alvo pode ser dotado mentalmente pelo observador de quaisquer atributos necessários para satisfazer as necessidades não satisfeitas de segurança e proteção do indivíduo que sofre. Comparado com outros

Surgem, então, questões a este respeito. Será que os pesquisadores realmente pensam dessa forma, e que se tratam simplesmente de atributos? A suposição é a de que não seja esse o caso, tendo em vista a riqueza conceitual da teoria e as condições relacionais para que se estabeleça uma figura como sendo de apego. Logo, retomando o problema de pesquisa, como seria possível identificar Deus, de fato, como figura de apego ideal?

Para responder essa pergunta final, optou-se pela condução desse trabalho por um caminho parcialmente exploratório e parcialmente descritivo. Certamente, trata-se de um estudo exploratório, uma vez que “essa modalidade de pesquisa visa a formulação de problemas ou hipóteses novas, podendo criar, clarificar ou criticar conceitos. Volta-se para a pesquisa de algum problema pouco estudado” (Barbosa; Costa, 2015, p. 32-33). Nesse sentido, espera-se elucidar uma ideia, qual seja, a da sublimidade de Deus.

Propõe-se, ainda, a ser descritivo, na medida em que apresenta e conecta variáveis, intencionando uma melhor sustentação argumentativa. Está alinhado com o entendimento de Barbosa e Costa, quando estes afirmam que “o objetivo desse tipo de pesquisa é descrever as características de determinado fenômeno (crença, procedência ou método filosófico) ou estabelecer relações entre as variáveis” (2015, p. 33).

O procedimento adotado para essa investigação foi exclusivamente o estudo bibliográfico, cuja elaboração se dá

a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites sobre o tema a estudar. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 31-32)

No entanto, não significa uma simples reprodução de trabalhos já existentes. Nessa linha, Lakatos e Marconi indicam que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já

substitutos de apego concebíveis, Deus talvez seja o ideal. O processo de evolução cultural que esculpiu o Deus das religiões teístas tem sido um trabalho em progresso há milênios e foi concebido para satisfazer tais necessidades. Consequentemente, acredita-se que o amor de Deus está em toda parte; é infinito, perfeitamente potente e incondicional. Para completar, os comportamentos de Deus são tão sutis – na verdade invisíveis – que nunca precisam frustrar até mesmo as mais altas expectativas (p. 177).

foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem” (2003, p. 183). Em termos diretos, pode ser dito que nessa forma de proceder,

utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122)

Como último realce, é fundamental explicar que a revisão dos textos trabalhados foi feita de maneira não sistematizada, também chamada de revisão narrativa ou tradicional da literatura⁶. Em sentido amplo, se refere a

uma revisão qualitativa que fornece sínteses narrativas, compreensivas, de informação publicada anteriormente. Usualmente os resultados são apresentados em formato condensado [...] constituem instrumentos educativos úteis dado juntarem muita informação num formato legível, e apresentarem uma perspectiva alargada do tópico em revisão. São estudos apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista contextual (Ribeiro, 2014, p. 676).

Considerando que essa dissertação é, concretamente, uma produção na área da Ciência da Religião, e está inserida na linha de pesquisa *Filosofia da Religião*, o entendimento prévio é que essas decisões metodológicas são adequadas para cumprir com o propósito de identificar e discutir conceitos da Teoria do Apego que contribuem para a formação da noção de Deus enquanto figura de apego ideal.

⁶ O que, assim como toda escolha, portanto, também a metodológica, é uma opção que comporta pontos positivos e negativos. “A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva” (Cordeiro, et al., p. 429-430, 2007).

1. BREVE PERCURSO DA TEORIA DO APEGO: DO INÍCIO À ABORDAGEM DA RELIGIÃO

A proposta desse capítulo inicial é a de expor a história da Teoria do Apego, desde o seu início, com John Bowlby, até as primeiras interações com a religião, através de Phillip Shaver e Lee Kirkpatrick. Não se trata, contudo, de um relato exaustivo, que visa esgotar o assunto. O objetivo é tão somente que se tenha nitidez suficiente da trajetória que a teoria percorreu, e dos principais conceitos desenvolvidos no período. Se essa tarefa for exitosa, muito do que será abordado nos capítulos 2 e 3 terá como pano de fundo os temas aqui apresentados.

Deve-se considerar, ainda, que o conteúdo selecionado para compor o presente capítulo não pretende revelar aspectos da história da Teoria do Apego como um todo. Tanto as questões referentes aos estudos originais do apego – nomeadamente, a relação estabelecida entre o bebê e o seu cuidador – quanto de qualquer outra variação posterior, são trazidas apenas na medida em que os seus desenvolvimentos e os conceitos que daí resultam, influenciaram o surgimento e estabelecimento da vertente relacionada à religião da teoria. Trata-se, realmente, de um caminho que vai dos estudos iniciais de Bowlby às pesquisas voltadas à religião.

Isso posto, essa parte do trabalho está estruturada em três tópicos principais, com suas respectivas subdivisões. O primeiro item focaliza Bowlby e as suas contribuições pioneiras, enquanto o segundo destaca o trabalho valioso de Mary Ainsworth, e o terceiro, de tamanho reduzido, discorre sobre o início da interrelação apego-religião.

1.1 John Bowlby e a constituição da Teoria do Apego

John Bowlby (1907-1990) nasceu em Londres, na Inglaterra. Se formou em 1928, no *Trinity College*, em Cambridge, “onde recebeu rigoroso treinamento científico e alguma instrução no que hoje é chamado de psicologia do desenvolvimento” (Bretherton, 1992, p. 759). Após isso, atuou por seis meses em uma escola para crianças com distúrbios emocionais e comportamentais, antes de iniciar o seu estudo em medicina, em 1929, no *University College Hospital* (Bowlby, 1981, p. 2).

Após concluir a sua qualificação em medicina, Bowlby passou ainda mais dezoito meses aprendendo psiquiatria voltada à adultos, no *Maudsley Hospital*, tendo sido um dos primeiros alunos de Aubrey Lewis. Já na parte final do seu período de formação, a partir de 1936, ele fez também capacitação e trabalhou na *London Child Guidance Clinic* (Bowlby, 1981, p. 2).

Paralelamente a isso, antes mesmo de finalizar a educação em medicina, Bowlby começou simultaneamente os seus estudos para se tornar psicanalista, e os continuou enquanto esteve no *Maudsley Hospital*. Para cumprir o seu objetivo, esteve na *British Psychoanalytical Association*, onde ficou sob a supervisão de especialistas como Nina Searl, Ella Sharpe e Melanie Klein. Por fim, em 1937, aos 30 anos, Bowlby havia concluído a sua formação como psiquiatra infantil e psicanalista.

Juntamente com o seu estudo formal em medicina e mediante seu entusiasmo para com a psicologia, a atuação profissional de Bowlby teve como fatores determinantes os períodos em que passou nas já mencionadas escola para crianças com distúrbios e na *London Child Guidance Clinic*. Nesses lugares, ele se deparou com crianças com dificuldade para manter vínculos afetivos, emocionalmente distantes e com histórico de problemas de relacionamento com a mãe ou a cuidadora substituta ao longo de seus primeiros anos de vida. Podemos ver um resumo desse processo nas palavras de Bowlby:

Além da formação médica e do interesse pela psicologia, minha escolha de carreira foi determinada pelo que vi e ouvi durante os seis meses que passei em uma escola para crianças com distúrbio [...] Como resultado de minhas experiências na escola para crianças com distúrbio e na *London Child Guidance Clinic*, onde treinei e trabalhei desde 1936, fiquei convencido de que muitos dos problemas com os quais fui confrontado, tanto em crianças como em adultos, tinham sua origem em relacionamentos defeituosos e às vezes rompidos entre o paciente e seus pais [...] decidi concentrar-me nos problemas emocionais e comportamentais resultantes da separação prolongada das crianças pequenas de seus pais [...] embora fosse apenas uma correlação, as histórias muito detalhadas que consegui obter em alguns casos me levaram a acreditar que a associação era verdadeiramente causal (1981, p. 2).

Quando as ideias de Bowlby estavam ainda florescendo, teve início a II Guerra Mundial (1939-1945), que o manteve ocupado por cinco anos como psiquiatra militar. Nesse tempo, esteve em contato com Eric Trist, a quem considerava “um psicólogo clínico e social de grandes dons” (Bowlby, 1981, p. 3), além de Wilfred Bion, Jock Sutherland e Bem Morris, aos quais se associou no planejamento do direcionamento que seria dado a *Tavistock Clinic* no pós-guerra.

O próprio Bowlby definiu esses anos como “inestimáveis para me proporcionar uma educação de pós-graduação em psicologia e método de pesquisa” (1981, p. 3).

Em 1946, após ter deixado o exército, Bowlby assume a gestão do departamento infantil da *Tavistock Clinic*, dando-lhe o novo nome de Departamento para Crianças e Pais⁷. Lá teve como seu primeiro auxiliar James Robertson, um assistente social que já havia trabalhado com Anna Freud, e que tinha familiaridade com o estudo do desenvolvimento da personalidade em crianças pequenas que passaram pela separação de suas figuras maternas (Bowlby, 1981, p. 3).

Robertson foi de grande importância para o começo do que viria a se tornar a Teoria do Apego. Ele fez diversas visitas a creches e hospitais de longa estadia, registrando as suas observações e até filmando diversos casos de crianças, de 1 a 4 anos, que foram separadas de seus pais ou cuidadores⁸. Seu trabalho ajudou na formulação das primeiras generalizações das ações percebidas nas crianças que passavam pelo processo de separação. Robertson e Bowlby defendiam que o afastamento da criança de seu ambiente familiar habitual poderia ocasionar sérios e duradouros danos à personalidade das crianças, e que isso poderia se acentuar com a proibição da presença materna durante o período de hospitalização⁹. Sobre a importância de Robertson, Bowlby diz:

Robertson continuou suas observações e também fez um registro em filme de uma criança durante uma internação de oito dias no hospital. Este filme, *Uma criança de dois anos vai ao hospital* (1952), fornece uma ilustração vívida das respostas angustiantes que estávamos estudando. Suas observações detalhadas, feitas em uma amostra heterogênea de casos, foram os dados sobre os quais, em conjunto, generalizamos a sequência de respostas comumente observadas quando uma criança pequena é cuidada por pessoas estranhas em ambientes estranhos – primeiro, protesto e tentativa de recuperar a mãe; em segundo lugar, o desespero de fazê-lo e a depressão; e, finalmente, o

⁷ *Department for Children and Parents*.

⁸ Aqui será dado um painel bastante geral da história da evolução da Teoria do Apego em si. O foco recairá mais nos principais conceitos da teoria e menos no contexto em que floresceu. Deve-se, contudo, ter em mente que haviam razões, sobretudo práticas, para a preocupação com os efeitos no desenvolvimento infantil que a perda e a separação dos cuidadores poderiam ocasionar. Não só Bowlby e seus colaboradores, mas diversos estudiosos estavam atentos ao tema. Em um trecho que resume a conjuntura da época, principalmente inglesa, Granqvist diz: “uma razão importante pela qual a mensagem de Bowlby foi tão amplamente difundida, foi que as experiências de separação das crianças eram comuns na época em grande parte do mundo ocidental. Para além das separações relacionadas com a guerra, as crianças eram enviadas para cuidados institucionais devido a (supostos) maus-tratos nas suas casas de origem; as crianças eram enviadas para internatos para obterem educação adequada, enquanto os seus pais podiam trabalhar horas ilimitadas; e as crianças foram separadas de seus pais durante as internações hospitalares - os cuidadores não eram autorizados a frequentar os hospitais” (2020, p. 14). De todo modo, para compreender em profundidade a história da Teoria do Apego, Duschinsky (2020) faz um excelente trabalho em seu livro *Cornerstones of Attachment Research*.

⁹ Para um panorama da pesquisa, ver Robertson (1962).

distanciamento emocional dela. Além disso, chamamos a atenção para o medo agudo da criança após retornar para casa com receio de ser mandada embora novamente (1981, p. 3).

Segundo Bowlby, não há dúvidas de que são diversas as variáveis que influenciam o modo como a criança responde a um evento de separação; mas ele estava convencido de que o elemento mais importante era a perda da figura materna. Ele notou ainda, em seu atendimento clínico, que adolescentes e adultos respondiam à separação e à perda de modo similar às crianças pequenas. Diante de tantos casos estudados, ele inferiu que “essas semelhanças não foram acidentais, mas refletiram uma verdadeira identidade de resposta que superava todas as diferenças de idade” (Bowlby, 1981, p. 4). Concluiu, então, que para captar o que acontece nessas situações com os seres humanos, “a primeira tarefa da teoria era compreender a natureza do vínculo da criança com a mãe” (Bowlby, 1981, p. 4).

Em 1951 Bowlby teve contato pela primeira vez com o trabalho de Konrad Lorenz. A partir daí aprofundou o seu conhecimento em etologia, pois julgou haver ali afinidade entre as questões que os pesquisadores abordavam no estudo de diversas espécies animais, e a que ele mesmo dedicava atenção, só que em seres humanos. O próprio Bowlby se refere a esse momento da seguinte forma:

Durante o verão de 1951, um amigo me mencionou o trabalho de Lorenz sobre as seguintes respostas de patinhos e gansos, e isso me levou à etologia. Aqui encontrei um mundo novo, no qual cientistas de alto calibre investigavam em espécies não-humanas muitos dos problemas com os quais eu lutava nos seres humanos, em particular as relações relativamente duradouras que se desenvolvem em muitas espécies, primeiro entre jovens e pais, e mais tarde entre pares acasalados, e algumas das maneiras pelas quais estes desenvolvimentos podem dar errado. Além disso, grande parte do seu trabalho baseava-se em observações de campo de animais realizando suas atividades diárias. Entre outras coisas, o seu trabalho mostrou que, em algumas espécies animais, um forte vínculo com uma figura materna individual poderia desenvolver-se sem a intermediação de alimentos, que poderia se desenvolver rapidamente durante uma fase sensível no início da vida e que tenderia a perdurar. Isto proporcionou um modelo alternativo a ser considerado, que apresentava uma série de características que pareciam possivelmente se adequar ao caso humano. A partir daquele momento eu estava em um novo caminho (1981, p. 4).

A psiquiatria – sobretudo infantil –, a psicanálise e a etologia estão, portanto, entre as principais fornecedoras de conteúdo para John Bowlby na formulação inicial da Teoria do Apego. Ressalta-se, contudo, que essa posição de destaque também precisa ser dispensada à

Teoria da Evolução¹⁰. A respeito do conceito em si, a primeira vez que Bowlby fez uso do termo *apego* em uma publicação foi no ano de 1956, em um artigo com colaboradores, entre os quais estava Mary Ainsworth, e cujo título é *The effects of mother-child separation: a follow-up study*.

Pesquisadores como Duschinsky (2020) e van der Horst e van der Veer (2010) sugerem, no entanto, que o uso desta expressão, em sentido próximo ao de Bowlby, remonta a Ian Suttie (1935). Ao falar sobre a relação entre a mãe e o bebê, Suttie propõe:

Em vez de um armamento de instintos – latentes ou não – que o levariam a tentar, por si mesmo, coisas impossíveis aos seus poderes ou mesmo indesejáveis, ele nasce com um simples apego à mãe, que é a única fonte de alimento e proteção [...] temos agora de considerar se esse apego à mãe é apenas a soma das necessidades e satisfações corporais infantis que se referem a ela, ou se *a necessidade de uma mãe é apresentada à mente da criança principalmente como uma necessidade de companhia e como um desconforto no isolamento* (1935, p. 15-16, grifo no original).

Contudo, não há, pelo menos até agora, nenhum registro textual conhecido que indique que Bowlby tenha tomado ciência do assunto através de Suttie. Ao invés disso, Duschinsky (2020) rastreou a primeira interação verificável de Bowlby com o termo *apego* em anotações que datam de 1942, e que foram feitas em seu exemplar do livro *Young children in war-time*, escrito por Dorothy Burlingham e Anna Freud (1942). De acordo com Duschinsky (2020, p. 8), Bowlby sublinhou e destacou diversos trechos, além de marcar a expressão em todos os lugares recorrentes no livro¹¹.

De todo modo, entre os trabalhos acadêmicos mais importantes de Bowlby com relação a Teoria do Apego, podem ser destacados os artigos *Nature of the child's tie to his mother* (1958) e *Separation anxiety* (1960), a sua trilogia intitulada *Attachment and Loss* (1969; 1973; 1980) e, ainda, o livro *A secure base: clinical applications of Attachment Theory* (1988), onde o autor aborda as implicações clínicas e terapêuticas da teoria.

Aprofundamentos históricos, a respeito da Teoria do Apego como um todo, podem ser encontrados em variados autores, como os já citados Duschinsky (2020) e van der Horst e van der Veer (2010), além de Bretherton (1992), Holmes (1993), Karen (1994), van Dijken (1998)

¹⁰ Bowlby, por exemplo, aponta explicitamente a influência da Teoria da Evolução em seu pensamento ao afirmar que a Teoria do Apego “é uma descendente direta da teoria delineada por Darwin em *A origem das espécies*” (1969, p. 171).

¹¹ Duschinsky (2020, p. 8) informa, na nota de rodapé de número 45, que o referido exemplar de Bowlby, do livro de Dorothy Burlingham e Anna Freud, está guardado na biblioteca da *Human Development Scotland*, assim como uma parte considerável de seu acervo particular.

e van der Horst (2011), por exemplo. Os dois principais livros utilizados nos capítulos 2 e 3 dessa dissertação, de Kirkpatrick (2005) e Granqvist (2020), também trazem boas sínteses da Teoria do Apego de Bowlby até o desenvolvimento da pesquisa voltada à religião. Por fim, duas excelentes ferramentas para investigar os conceitos da teoria, são os livros *Handbook of Attachment: theory, research, and clinical applications* (Cassidy; Shaver, 2016) e *Attachment: the fundamental questions* (Thompson; Simpson; Berlin, 2021).

Com o intuito de não desviar demasiadamente do foco principal, até aqui foi delimitada uma paisagem bastante simples e limitada dos primórdios da Teoria do Apego. Um outro ponto, contudo, merece um olhar mais atento: a relação de Bowlby com a psicanálise. Também não nos demoraremos nesse tópico, mas é importante ter uma boa compreensão de alguns encontros e desencontros dessas duas perspectivas teóricas a partir de John Bowlby.

1.1.1 A Teoria do Apego e a Psicanálise a partir de Bowlby

Com o seu treinamento em Psicanálise e a sua atuação como psicanalista clínico, não é surpresa que as ideias centrais de John Bowlby tenham sido influenciadas sobremaneira por essa perspectiva teórica. Apesar dos desacordos com alguns conceitos da psicanálise clássica, a Teoria do Apego, em Bowlby, apresenta afinidades com outras noções psicanalíticas. Lay (et al., 1995) traz, de modo conciso, cinco perspectivas presentes na psicanálise e que se mantêm na então nova teoria proposta por Bowlby¹². De acordo com Lay:

Apesar de discordar de elementos importantes da teoria psicanalítica clássica, John Bowlby considerou muitas das ideias de [Sigmund] Freud sobre as relações entre bebê-cuidador e adulto-adulto como insights genuínos. Entre as mais importantes dessas proposições estão: (1) que os bebês têm uma vida

¹² Um texto curto, mas bastante interessante a respeito da interação entre a Teoria do Apego e a Psicanálise, principalmente contemporânea, é o de Morris Eagle (2000), intitulado *The developmental perspectives of attachment and psychoanalytic theories*. Logo no início o autor já indica como percebe essa conexão: “em um certo sentido, distinguir entre a teoria do apego e a teoria psicanalítica de modo excessivamente nítido pode ser algo enganador, na medida em que é possível entender a teoria do apego como um tipo particular de teoria psicanalítica contemporânea ou, mais especificamente, como um tipo particular de teoria das relações objetais. Apesar das suas estreitas ligações, contudo, existem diferenças suficientes entre a teoria do apego e a teoria psicanalítica contemporânea, num sentido genérico – em influências, métodos e tradições –, para tornar útil compará-las” (p. 123). Eagle ainda escreveu um livro a respeito, que tem como título *Attachment and Psychoanalysis* (2013). Outra referência de destaque é o artigo de Peter Fonagy (1999), chamado *Points of contact and divergence between psychoanalytic and attachment theory: is psychoanalytic theory truly different*.

social e emocional complexa; (2) que as primeiras experiências podem ter implicações ao longo da vida; (3) que as representações mentais das primeiras experiências medeiam os efeitos sobre o comportamento e o desenvolvimento posteriores; (4) que os processos defensivos desempenham um papel na regulação do afeto; e (5) que a perda de uma figura de apego em qualquer idade é uma emergência e o luto é um processo que desempenha uma função adaptativa de regulação do afeto (p. 179).

Isto posto, focaremos nossa atenção em três dos aspectos da psicanálise onde Bowlby enxergava haver problemas, designadamente, “um fraco reconhecimento das experiências familiares reais na formação da psicologia infantil; uma explicação equivocada das causas dos elementos incompatíveis na mente humana; e uma fusão de ações auto preservativas e sexualidade” (Duschinsky, 2020, p. 9).

A respeito do primeiro ponto, o reconhecimento das experiências familiares reais, Bowlby chegou a dizer, no seu relato retrospectivo, que iniciou os estudos em psicanálise convicto de que Sigmund Freud “atribuía os problemas emocionais de seus pacientes às experiências traumáticas que eles tiveram dentro de suas famílias de origem durante os primeiros anos” (1981, p. 2)¹³. Bowlby, aos poucos, foi se dando conta de que Freud já não mais endossava essa opinião há muito tempo. Ao invés de realçar os eventos importantes que ocorrem na realidade, Freud passara a imputar os problemas emocionais de seus pacientes à fantasia, e essa perspectiva freudiana permaneceu como a visão dominante na psicanálise, “até recentemente”¹⁴ (1981, p. 2).

É necessário ter ciência de que John Bowlby estava de acordo com a ideia de que a fantasia desempenha papel importante nos afetos da pessoa. Sua percepção, porém, era que se fazia uma supervalorização deste aspecto, enquanto os efeitos provenientes das experiências biográficas eram negligenciados (Duschinsky, 2020, p. 9).

Se a visão de Bowlby a respeito do caminho teórico da psicanálise estava correta, e se de fato a sua solução confrontava decisivamente os mais diversos psicanalistas da época, é um tópico controverso, e que suscitou intenso debate¹⁵. Seja como for, o ambiente psicanalítico

¹³ Duschinsky (2020, p. 9) afirma que, além desse relato retrospectivo, notas pessoais de Bowlby da década de 1930 abordam essa mesma questão.

¹⁴ “Recentemente”, no caso, se refere ao ano de 1981, quando Bowlby escreveu esse texto retrospectivo, aqui citado.

¹⁵ Duschinsky (2020) apresenta de modo panorâmico essa controvérsia que envolveu pesquisadores de renome, como Anna Freud e Melanie Klein, além de apresentar diversas fontes onde é possível aprofundar o tema.

deste período comportava tentativas de reformas internas, fazendo com que outras propostas surgissem. Contudo, priorizar as experiências reais, em detrimento das fantasias, fez com que, ainda nos dias atuais, a Teoria do Apego não seja formalmente ensinada no *British Psychoanalytic Institute* (Fonagy, 2015; Duschinsky, 2020).

Voltando aos aspectos onde houve desacordos entre Bowlby e a psicanálise clássica, o segundo ponto abordado direciona seu foco nas diferentes explicações referentes as causas do conflito psicológico. Duschinsky traz resumidamente o entendimento psicanalítico, com o qual Bowlby estava de acordo no começo de seus estudos, e que posteriormente passou a confrontar:

Bowlby elogiou Freud por chamar “a atenção para o fato de que os seres humanos são organismos que às vezes são movidos por forças dentro de si que não podem controlar facilmente”. Nos apaixonamos, perdemos a calma, entramos em pânico, somos possuídos por forças que nos parecem estranhas. Contudo, foi especialmente na sua explicação da natureza destas forças que Bowlby se afastou de Freud. Na teoria psicanalítica das décadas de 1930 e 1940, a ambivalência era um conceito teórico central, considerada uma consequência inevitável da incompatibilidade das pulsões humanas. Mais criticamente, a teoria psicanalítica sugeria que as crianças sentem amor e ressentimento pelos pais. A forma como esta situação difícil – o complexo de Édipo¹⁶ – é resolvida foi considerada da maior importância para o desenvolvimento posterior da criança. Durante seu treinamento analítico, esta foi uma posição que Bowlby aceitou inicialmente. Na década de 1950, no entanto, Bowlby tornou-se crítico em relação à tendência de Freud e Klein de presumir diferenças individuais naturais na ambivalência¹⁷, em vez de examinar o contexto social e de prestação de cuidados que poderia intensificar tal estado (2020, p. 13-14).

Bowlby entendia que faltava, por parte dos psicanalistas, uma maior valorização do ambiente onde a criança estava inserida para justificar tanto a existência quanto as nuances percebidas na ambivalência. Em sua visão, o contexto imediato insatisfatório, onde o infante se

¹⁶ De acordo com o verbete de Laplanche e Pontalis (2001, p. 77), o complexo de Édipo é o “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia”.

¹⁷ De modo bastante objetivo e, portanto, restrito, ambivalência é a “presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente o amor e o ódio” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 17).

desenvolve, é mais do que um dos aspectos a se considerar na compreensão da ambivalência, sendo, de fato, decisivo para as dificuldades psicológicas que as crianças apresentam (Duschinsky, 2020, p. 14)¹⁸.

Para Bowlby, ambientes ruins estimulam e intensificam o dissentimento intrapsíquico, enquanto experiências afetuosas de cuidado abrandam as frustrações. Dito de outro modo, “Bowlby antecipou que, se uma criança recebe cuidados gentis, que reconhecem seus sentimentos, então os conflitos podem ser gerenciados com relativa facilidade”; por outro lado, “se uma criança é levada a esperar rejeição ou aspereza, ou experimenta uma separação prolongada do seu cuidado familiar, então os conflitos internos são intensificados” (Duschinsky, 2020, p. 14).

Conforme Duschinsky esclarece, as causas do conflito psicológico, para Bowlby, estariam principalmente vinculadas à dedicação insuficiente da pessoa que cuida para com a criança cuidada, e essa situação estimularia uma espécie de desarranjo do complexo de Édipo. De acordo com Duschinsky, temos a seguinte situação:

O potencial edipiano para o amor e o ódio dos cuidadores primários foi reconhecido por Bowlby como importante, uma vez que estas emoções entrariam em conflito necessário dentro de um relacionamento intenso e importante. No entanto, Bowlby considerava este potencial como a base para problemas de saúde mental apenas quando as experiências da criança com os pais eram problemáticas, por exemplo, como resultado de negligência, ameaças dos pais de prejudicar a criança ou incapacidade de manter a criança segura (2020, p. 14).

Uma vez mais, Bowlby coloca seu enfoque no que aqui tem sido chamado de *experiências reais*, valorizando a construção da relação bebê-cuidador como fator principal para o desenvolvimento psíquico da criança. O conflito psíquico, portanto, é o segundo grande tema de contraste entre a psicanálise clássica e o que Bowlby propunha. Há, ainda, um terceiro aspecto a ser rapidamente abordado: a autopreservação.

¹⁸ Elucidando esse ponto, Duschinsky (2020, p. 15) diz: “em 1956, Bowlby escreveu diretamente a [Melanie] Klein, expressando apreço pela sua ‘insistência na importância central do conflito de ambivalência para o objeto amado começando cedo na vida... todo o meu pensamento deriva disso’. No entanto, ele insistiu nesta carta que Klein estava errada ao considerar a ambivalência em relação ao seio materno em particular, e às relações com os pais em geral, como inatas”. Bowlby colocava “sua ênfase nas experiências reais, ao invés do conflito inerente à alimentação, como a origem de sentimentos de ambivalência nas relações familiares”.

O contato inicial de Bowlby com a psicanálise se deu através da leitura das *Introductory Lectures on Psychoanalysis*, de Sigmund Freud. Nessas conferências transcritas, Freud postulou a existência de um impulso de autopreservação. Impulso, este, que incluiria a busca por ajuda, segurança e alimentação (Duschinsky, 2020, p. 15).

Quando Bowlby já estava se credenciando como psicanalista, Freud alterou o seu posicionamento, postulando “um impulso sexual como primário, que secundariamente se transformou em uma preocupação com a autopreservação através de experiências desagradáveis no mundo” (Duschinsky, 2020, p. 15).

O descontentamento de Bowlby com essa mudança foi evidenciado desde o início. Em suas notas de pesquisa, para o trabalho de conclusão do seu treinamento clínico em medicina, pode ser lido:

Deve-se compreender que Freud iguala prazeroso e sexual [...] psicanaliticamente, o termo sexual deveria ser usado apenas para designar prazeroso e não deveria ser usado como idêntico a genital. Acho, no entanto, que há alguma confusão aqui. No ato de sugar, Freud distingue entre a atividade de se alimentar e o prazer obtido [...] por outro lado, ele não faz esta distinção ao descrever o ato reprodutivo [...] parece-me que a dificuldade surgiu através da utilização do termo sexual para designar prazer igual, no primeiro caso, e depois para se referir ao seu significado reprodutivo, no segundo (Bowlby *apud* Duschinsky, 2020, p. 15-16).

O entendimento de Bowlby era o de que a descoberta de Freud de que “os sintomas às vezes representavam a atividade sexual do paciente o levou a uma generalização excessiva” e, de seu ponto de vista, “gostaria de sugerir que os sintomas podem ser excitados puramente no interesse de evitar situações de perigo” (Bowlby *apud* Duschinsky, 2020, p. 16).

Duschinsky (2020, p. 16) propõe que essa posição de Bowlby estaria, possivelmente, influenciada pelas ideias de sobrevivência e reprodução, provenientes da Teoria da Evolução, com a qual Bowlby teve significativo contato durante o seu período de estudos, ainda em Cambridge.

Resumidamente, Duschinsky afirma que enquanto Freud entendia a “autopreservação como uma tendência essencialmente racional adaptada à percepção da realidade experienciada, Bowlby expôs, nas suas notas da década de 1930, a posição de que a resposta auto preservativa tem as suas próprias predisposições e preferências intrínsecas” (2020, p. 16). Bowlby coloca a sua perspectiva nas seguintes palavras:

Embora o bebê não preveja nem raciocine sobre o fato do frio ser prejudicial à sua saúde, [isso] não exclui a possibilidade dele ficar preocupado, com uma inclinação a reagir ao frio com ansiedade e ao calor suave com prazer. Num mecanismo tão primitivo, eu reconheceria as engrenagens da tendência à autopreservação (Bowlby *apud* Duschinsky, 2020, p. 16).

John Bowlby também teve as suas experiências enquanto pai como suporte para as suas reflexões sobre a autopreservação. Ele teve quatro filhos com Ursula Bowlby. Estabilizados financeiramente, enquanto família de classe alta, os Bowlby tinham quem executasse a atividade de alimentar as filhas e os filhos em seu lugar. Ainda assim, enquanto eram pequenos, na década de 1940, John notou que as crianças seguiam procurando-o tanto para interações afetuosas quanto para cuidado, quando estavam aflitas. Essa observação não se harmonizava com a ideia dominante à época, de que o prazer obtido através da alimentação era o propulsor do desenvolvimento da relação do bebê com os pais. Bowlby, então, interpretou a busca por segurança em um cuidador familiar como sendo uma tendência à autopreservação, separando essa ação, a partir da década de 1950, da atividade alimentar (Duschinsky, 2020, p. 16).

A respeito dos desdobramentos dessa concepção, pode ser destacado o que segue:

Esta posição teve uma série de consequências práticas importantes. Uma implicação era que o afeto demonstrado às crianças não as “estragaria” e não as deixaria ansiosas com a separação, incapazes de lidar com a situação sem afeto. Na verdade, argumentou Bowlby, o oposto seria verdadeiro. As crianças que se sentem confiantes de que são “estimadas” teriam menos probabilidades de ficarem ansiosas com a separação. Outra implicação crítica foi que os sinais de depressão e tristeza observados pelas crianças no contexto de separações prolongadas dos seus cuidadores deveriam, de fato, ser reconhecido como luto por esta relação. Do ponto de vista do presente, este parece ser um ponto óbvio. No entanto, foi contra a ortodoxia psicanalítica. Mesmo em 1970, grandes psicanalistas ainda afirmavam que “o luto, tal como definido por Freud e tal como observado no adulto, não é possível até que o distanciamento das figuras parentais tenha ocorrido na adolescência” (Duschinsky, 2020, p. 16-17)¹⁹.

No que se refere ao luto, por fim, Bowlby faz convergir a fase adulta com a fase infantil da vida, interpretando “a perda da infância em termos de luto adulto, e o luto adulto à luz da resposta das crianças às separações” (Duschinsky, 2020, p. 17). A razão para isso, segundo Bowlby, é a seguinte:

¹⁹ A citação no trecho final foi retirada, por Duschinsky, do artigo *Children's reactions to the death of important objects: A developmental approach*, escrito por Humberto Nagera (1970, p. 362-363).

Uma vez que a evidência deixa claro que, a um nível descritivo, as respostas são semelhantes nos dois grupos etários, acredito que seja mais sensato, metodologicamente, assumir que os processos subjacentes também são semelhantes, e postular diferenças apenas quando houver provas claras das mesmas (Bowlby, 1963, p. 521)²⁰.

Duschinsky chama a atenção para essa transposição que Bowlby faz entre a infância e a idade adulta, destacando que se tornou uma tendência bastante influente nos estudos sobre o apego que se seguiram. O autor entende que esse caminho teórico aberto por Bowlby “representou o início de uma heurística, ou mesmo de um método, dentro da teoria do apego subsequente e do desenvolvimento de avaliações de apego, nas quais a idade adulta e a infância são interpretadas como em analogia uma com a outra” (Duschinsky, 2020, p. 17). Foi precisamente esta ampliação no escopo da investigação, no sentido de abranger as diversas fases da vida, que permitiu, em última análise, que o estudo do apego pudesse abarcar o fenômeno religioso, dentro do qual a presente pesquisa, mais detidamente, se insere.

1.1.2 Principais conceitos desenvolvidos por John Bowlby

Nessa seção, uma vez que a proposta é apresentar apenas de modo circunscrito os principais conceitos trabalhados por John Bowlby, o recurso escolhido para alcançar o objetivo foi o uso de uma tabela. Após a compreensão geral, será expandida a noção de *modelo de trabalho interno*²¹, tendo em vista a sua utilização recorrente nos dois capítulos seguintes.

Para que haja uma correta referência, é importante ter em mente que a Tabela 1, logo adiante, é amplamente baseada no apêndice que Duschinsky (2020, p. 104-108) coloca no final do seu capítulo a respeito de John Bowlby. De forma similar ao que faz Duschinsky, aqui será agrupado o conceito específico juntamente com o equívoco mais comum ao interpretá-lo e com o seu significado técnico correto, como é possível ver abaixo:

²⁰ Bowlby, na verdade, faz aqui uma citação literal de outro trabalho dele, que não conseguimos acesso direto, intitulado *Grief and mourning in infancy and early childhood* (1960).

²¹ *Internal working model*.

Tabela 1 – Algumas das principais ideias desenvolvidas por John Bowlby

Conceito	Erro interpretativo	Significado técnico
Sistema de apego	Trata-se de um relacionamento instintivo da criança com um cuidador familiar	<p>“O ‘sistema de apego’ é um modo de descrever uma forma de motivação. A motivação é ativada quando uma pessoa fica alarmada. Quando o indivíduo sente que uma pessoa familiar em particular – ou pessoas familiares – está disponível e responde às suas preocupações, a motivação é reduzida. Quando o sistema está fortemente ativado, procura-se geralmente alguma forma de contato (embora este contato possa ainda ser verbal e não tátil). Essa motivação tem alguma base na evolução e, por esse motivo, é especialmente fácil de se desenvolver para os humanos. No entanto, grande parte desta motivação, incluindo exatamente as condições que a motivam e terminam, é profundamente moldada pelas experiências nos relacionamentos. É por isso que é enganoso pensar no apego como um ‘instinto’” (Duschinsky, 2020, p. 104).</p> <p>De antemão, o sistema de apego pode recrutar qualquer comportamento que possibilite atingir o propósito de prestação da figura de apego, ainda que alguns comportamentos sejam mais típicos do que outros.</p> <p>Alguns pesquisadores entendem que, na infância, a disponibilidade física e de atenção, por parte do cuidador, é a condição que reduz a exibição do comportamento de apego e satisfaz o sistema de apego, desativando-o. Já para outros estudiosos, a condição final do sistema seria a “segurança sentida” por parte da criança.</p> <p>“Em geral, concorda-se que a experiência, as circunstâncias e a cultura podem moldar as condições sob as quais o sistema de apego é ativado, as formas de comportamento recrutadas pelo sistema de apego e como estas são expressas” (Duschinsky, 2020, p. 104).</p>
Comportamento de apego	Comportamentos que seriam preestabelecidos e que apontariam para a compreensão do apego como um instinto	<p>Não se trata de um padrão de comportamento inato. De modo direto, toda e qualquer ação que tenha por objetivo conseguir a disponibilidade e a resposta da figura de apego, é um comportamento de apego.</p> <p>Enquanto o comportamento é passível de observação, a motivação só pode ser presumida, sendo notada por inferência.</p> <p>O uso mais comum que Bowlby fez da expressão “comportamento de apego”, se refere aos atos que têm por objetivo conseguir a atenção do cuidador, entre os quais, gritar e sorrir. Estão, portanto, relacionados à busca por proximidade e conservação do contato.</p> <p>Entretanto, em algumas oportunidades o termo foi utilizado de modo mais amplo, se referindo a qualquer</p>

		<p>comportamento que esteja encadeado à ativação do sistema de apego.</p> <p>Sobre esses dois sentidos do uso da expressão “comportamento de apego”, Duschinsky (2020, p. 105) diz que “frequentemente, esses dois significados estão alinhados. No entanto, alguns comportamentos, como quando uma criança demonstra uma atitude de cuidado para com os pais, são ações de apego no segundo sentido, mas não no primeiro”.</p>
Vínculo de apego	O vínculo entre pais e filhos	<p>Bowlby entendia que existe uma ampla gama de vínculos afetivos em que se procura manter proximidade. Dentro dessa variedade, algumas relações podem ser caracterizadas como contendo a dinâmica de apego. Isso ocorre quando uma das pessoas no relacionamento é o objeto do sistema comportamental de apego da outra. Quando este é o caso, em uma condição de alarme, a pessoa apegada se volta à sua figura de apego, e se sente segura ao perceber a disponibilidade e a resposta ativa às suas necessidades.</p> <p>Há, portanto, uma distinção com relação ao vínculo que ocorre entre pais e filhos, em que a criança é o centro do sistema familiar de cuidado.</p>
Relacionamento de apego	Aspecto intrínseco ao relacionamento de um bebê com a sua mãe	<p>Segundo Bowlby, se a criança, quando alarmada, busca sempre a disponibilidade de algum familiar, há relação de apego. Portanto, a figura de apego não decide se quer ou não exercer tal função, e mesmo que responda com rejeição ou abusivamente, ainda assim a propensão para essa procura pode existir.</p> <p>Outro entendimento importante de Bowlby, é o de que os seres humanos são evolutivamente preparados para desenvolver o relacionamento de apego, desde a infância, com cuidadores familiares. Várias outras relações de apego, por exemplo, com avós ou divindades, são perfeitamente possíveis, mas sua ocorrência seria bem menos habitual.</p>
Separação principal	Quando os pais e a criança estão separados	<p>“Pesquisadores de apego por vezes discutem sobre crianças experimentando ‘separações principais’. Este é um termo técnico que pode facilmente ser confuso. O que torna uma separação ‘principal’ é que a criança fica alarmada com a ausência da sua figura de apego, e este alarme continua durante tempo suficiente para que o sistema comportamental de apego se torne, então, cronicamente indiferente durante um longo período. Na verdade, a criança parece desistir de procurar, telefonar ou esperar que o cuidador retorne. O resultado é que mesmo quando o cuidador está disponível, a criança não é capaz de utilizá-lo – pelo menos durante algum tempo – para regular o sofrimento. Ou, nos termos de Bowlby, o sistema comportamental torna-se cronicamente</p>

		<p>indiferente, durante um período, a sinais para sua ativação e/ou desativação” (Duschinsky, 2020, p. 106).</p> <p>Na década de 1950, James Robertson fez observações de crianças pequenas que ficaram hospitalizadas por período extenso, tendo pouco ou nenhum contato com suas figuras de apego durante vários meses. Esse é considerado um caso clássico de separação principal.</p> <p>Por outro lado, conceitualmente falando, os estudiosos não consideram que a criança que passa parte do dia em uma creche, esteja experimentando uma “separação principal”.</p>
Sistema de cuidado	A aptidão inata dos pais – sobretudo das mães – de cuidar dos filhos	<p>Trata-se de um tipo de motivação para ajudar alguém. Esse sistema é ativado quando percebemos que uma criança – ou qualquer pessoa – que está sob nossa responsabilidade fica alarmada. Ao ser identificado e sanado o problema, ocorre a desativação.</p> <p>Inicialmente, Bowlby, ao caracterizar o sistema comportamental de cuidado, focou na motivação do cuidador para atender e recompor o bebê. Mais adiante, Bowlby expandiu o que entendia como cuidado, abarcando a preocupação do cuidador em incentivar, apoiar, proteger, ajudar.</p>
Efeitos da experiência inicial	A ideia de que a experiência emocional e social ao longo da vida do indivíduo é fortemente determinada por sua experiência social precoce	<p>Antes da década de 1970, Bowlby fez afirmações que indicavam que todas as crianças desenvolverão problemas sociais e emocionais, se experimentarem grandes separações ou receberem cuidados precários. Mais tarde, suas alegações passaram a ter um tom mais ameno, e o seu entendimento passou a ser o de que, tanto as separações principais quanto o cuidado inadequado, ampliariam a probabilidade de problemas emocionais e sociais subsequentes.</p> <p>Estudos meta-analíticos corroboraram com a tese da influência do cuidado primário no desenvolvimento socioemocional. Contudo, essa experiência precoce não é determinante em si, e outros mediadores e moderadores também exercem significativa interferência.</p>
Modelo de trabalho Interno	Representações dos cuidadores, que são posteriormente generalizadas para todas as relações, sobretudo de apego	<p>Bowlby fez dois usos do termo, e aqui vamos reproduzir integralmente as palavras de Duschinsky (2020, p. 106) a respeito:</p> <p>“Em primeiro lugar, ele pretendia que isso significasse apenas que a forma como o sistema de apego funciona depende de expectativas baseadas em experiências anteriores de interação com cuidadores na infância – e com parceiros e amigos na idade adulta. Portanto, um sinônimo para modelo de trabalho interno, neste sentido, na linguagem comum, é simplesmente ‘expectativas’. O argumento de Bowlby era que as expectativas sobre os primeiros relacionamentos podem desempenhar um papel</p>

		<p>na formação de nossas suposições sobre relacionamentos e interações sociais posteriores.</p> <p>Tanto humanos como não humanos terão expectativas sobre os nossos cuidadores ou parceiros e a sua disponibilidade. No entanto, os humanos também desenvolvem representações cognitivas e culturais elaboradas sobre nós mesmos e as nossas figuras de apego. Estas incluem narrativas e imagens sobre a disponibilidade de figuras de apego e como pensamos que elas se sentem em relação a nós. Um segundo uso do termo ‘modelo de trabalho interno’ por Bowlby foi, portanto, para se referir às representações simbólicas e afetivas específicas feitas pelos humanos sobre figuras de apego e sua disponibilidade, e a eficácia das tentativas de procurá-las quando alarmados”.</p>
Vários apegos	Para Bowlby, um bom desenvolvimento infantil dependia sempre do cuidado materno	<p>Bowlby efetivamente defendeu, em seus primeiros escritos, que a criança deveria sempre ser cuidada pela mãe. Essa posição, contudo, foi revista, e ele passou a ver como algo positivo a possibilidade de uma criança ter múltiplas conexões de base segura e de porto seguro. Nessa perspectiva, Bowlby passou a afirmar que um apego não se dá às custas de outro.</p> <p>No entendimento de Bowlby, o sistema de apego mantém a pessoa vinculada ao cuidador, ou cuidadores, e isso colabora para a sua sobrevivência. Posteriormente, o desenvolvimento dessa compreensão levou a interpretação das relações de apego como uma rede, e essa noção foi trabalhada por estudiosos, como Marinus van IJzendoorn e Avi Sagi-Schwartz.</p>

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em Duschinsky (2020, p. 104-108).

Essas breves considerações a respeito dos principais conceitos que Bowlby elaborou, ajudam na compreensão de termos que são comumente citados em textos que tratam da Teoria do Apego. Por ora, ainda se faz necessário ampliar o entendimento a respeito da noção de modelo de trabalho interno.

Refere-se, grosso modo, a um sistema corrigido por objetivos, e que permite à pessoa formar representações relevantes do mundo. Isso é possível graças à organização e ao armazenamento na memória de informações sensoriais convenientes (Granqvist, 2020, p. 29). Não se trata exatamente de uma surpresa se assumirmos que “parte de nossa flexibilidade, adaptabilidade e complexidade como espécie depende de nossa capacidade de conduzir experimentos mentais em pequena escala (ou seja, com base em nossos modelos de trabalho interno)”, e que essa habilidade nos permite “guiar nosso comportamento em situações futuras que sejam, em vários graus, semelhantes àquelas que já ocorreram” (Granqvist, 2020, p. 29).

Nessa direção, Bowlby (1969) propõe que construímos dois modelos complementares, nomeadamente, o *modelo organísmico* e o *modelo ambiental*²². O primeiro, também conhecido como *modelo do eu*, se ocupa da própria pessoa, com os seus valores e competências, por exemplo. Já o segundo, muitas vezes referido como *modelo do outro*, é responsável pela representação que é feita da outra pessoa e do que esperar dela. Apesar de apresentar alguma rigidez, esses modelos funcionam de forma adaptativa, sendo continuamente atualizados, e é daí que surge a noção de *trabalho* (Granqvist, 2020, p. 29).

Além disso, há uma organização em níveis, geral e particular, dos modelos de trabalho interno. Granqvist diz:

Bowlby (1969) argumentou que os modelos de trabalho interno são organizados hierarquicamente, com o nível superior compreendendo modelos altamente gerais de si mesmo, dos outros e do mundo. De acordo com sua ideia de monotropia²³, a história de interação real e precoce da criança com sua figura de apego principal (geralmente sua primária) terá uma influência sem paralelo nesses modelos de nível geral. A criança normalmente experimentará esses modelos em relação a outros parceiros (posteriores) de relacionamento e situações, mas acabará por formar novos modelos deles com base nas características reais desses relacionamentos e situações. É assim que a criança desenvolve modelos de trabalho interno distintos relacionados a seus relacionamentos com a mãe, o pai e outros cuidadores e, posteriormente, com outras figuras de apego durante o desenvolvimento. Os modelos de trabalho interno gerais e de alto nível de si mesmo, do outro e do mundo irão, em última análise, refletir a soma total das experiências relacionadas ao apego de um indivíduo, embora com incomparável peso atribuído à experiência inicial. Apesar do nível em que os modelos de trabalho interno operam seja em grande parte uma questão de especulação, parece provável, no mínimo, que as pessoas mantenham (1) modelos de trabalho interno de figuras de apego em geral e (2) modelos de trabalho interno específicos para relacionamentos particulares (Granqvist, 2020, p. 30-31).

Como dito, esse breve aprofundamento na noção de modelo de trabalho interno se justifica devido ao seu uso rotineiro no decorrer deste estudo. Trata-se de uma ideia essencial para a discussão. A seguir, serão trazidos outros conceitos fundamentais para a Teoria do Apego, desenvolvidos principalmente por Mary Ainsworth, e que também encontram diversas referências na presente exposição.

²² *Organismic model* e *environmental model*, respectivamente

²³ “Bowlby introduziu o termo ‘monotropia’ em 1958 com a intenção de que se referisse a relações particulares e especiais, moldadas pelo tempo e pelo hábito” (Duschinsky, 2020, p. 106).

1.2 Mary Ainsworth e suas influentes contribuições para o estudo do apego

Mary Ainsworth²⁴ (1913-1999) nasceu na cidade de Glendale, nos Estados Unidos, mas ainda criança se mudou para o Canadá com a família. Na Universidade de Toronto, durante a década de 1930, ela cursou a graduação, o mestrado e o doutorado em Psicologia. Teve como mentor William Emet Blatz, que era psicólogo do desenvolvimento e diretor do *Institute of Child Study*.

Durante a II Guerra Mundial, Ainsworth fez parte do *Canadian Women's Army Corps*, chegando ao posto de Major. Posteriormente, regressou à Universidade de Toronto e assumiu a função de professora assistente em psicologia. Nesse período, auxiliou Blatz a desenvolver medidas de segurança e insegurança em autorrelatos, que pudessem ser utilizados na sua Teoria da Segurança²⁵ (Duschinsky, 2020, p. 109).

Após o seu casamento, em 1950, Mary se muda para Londres. É nessa época que ela conhece John Bowlby e passa a integrar a equipe de pesquisa da *Tavistock Clinic*. Em 1954, ela e o marido se mudam para Kampala, na Uganda, e por lá ficam até 1955, quando vão para Baltimore, nos Estados Unidos. Em 1958 se torna professora permanente na *John Hopkins University* e, em 1975, se estabelece na *University of Virginia*, na cidade de Charlottesville, também nos Estados Unidos.

Ainsworth trabalhou com Bowlby como pesquisadora de pós-doutorado clínico, entre 1950 e 1953. Nesse período havia uma hierarquia mais rígida, e Mary tinha atuação discreta nas escolhas sobre os rumos da pesquisa e o desenvolvimento da teoria. É a partir de 1960 que Bowlby e Ainsworth começam uma relação acadêmica mais próxima e relativamente equânime, tendo publicado juntos até o falecimento de John (Duschinsky, 2020, p. 110-111).

Não obstante, como é absolutamente normal no âmbito científico, Ainsworth não era mera seguidora irrestrita das ideias de Bowlby. Ao contrário, ela tinha uma série de reservas

²⁴ Do início de sua carreira acadêmica até 1950, era conhecida como Mary Salter. Nesse ano, se casou com Leonard Ainsworth e adotou o sobrenome do marido. Se separou em 1960, mas manteve o nome Mary Ainsworth, ainda que seja mais comumente encontrada a grafia “Mary D. Salter Ainsworth” em suas publicações.

²⁵ *Security Theory*. Exerceu enorme influência sobre Mary Ainsworth e, por extensão, sobre a Teoria do Apego.

com os posicionamentos dele e muitas vezes apresentava interpretações que divergiam das defendidas por Bowlby. Algumas das questões estão sintetizadas a seguir:

Ainsworth identificou limitações nas ideias de Bowlby em diversas frentes. Ela sentiu que Bowlby simplificou demais as coisas quando reivindicou a proximidade como o objetivo definido do sistema comportamental de apego e a proteção contra a predação como sua função evolutiva. Ela não gostou da sua imprecisão nas discussões sobre a separação, e particularmente da forma como o termo “privação materna” poderia absorver qualquer coisa, desde o uso ocasional de cuidados infantis profissionais até ao abuso e negligência. Ela ficou frustrada porque as suas contribuições para a investigação sobre crianças hospitalizadas em Londres na década de 1950 resultaram em poucas publicações porque a falta de conhecimentos empíricos de Bowlby levou a uma má escolha de medidas. Ainsworth também tinha preocupações sobre aspectos do relato de Bowlby sobre os sistemas comportamentais, sentindo que ele havia subestimado os sistemas comportamentais sexuais, exploratórios e de agressão, e negligenciado a atenção adequada aos componentes emocionais dos sistemas comportamentais em humanos (Duschinsky, 2020, p. 110).

De todo modo, os pormenores da Teoria do Apego não são fundamentais para esta pesquisa. Os mais diversos assuntos que envolvem a teoria em seu processo de desenvolvimento podem ser encontrados de forma esclarecedora em trabalhos que a abordam sob uma perspectiva histórica, como muitas das produções já citadas. O que mais nos importa, aqui especificamente, são as contribuições de Mary Ainsworth, provenientes, sobretudo, do seu experimento conhecido como *Situação Estranha*, onde teve a oportunidade de observar as diferentes maneiras como uma criança pode se manifestar sob condição de alarme e, com base nisso, elaborar a sua famosa classificação dos tipos de apego.

1.2.1 A Situação Estranha e a categorização dos tipos de apego

O procedimento Situação Estranha²⁶ é uma observação estruturada e controlada, que produz intencionalmente ocasiões críticas para ativar o sistema comportamental de apego do

²⁶ *Strange Situation*. Como ficará mais claro, a expressão “estranha”, nesse contexto, se refere à novidade no ambiente para o bebê.

bebê. Desse modo, permite verificar a ocorrência, ou não, de condutas esperadas da criança em relação a sua figura de apego²⁷.

A intervenção é construída em oito episódios, que se sucedem da seguinte maneira: 1) breve introdução do observador, já na sala onde ocorrerá o experimento, para que a mãe saiba o que fazer e onde deixar o bebê; 2) o bebê é observado com sua mãe nesse ambiente, que é desconhecido, mas não ameaçador, e é encorajado a explorar o espaço onde está; 3) um estranho entra na sala e progressivamente tenta interagir com o bebê; 4) a mãe deixa a sala do experimento; 5) a mãe volta e o estranho sai; 6) a mãe procura estimular a criança a retomar o seu comportamento exploratório inicial, quando esteve sozinho com ela pela primeira vez; 7) a mãe se retira mais uma vez, e a criança permanece sozinha; 8) o estranho regressa à sala e, pouco depois, a mãe faz o mesmo (Ainsworth, et al., 1978, p. 32-33).

Apresentada a sequência do procedimento, percebe-se que

a Situação Estranha²⁸ usou a combinação de separações e o ambiente desconhecido para alcançar um equivalente funcional de instâncias de disponibilidade ou indisponibilidade incorporadas na vida mais ampla da criança. Com o comportamento do cuidador parcialmente padronizado e o sistema comportamental de apego ativado por meio de estímulos cuidadosos, Ainsworth teve como objetivo mobilizar as expectativas do bebê com base no que aconteceu quando ele ou ela sentiu ansiedade no passado sobre a disponibilidade da figura de apego e permitir que o observador interpretasse essas expectativas a partir do comportamento observado. À medida que os episódios do procedimento modulam a ansiedade do bebê, Ainsworth antecipou que o movimento do bebê entre os sistemas comportamentais seria exibido: a interação da exploração da novidade e do comportamento de apego, na presença e na ausência de um dos pais (Duschinsky, 2020, p. 131).

²⁷ Em carta enviada a John Bowlby, no dia 18 de julho de 1963, Ainsworth diz: “Um bebê não passa o dia manifestando consistentemente um certo grau de apego a isto, aquilo e aquela outra pessoa. A qualidade e a força do seu apego provavelmente só serão vistas em certas situações críticas” (Ainsworth *apud* Duschinsky, 2020, p. 129).

²⁸ O termo “situação estranha” já estava em uso corrente antes de Ainsworth, conforme atestam van Rosmalen, van der Veer e van der Horst (2015). O próprio procedimento de Ainsworth deve muito ao trabalho de Arsenian (1943). A esse respeito, Duschinsky diz que a Situação Estranha de Ainsworth teve como uma de suas principais inspirações a situação estranha de Arsenian, “que examinou o comportamento infantil em resposta ao novo ambiente do laboratório e na presença e ausência de sua mãe. A amostra de Arsenian foi retirada de mães e crianças em um reformatório, e as mães só tinham acesso limitado aos seus filhos. Arsenian procurou confirmar a ideia de Blatz de que, com o cuidador disponível, as crianças sentem-se mais seguras e respondem ao ambiente com mais exploração e menos angústia. A disponibilidade de segurança por parte do cuidador contrabalançou o ‘medo do estranho’ provocado pelo ambiente desconhecido, assim como possibilitou mais tempo no ambiente. Além de demonstrar a importância do cuidador em fornecer confiança para a exploração, Arsenian também mostrou que a disponibilidade do cuidador reduziu a incidência de choro e de comportamentos estereotipados e outros comportamentos anômalos sem ‘direcionamento para um objetivo’, e que principalmente ‘pareciam ser determinados por uma condição de excesso de tensão’” (p. 130-131).

A partir da repetição do procedimento da Situação Estranha, que possibilitou observações adicionais da díade mãe-bebê, Ainsworth fez uma distinção inicial em três grupos, chamados por ela de *prematuramente independentes*, *seguros* e *perturbados*²⁹. Essa categorização, no entanto, foi considerada por Bowlby como contaminada implicitamente por julgamentos e previsões ocultas. Por isso, ele sugeriu que Ainsworth fizesse uso dos rótulos “A”, “B” e “C”, como estratégia de distinção entre os diferentes grupos³⁰. Essa classificação passou a ser utilizada não só por Ainsworth, mas também por Robertson e pelo próprio Bowlby (Duschinsky, 2020, p. 134).

Posteriormente, Mary Ainsworth manteve a ordenação em grupos e subgrupos; porém, nomeou os grupos com o que veio a ficar amplamente conhecido como *tipos de apego*. Desse modo, o grupo A foi associado ao *apego evitativo* (ou evitante), enquanto o grupo B foi relacionado ao *apego seguro* e o grupo C, por sua vez, referia-se ao *apego resistente/ambivalente*.

Apenas para uma melhor elucidação das diferenças entre os tipos de apego, abaixo é possível ver o critério de classificação que Ainsworth (et al., 1978, p. 59-62) utilizou para distinguir os grupos, a partir da Situação Estranha³¹:

GRUPO A (apego evitativo)

- Clara evitação de proximidade ou interação com a mãe nos episódios de reencontro. Ou o bebê ignora a mãe quando ela retorna, cumprimentando-a casualmente, se é que o faz, ou, se houver aproximação e/ou uma saudação menos casual, o bebê tende a misturar suas boas-vindas com respostas de evitação – virando-se, afastando-se, desviando o olhar e assim por diante.

²⁹ *Prematurely independent; secure; disturbed.*

³⁰ Na prática, era basicamente uma substituição de termos com a manutenção das ideias. Segundo Duschinsky (2020, p. 134), Bowlby propôs essa alteração em 1967, em carta endereçada a Ainsworth. Ao longo do tempo, Ainsworth, com o auxílio de diversos colaboradores, foi modificando e refinando essa categorização, com investigações tanto no procedimento da Situação Estranha quanto em observações domiciliares, de modo que as rotulações passaram a ter grupos (A, B e C) e subgrupos (A₁, A₂; B₁, B₂, B₃, B₄; C₁, C₂). Para ver o critério de classificação detalhadamente apresentado, ver Ainsworth (et al., 1978, p. 59-63).

³¹ Conforme dito na nota anterior, as especificidades na categorização não se limitam aos grupos, mas se estendem aos subgrupos. Entretanto, aqui nos basta um olhar mais geral.

- Pouca ou nenhuma tendência pela busca de proximidade, interação ou contato com a mãe, mesmo nos episódios de reencontro.
- Se for pego, pouca ou nenhuma tendência de se agarrar ou de resistir a ser solto.
- Por outro lado, pouca ou nenhuma tendência à resistência ativa ao contato ou à interação com a mãe, exceto por provável contorção para descer, caso o bebê seja segurado no colo.
- Tendência de tratar o estranho da mesma forma que a mãe é tratada, embora talvez com menos evitação.
- Ou o bebê não fica angustiado durante a separação, ou a angústia parece ser devida ao fato de ter sido deixado sozinho, e não à ausência da mãe. Para a maioria, a angústia não ocorre quando o estranho está presente, e qualquer angústia ao ser deixado sozinho tende a ser aliviada quando o estranho retorna.

GRUPO B (apego seguro)

- O bebê deseja proximidade e contato com a mãe ou interação com ela, e busca isso ativamente, principalmente nos episódios de reencontro.
- Se ele consegue contato, procura mantê-lo e, ou resiste a ser solto, ou pelo menos protesta se colocado no chão.
- O bebê responde ao retorno da mãe nos episódios de reencontro com mais do que uma saudação casual – seja com um sorriso, um choro ou uma tendência à aproximação.
- Pouca ou nenhuma tendência de resistência ao contato ou à interação com a mãe.
- Pouca ou nenhuma tendência de evitação da mãe nos episódios de reencontro.
- Ele pode ou não ser amigável com o estranho, mas está claramente mais interessado na interação e/ou contato com sua mãe, do que com o estranho.
- Ele pode ou não se sentir angustiado durante os episódios de separação, mas se estiver angustiado, isso está claramente relacionado à ausência da mãe, e não apenas com o fato de estar sozinho. Ele pode sentir-se um pouco consolado pelo estranho, mas é patente que ele quer a mãe.

GRUPO C (apego resistente/ambivalente)

- O bebê apresenta um comportamento visível de resistência ao contato e à interação, talvez especialmente no Episódio 8.

- Ele também mostra uma busca, de moderada a forte, de proximidade e contato, e procura manter o contato uma vez conquistado, de modo que dá a impressão de ser ambivalente em relação à mãe.
- Ele mostra pouca ou nenhuma tendência de ignorar a sua mãe nos episódios de reencontro, ou de virar-se ou afastar-se dela, ou ainda, de desviar o olhar.
- Ele pode apresentar um comportamento geralmente desadaptativo na situação estranha. Ou ele tende a ficar mais irritado do que as crianças de outros grupos, ou pode se mostrar visivelmente passivo.

Com essas categorizações em mente, Pehr Granqvist resume o que se espera encontrar ao observar a Situação Estranha:

O apego seguro é visto no procedimento da Situação Estranha quando os bebês encontram um *equilíbrio* entre o apego e a exploração e, assim, mudam prontamente sua atenção entre os dois, de acordo com as expectativas derivadas dos princípios normativos da teoria do apego (por exemplo, explora o ambiente tendo a figura de apego como uma base segura, protesta contra a separação, busca proximidade ou interação com a figura de apego após o reencontro) [...] O apego evitativo é identificado por meio de *desequilíbrio* comportamental, onde o bebê se envolve em exploração (defensiva) em detrimento do apego, e o bebê também pode (geralmente sutilmente) evitar o contato próximo com a figura de apego. [...] Em contraste, o *desequilíbrio* do apego resistente assume a expressão oposta à evitação; o bebê resistente se engaja (negativamente) no apego, às custas da exploração. A criança também é comportamentalmente passiva e pode mostrar conduta raivosa em relação à figura de apego (Granqvist, 2020, p. 108 – grifo próprio).

As ideias de equilíbrio e desequilíbrio são fundamentais aqui. Ao falar dos modelos de trabalho interno, John Bowlby (1973) e Mary Main (1990) sustentam que o apego seguro é caracterizado por uma estratégia de apego primária, portanto, equilibrada e coerente. Já os apegos classificados como inseguros, fazendo referência tanto ao evitativo quanto ao resistente/ambivalente, estão relacionados à estratégia de apego secundária, conseqüentemente, desequilibrada. A esse respeito, Granqvist diz:

Bowlby e posteriormente Main retrataram o desenvolvimento de modelos singulares/coerentes e, portanto, de apego seguro, como uma estratégia de apego *primária* do desenvolvimento. Em outras palavras, o apego seguro é entendido como a estratégia que praticamente todos as crianças experimentam pela primeira vez, e repetidamente; os bebês choram e se envolvem em outros comportamentos de sinalização não distorcidos, como se esperassem que seus cuidadores os ajudassem a resolver o que os está incomodando. Se seus comportamentos de apego forem atendidos por cuidados sensíveis e responsivos, a estratégia primária/segura será consolidada. Para alguns bebês,

no entanto, a estratégia primária/segura não ajuda a trazer segurança e proteção, então eles acabam desenvolvendo estratégias de apego secundárias (ou “condicionais”). Isso naturalmente nos leva a padrões inseguros de apego (2020, p. 100 – grifo no original).

Entender essas noções de equilíbrio/desequilíbrio e de estratégias primárias/secundárias é importante, já que as três categorias propostas por Ainsworth não são as únicas possibilidades de classificação do apego. Mary Main, uma das primeiras alunas de pós-graduação de Ainsworth na *John Hopkins University*, conduziu com o seu grupo de pesquisa vários procedimentos de Situação Estranha, apontando nos relatórios diversos casos tidos como inclassificáveis ao utilizar a codificação de Ainsworth³².

Em 1977, Judith Solomon passa a integrar a equipe de investigação do laboratório de Main. Ao estudar amostras de crianças vítimas de maus tratos, Solomon também identificou discrepâncias no comportamento, apresentadas por algumas crianças, e que não tinham correspondência com a classificação de Ainsworth. Se não era possível categorizar as condutas observadas em algum dos, até então estabelecidos, grupos, a saber, A, B ou C, talvez fosse necessário postular um conjunto “D”. Assim, “a partir de 1979 Solomon e Main começaram a pensar e discutir uma categoria ‘D’ para a Situação Estranha” (Duschinsky, 2020, p. 239).

Neste contexto, no ano de 1986, Main e Solomon publicaram *Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern*, onde apresentaram e debateram a descoberta de uma nova tópica complementar aos tipos de apego, denominada *apego desorganizado*.

Enquanto nas outras categorias existem estratégias e padrões de apego, portanto há organização – ainda que em maior ou menor grau, de modo equilibrado ou desequilibrado –, no apego desorganizado ocorre uma espécie de quebra ou colapso dos padrões de apego, podendo ser identificado por comportamentos conflitantes, que sugerem confusão, desorientação ou medo, por exemplo (Main; Solomon, 1990).

Contudo, para uma boa compreensão de quando seja possível tipificar uma criança como tendo apego desorganizado, deve-se considerar que “é a intensidade da exibição de comportamento contraditório, desorientação ou medo, e a medida em que esse comportamento

³² Nessa época Main já era professora universitária. Em 1973 ela foi nomeada docente na *University of California*, em Berkeley, e lá tinha o seu próprio laboratório para pesquisas.

perturba a estratégia de apego subjacente de uma criança, que leva a uma classificação D” (Granqvist, 2020, p. 105).

Com o objetivo de possibilitar a identificação do apego desorganizado através da metodologia da Situação Estranha, Main e Solomon (1990) propuseram sete comportamentos indicativos de desorganização no Sistema de apego³³: 1) exibições sequenciais de comportamento contraditório; 2) exibição simultânea de comportamento contraditório; 3) movimentos não direcionados, mal direcionados ou incompletos; 4) estereotípias, movimentos inoportunos e posturas anômalas; 5) congelamento ou imobilização; 6) demonstração de apreensão do cuidador; 7) sinais evidentes de desorientação³⁴.

A respeito dessa ampliação das possibilidades de descritores de apego, Ainsworth não apenas se convenceu de que se tratava de um acréscimo imprescindível, como também escreveu para Bowlby, contando a sua experiência em um evento no qual Main apresentara o apego desorganizado. Duschinsky comenta a recepção de Ainsworth e de Bowlby ao então novo tipo de apego:

Em um workshop de quatro dias, em 1985, na Universidade de Washington, Ainsworth sentou-se no chão para ficar o mais próximo possível da tela enquanto Main mostrava suas fitas codificadas com a nova classificação desorganizada. No final do evento, Ainsworth escreveu a Bowlby que ela e “todos os presentes ficaram muito impressionados com a necessidade de adicionar uma nova categoria ‘D’ ou desorganizada ao sistema de classificação”. Bowlby também se convenceu de que os comportamentos identificados por Main e Solomon eram provavelmente “de grande preocupação clínica”, e expressou orgulho no seu trabalho (Duschinsky, 2020, p. 241).

Portanto, para sintetizar, é do trabalho de Ainsworth que nascem os tipos de apego. Em seguida, Main faz uma adição importante às categorizações, expandindo as possibilidades de pesquisa com sua descoberta. Posteriormente, essas classificações são extrapoladas para além da relação cuidador-bebê, sendo adaptadas para as outras formas de relacionamento de apego, que se estabelecem ao longo de toda a vida, chegando inclusive ao âmbito religioso, que mais

³³ Desses sete índices de apego desorganizado que Mary e Solomon (1990) definiram para codificar a Situação Estranha, “os primeiros cinco foram extraídos da discussão de Hinde, de 1966, sobre ‘*conflict behaviours*’: comportamentos demonstrados quando um organismo experimenta motivações fortes e conflitantes. O sexto foi a apreensão do cuidador. O sétimo foram comportamentos sugestivos de confusão ou desorientação” (Duschinsky, 2020, p. 332).

³⁴ “Quando o comportamento de um bebê, enquanto na presença do cuidador (no procedimento da Situação Estranha), mostra bom ajuste com um ou vários desses índices, o bebê pode ser classificado como exibindo principalmente apego desorganizado” (Granqvist, 2020, p. 104-105).

nos interessa presentemente. Em vista disso, é justamente o início da conexão apego-religião que será tratado no tópico a seguir.

Antes, porém, duas outras noções importantes da Teoria do Apego precisam ser comentadas: trata-se da *base segura* e do *porto seguro*. Diferentes autores que estudam o apego colocam as suas interpretações a respeito desses conceitos, que podem sofrer leves variações dependendo da abordagem psicológica que as subjazem. Aqui se optou por priorizar uma aproximação com o entendimento da Mary Ainsworth, pois este coaduna com o sentido que Granqvist (2020) assume, e que será tratado mais para frente.

De forma bem simples, a ideia de porto seguro está relacionada à função de provento de conforto e segurança que a figura de apego exerce quando a pessoa apegada se sente ameaçada, angustiada ou com medo, por exemplo. Já o conceito de base segura está mais atrelado à convicção que o indivíduo tem na disponibilidade da sua figura de apego, quando dela necessitar, e essa certeza permite a pessoa apegada uma exploração livre e confiante do mundo. São, portanto, noções interconectadas.

Por mais limitadas que sejam essas definições apresentadas acima, já é possível vislumbrar a que se referem as noções de porto seguro e base segura. Ademais, os próximos capítulos trarão exemplos que ajudarão a compreender mais nitidamente esses conceitos. Isso posto, para finalizar a seção, segue abaixo um comentário esclarecedor de Duschinsky, acerca da compreensão de Ainsworth sobre a base segura:

Ainsworth cultivou o conceito de “base segura” para se referir à forma como uma criança – ou, na verdade, os humanos em geral – pode sentir-se livre para explorar o mundo com confiança, pois sabe que a proteção e os cuidados estão disponíveis, se necessário. Uma base segura permite que experiências negativas no mundo, até mesmo a dor, sejam mais suportáveis e menos opressoras [...] o conceito de “base segura” não se referia, para Ainsworth, principalmente à obtenção de autossuficiência independente, como por vezes tem sido presumido pelos críticos antropólogos. Em vez disso, visto no contexto da dívida de Ainsworth para com Blatz, o conceito de base segura era mais sobre o papel que uma pessoa pode desempenhar em ajudar outra a viver uma vida melhor do que esta última seria capaz de fazer por conta própria, com a liberdade de perseguir e correr atrás do mundo sem preocupação (Duschinsky, 2020, p. 115).

Sendo os conceitos até aqui expostos suficientes por ora, a última divisão deste capítulo se ocupa com o início da conexão entre a Teoria do Apego e o estudo da religião.

1.3 A gênese da Teoria do Apego voltada à religião

A ideia de se aproximar da religião por intermédio da Teoria do Apego remonta à década de 1980 e pode ser creditada a Phillip Shaver e a Lee Kirkpatrick. Shaver, então professor na *University of Denver*, era um psicólogo social que vinha se dedicando ao estudo do apego em relações adultas românticas. Kirkpatrick, por sua vez, era aluno de doutorado na mesma instituição.

Inicialmente, a preocupação de ambos, no que diz respeito à religião, estava voltada ao processo de oração e, mais especificamente, ao aspecto submissivo que a oração de súplica apresenta, em seu apelo por ajuda e orientação. Esse era um dos pontos presentes no primeiro artigo que Shaver e Kirkpatrick publicaram em parceria, no ano de 1985³⁵, e que teve ainda Bernard Spilka como coautor³⁶. Para os autores, a inferioridade e a dependência apresentadas na súplica a Deus enfatizam que o comportamento de submissão está presente na vida religiosa como uma característica fundamental (Duschinsky, 2020, p. 501).

Após essa formulação inicial, os pesquisadores perceberam que a Teoria do Apego poderia abrir um importante caminho de investigação à Psicologia da Religião. Resumidamente:

Shaver e Kirkpatrick estavam interessados no fato de que a insinuação e a súplica pareciam ser um rebaixamento do eu, a fim de alcançar a beneficência de uma divindade. No entanto, as práticas de submissão e súplica podem ter apenas um efeito de curto prazo no sentimento de uma divindade como beneficente. A beneficência a longo prazo poderá ter de se basear numa relação positiva a longo prazo. Os pesquisadores descobriram que imagens

³⁵ Intitulado *A general attribution theory for the psychology of religion* (Spilka; Shaver; Kirkpatrick, 1985).

³⁶ Esse trabalho não versava sobre a Teoria do Apego, e sim sobre a Teoria da Atribuição. Um trecho que ajuda a compreender o caminho que os autores seguiram no artigo diz: “grande parte da literatura de atribuição existente diz respeito ao papel das atribuições na interação social. Isto sugere a possibilidade de conceituar o relacionamento de uma pessoa com Deus como semelhante a vários tipos de relacionamentos interpessoais que já foram estudados. Jones e Pittman (1982), por exemplo, analisaram os processos de influência social a partir de uma perspectiva atribucional e argumentam que o objetivo de grande parte do comportamento social é induzir os parceiros de interação a adotarem certas explicações desejáveis do nosso comportamento. O comportamento *insinuante*, por exemplo, tem como objetivo provocar uma atribuição de simpatia e aparece em formas como melhoria de outros (por exemplo, lisonja) e realização de favores. Numa outra estratégia de auto apresentação, a *súplica*, o influenciador anuncia o seu desamparo e dependência para solicitar simpatia e assistência. É fácil ver como essas ideias podem ser aplicadas ao processo de oração, no qual o suplicante humano muitas vezes pode ser encontrado elogiando a divindade e oferecendo várias concessões, e reafirmando sua inferioridade e dependência enquanto implora a Deus por ajuda e orientação” (Spilka; Shaver; Kirkpatrick, 1985, p. 15-16 – grifo no original).

estáveis de figuras religiosas como benevolentes estavam empiricamente associadas ao relato de um indivíduo sobre uma família que o apoiava durante a sua infância. Isto sugeriu aos investigadores uma ligação potencial entre o apego e a psicologia da crença religiosa e das práticas religiosas (Duschinsky, 2020, p. 501-502).

Por conseguinte, em 1990, Shaver e Kirkpatrick publicam o primeiro artigo em que o apego, enquanto teoria psicológica, é efetivamente aplicado no estudo da religião. Nesse trabalho, *Attachment theory and religion: childhood attachments, religious beliefs, and conversion*, uma das descobertas mais interessantes foi a de que a maioria dos participantes que relataram terem se convertido ao cristianismo através de uma experiência repentina, foram codificados como tendo estilo de apego preponderantemente evitativo.

Em outra publicação, que integrava tanto o apego religioso quanto o romântico, e tem por título *An attachment-theoretical approach to romantic love and religious belief* (Kirkpatrick; Shaver, 1992), um dos notáveis achados foi o de que houve correspondência entre essas duas variáveis de pesquisa. Duschinsky apresenta essa convergência encontrada, sob a seguinte síntese:

Kirkpatrick e Shaver descobriram que os efeitos das duas variáveis de apego pareciam ser aditivos: um estilo de apego seguro em relação aos parceiros românticos e a Deus tinha uma relação mais forte com o relato dessas experiências positivas do que um estilo de apego seguro apenas em um domínio, e um estilo de apego seguro em um domínio foi associado a experiências mais positivas do que um estilo de apego inseguro em ambos os domínios (2020, p. 503).

Longe de cobrir todo o itinerário, essas são algumas das obras pioneiras, e é através da contribuição de Kirkpatrick e Shaver que começa efetivamente a história da conexão apego-religião. Para além disso, pontos importantes da Teoria do Apego, na intersecção com o fenómeno religioso, serão discutidos nos dois próximos capítulos, incluindo a questão de se Deus pode ou não ser considerado uma figura de apego. Aqui, nesse breve espaço, a proposta foi trazer, de forma sucinta, a trajetória inicial dessa união, que possibilitou a exploração de um novo âmbito de análise.

Com relação aos mais reconhecidos expoentes, Kirkpatrick seguiu sendo o nome de maior destaque na pesquisa da díade apego-religião durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Publicou diversos estudos que ajudaram a formatar e divulgar a área de investigação. Entre os seus principais trabalhos, o de maior destaque foi o livro *Attachment, evolution, and*

the psychology of religion (2005), que será diversas vezes mencionado e citado nos capítulos seguintes.

Outro nome de referência, é o de Pehr Granqvist, que começou a estudar o apego e a religião na parte final dos anos de 1990, e atualmente é um pesquisador de ampla notoriedade. Seu livro, *Attachment in religion and spirituality: a wider view* (2020), é a principal base argumentativa dos próximos capítulos.

No Brasil, ainda que o apego, de forma geral, tenha encontrado o seu espaço no ambiente acadêmico, a sua vertente voltada à religião tem sido pouco divulgada e discutida. Mary Rute Esperandio e Hartmut August podem ser apontados como duas das exceções, tendo apresentado e debatido a temática apego-religião por repetidas vezes (por exemplo, 2014; 2015; 2019; 2020). Além disso, mesmo que essa tendência específica da Teoria do Apego ainda esteja se estabelecendo em nosso país, José Geraldo de Paiva (2014; 2022)³⁷ a coloca como uma das sete teorias contemporâneas mais destacadas da Psicologia da Religião.

Por fim, como esse capítulo tinha por objetivo apresentar, apenas de modo panorâmico, a rota percorrida do surgimento da Teoria do Apego até a sua extensão ao estudo da religião, diversas questões do desenvolvimento histórico da teoria não foram consideradas. É certo que pesquisas mais voltadas à linha inicial de estudos da teoria continuaram sendo investigadas após o aparecimento de novas vertentes, como os apegos romântico e religioso, por exemplo. Todos esses e outros caminhos seguem sendo estudados e vêm passando por transformações ainda hoje.

Além disso, muitos autores e suas valiosas contribuições foram deixadas de lado ou apenas brevemente referenciadas neste capítulo. Entretanto, não se pode deixar de considerar a influência que autores como Sigmund Freud, Charles Darwin, Konrad Lorenz e Robert Hinde tiveram sobre o pensamento de John Bowlby. Assim como Mary Ainsworth deve muito de suas compreensões a William Emet Blatz. Ainsworth ainda foi a responsável por formar duas pesquisadoras fundamentais para o estudo do apego, que são Jude Cassidy e Mary Main. Esta última também fez parte da formação de Pehr Granqvist. A teoria, além disso, foi muito beneficiada pelos trabalhos de Phillip Shaver e Mario Mikulincer, sobretudo relacionados ao

³⁷ Trata-se, concretamente, do mesmo texto. Originalmente, foi publicado no *Compêndio de Ciência da Religião* (Passos; Usarski, 2014), onde Paiva foi convidado a escrever o capítulo sobre as teorias contemporâneas da Psicologia da Religião. Posteriormente, esse texto foi colocado como um dos anexos do seu livro *Psicologia da Religião: uma introdução* (Paiva, 2022).

apego romântico. Shaver ainda contribuiu com a formação de Lee Kirkpatrick, principal nome do início da conexão apego-religião.

Sem uma abordagem completa da trajetória desses e de outros pesquisadores, bem como do desenvolvimento da teoria, não há como fazer justiça à história da Teoria do Apego. De todo modo, a expectativa é que tenha sido possível estabelecer conexões, tanto históricas quanto conceituais, que serão úteis à continuação desse trabalho.

2. APEGO A DEUS – CONSTRUINDO PARCIALMENTE A FIGURA IDEAL

Para que possamos dar sequência à compreensão do aspecto religioso da Teoria do Apego, é importante ter nitidez acerca de como Deus pode ser entendido como uma figura de apego propriamente dita. Com essa finalidade em mente, a parte inicial deste capítulo abordará algumas das dificuldades que permeiam essa questão, e apresentará a proposta de taxonomia que Granqvist (2020) traz em seu livro, além de, eventualmente, complementá-la com a iniciativa vanguardista de Kirkpatrick (2005) a esse respeito.

A partir do segundo tópico, será efetivamente dado espaço à visão central deste trabalho. Começando pelos atributos e as funções de Deus no relacionamento com os crentes, passando brevemente pela importância da oração na vida dos religiosos, e finalizando com os conceitos de “trilhas” de compensação e correspondência, a ideia é chegarmos a uma visão ampla – ainda que não panorâmica – de como a Teoria do Apego nos permite entender a construção de uma figura de apego tão exaltada.

2.1 Deus efetivamente pode ser entendido como uma figura de apego?

Se Deus pode ou não ser efetivamente compreendido como uma figura de apego, é uma questão de grande importância para os pesquisadores. Há sempre o risco de se expandir tanto um conceito que ele acabe por abarcar quase tudo o que se possa imaginar. Com o apego não é diferente, e um descuido pode levar a se considerar objetos como urso de pelúcia, cobertor, cigarro, smartphone e afins, como figuras de apego da mesma ordem.

Pensando nesse problema complexo, Granqvist (2020, p. 62-63) aponta três obstáculos para a concepção de Deus como figura de apego: 1) se trata de um ser que é invisível, portanto, não verificável; 2) a própria interação do crente com Deus é discutível, sendo que a divindade pode ser apenas mera invenção da mente do crente; e 3) com base em Ainsworth (1985), o apego é um vínculo afetivo entre dois indivíduos, e Deus não é exatamente um indivíduo³⁸.

³⁸ Aqui pode ser importante um maior esclarecimento do que Granqvist tem em mente quando não considera Deus estritamente um indivíduo. Em suas palavras: “Deus é mentalmente esculpido em material antropomórfico e personalizado, mas seria um exagero chamar Deus de um indivíduo propriamente dito. Alguns cristãos e potencialmente também hindus podem discordar, observando que o Jesus histórico (e talvez Krishna também) era um indivíduo de fato. Embora seja realmente

Isso nos leva a uma pergunta interessante: “deveríamos realmente concluir que uma entidade invisível, que não é um indivíduo (pelo menos não um indivíduo corpóreo), cuja capacidade de resposta real permanece discutível – e na maioria dos casos pode ser entendida como metafórica – se qualifica como figura de apego?” (Granqvist, 2020, p. 64).

O próprio Granqvist encaminha a indagação do seguinte modo:

Isso não é o que Bowlby e Ainsworth tinham em mente, nem o que os psicólogos do desenvolvimento posteriores tiveram em mente, com o conceito de figura de apego. Assim, na medida em que abordamos o “apego” como um construto essencialista e baseado em critérios, a conclusão simples e direta parece ser: Não, Deus não atende a todas as “condições necessárias” para inclusão na classe de figuras de apego. No entanto, como psicólogo, devo confessar que estou menos interessado em viver com as condições limítrofes um tanto arbitrárias de conceitos abstratos (como “apegos”) do que com o funcionamento real da mente humana; e na mente de muitos crentes religiosos, Deus definitivamente parece funcionar como uma figura de apego. (2020, p. 64).

Como visto no trecho acima, no que diz respeito à interpretação de Deus enquanto figura de apego, Granqvist sustenta que a dificuldade toda reside especificamente no outro polo da demarcação de um conceito: ao invés de ser demasiadamente amplo, seu limite acaba por ser excessivamente estreito.

A despeito das diferenças, não se pode negar que existem muitas similaridades no apego que se verifica entre seres humanos e no que acontece entre uma pessoa e Deus. Recorrendo mais uma vez a Pehr Granqvist (2020, p. 46-47), encontramos três pontos fundamentais da conexão apego-religião: 1) o relacionamento com Deus; 2) a centralidade do amor nos sistemas de crenças religiosas; e 3) a representação de Deus pelos crentes.

Sobre o primeiro assunto, relacionamento com Deus, o mais evidente a se dizer, é que a Teoria do Apego é puramente relacional. O que há de mais central na teoria é precisamente o núcleo da religião. Em outras palavras, “a teoria do apego foi criada para dar sentido a um aspecto básico, mas fundamental, do funcionamento dos mamíferos e primatas, nomeadamente,

revelador do ponto de vista do apego que as divindades são transformadas em personagens e os indivíduos são às vezes vistos como divindades, nem Jesus nem Krishna estão atualmente presentes como indivíduos. Além disso, do ponto de vista teológico – se me permitem – penso que seria um erro reduzir Deus a um indivíduo. Isso ocorre porque Deus também é supostamente, por exemplo, inefável, eterno, invisível, abstrato e misterioso, e os indivíduos não possuem tais propriedades. Além disso, mentes religiosas bem desenvolvidas e cultas tendem a abraçar estas últimas qualidades em detrimento de uma compreensão antropomórfica de Deus” (2020, p. 63).

nossa forte propensão a formar laços relacionais afetivos. Aliás, ou assim pode parecer, isso também está no cerne da religião e da espiritualidade” (Granqvist, 2020, p. 44).

Kirkpatrick (2005, p. 55) nos lembra que, mesmo se considerarmos as mais diversas manifestações religiosas, onde a forma de se relacionar pode variar grandemente, e onde as divindades podem ser várias ou apenas uma, antropomórficas ou não, que se preocupam mais ou menos com os seres humanos, tendo inclinações para o bem ou para o mal, ainda assim, o indivíduo normalmente pensa nesses seres em termos de um relacionamento.

Voltando para o contexto cristão, um estudo que corrobora a percepção de que os indivíduos têm de estar realmente se relacionando com uma divindade, pode ser encontrado no trabalho de George Gallup e Sarah Jones (1989). Os participantes deveriam escolher, dentre opções prévias, o que consideravam mais fundamental em suas próprias concepções de “fé”³⁹. O resultado ao qual os pesquisadores chegaram foi o seguinte:

Mais da metade de todos os americanos [participantes da pesquisa] (51%) sente que a fé consiste em um relacionamento com Deus. Um em cada cinco (20%) vê a fé em termos de uma vida significativa, e aproximadamente a mesma proporção (19%) entende a fé como um conjunto de crenças. Uma minoria de 4% vê a fé como ser membro de uma igreja ou sinagoga. Um por cento expressou voluntariamente a opinião de que a fé não era significativa para eles⁴⁰ (Gallup; Jones, 1989, p. 187).

Ainda que seja uma pesquisa em que o público alvo era inteiramente de residentes nos Estados Unidos da América, o resultado nos serve de exemplo. A maior parte do total de participantes, 51%, considerou que a fé “consiste em um relacionamento com Deus”. Isso se torna ainda mais relevante se olharmos para o percentual das outras opções. Cada uma delas, analisadas individualmente, não chega sequer à metade das respostas que priorizaram o relacionamento. É uma diferença bastante considerável.

No segundo item, que trata da centralidade do amor nos sistemas de crença religiosas, Granqvist escolhe ilustrar sua ponderação com estudos que tratam de conversão religiosa, uma

³⁹ A pergunta exata era: which one of the following four statements comes closest to your own view of “faith”? (GALLUP; JONES, 1989, p. 186). Em português, pode ser traduzido como: qual das quatro afirmações a seguir mais se aproxima da sua visão de “fé”?

⁴⁰ Nesta citação temos, na verdade, 95% do total de participantes. Na tabela onde apresentam os resultados, na página 186, os autores informam que os outros 5% preferiram não emitir opinião a respeito da pergunta proposta.

vez que este fenômeno tem sido repetidamente comparado ao ato de apaixonar-se. A conclusão de uma das pesquisas é:

o que inicialmente considerei principalmente uma mudança de ideologia acabou por ser mais parecido com uma paixão [...] A conversão gira em torno de um apego repentino, uma paixão por uma figura real ou imaginária que ocorre em um cenário de grande turbulência emocional. O convertido típico foi transformado não por uma religião, mas por uma pessoa. A descoberta de uma nova verdade era indistinguível da descoberta de um novo relacionamento, que aliviou, temporariamente, o turbilhão da vida anterior. Esse apego intenso e onipresente descoberto na experiência religiosa prometia ao convertido orientação e amor eternos, pois o objeto da paixão do convertido era percebido como infalível (Ullman *apud* Granqvist, 2020, p. 47).

Além desse excerto sintomático, se olharmos para os textos bíblicos, também é possível perceber uma série de versículos, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, que são claros e diretos ao mostrar que a relação do crente com Deus é baseada no amor. O amor deve ser, inclusive, a medida da relação entre os próprios crentes. Na primeira carta de João, no capítulo 4, em diversas partes, podemos ver exemplos da importância do amor. Os versículos 7 e 8 dizem: “amados, amemo-nos uns aos outros, pois o amor é de Deus e todo aquele que ama nasceu de Deus e conhece a Deus. Aquele que não ama não conheceu a Deus, porque Deus é amor”.

Ainda neste mesmo capítulo 4 da primeira epístola de João, outros dois versículos chamam bastante a atenção. O verso 16 diz: “e nós temos reconhecido o amor de Deus por nós, e nele cremos. Deus é amor: aquele que permanece no amor permanece em Deus e Deus permanece nele”. Já o versículo 19 enuncia: “quanto a nós, amemos, porque ele nos amou primeiro”.

Trazendo agora dois breves exemplos do Antigo Testamento, no primeiro podemos ver o salmista solicitando diretamente a Deus o seu cuidado e afeto ao pedir: “Iahweh⁴¹, que teu amor esteja sobre nós, assim como está em ti nossa esperança!” (Salmo 33:22). Como segundo

⁴¹ Para não alterar as citações bíblicas, foi optado por manter “Iahweh”, quando aparece, para se referir a Deus. Em última análise, não é mais do que uma tentativa de tornar pronunciável o tetragrama (em alfabeto latino: YHWH) pelo qual Deus é nomeado em boa parte dos textos do Antigo Testamento. Na Bíblia de Jerusalém, ao falar sobre isso, é dito que: “na presente tradução encontra-se o nome de Deus sob a forma Iahweh. Essa forma, usada há certo tempo em numerosas traduções, apresenta alguns problemas [...] a vocalização ‘Iahweh’ é uma reconstrução hipotética de um nome cuja pronúncia real não era mais conhecida [...] algumas traduções substituíram este nome pela fórmula ‘o Senhor’, ou ainda, ‘o Eterno’. Outras se contentam em suprimir as vogais, mantendo simplesmente o tetragrama YHWH. Conservamos aqui a forma corrente Iahweh, mas, na leitura pública, e mais ainda em ambiente litúrgico, é recomendável dizer ‘o Senhor’” (2013, p. 14).

exemplo, é no mínimo relevante apontar que mesmo quando Deus é contrariado pelas ações humanas, a sua resposta, em última instância, é também permeada de amor: “em momento de cólera escondi de ti o rosto, mas logo me compadeci de ti, levado por amor eterno, diz Iahweh, o teu redentor (Isaías 54:8).

E esse amor, carregado de confiança em Deus, ainda pode ser lido no trecho bíblico da carta do apóstolo Paulo à igreja de Roma:

Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, os perigos, a espada? Segundo está escrito: Por sua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro. Mas em tudo isto somos mais do que vencedores, graças àquele que nos amou. Pois estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor (Romanos 8:35-39).

Desse modo, é notório que o amor é o elo, a ligação, o vínculo que sustenta a relação do crente com Deus. E é assim que deve ser também em uma relação de apego entre os seres humanos, para que o apego seguro possa florescer e para que a pessoa apegada possa se desenvolver com segurança e confiança.

Por fim, temos a representação de Deus através dos crentes. Ainda que esteja de acordo com a compreensão de que, psicologicamente, Deus é representado como uma espécie de figura parental, Granqvist é cético quanto a qualquer afirmação que sugira que a divindade é necessariamente masculina ou feminina. O autor afirma que os resultados de pesquisas a esse respeito têm sido mistos, e que essa dificuldade pode ser constatada inclusive historicamente, já que “as divindades das religiões mais antigas conhecidas eram frequentemente figuras maternas, e o protestantismo moderno é de fato incomum em sua falta de divindades femininas” (2020, p. 47).

É razoável propor que a construção da percepção de Deus por parte do crente seja consideravelmente complexa, abarcando tanto o relacionamento com ambas as figuras parentais, como o contexto cultural em que está inserido, além de outras variáveis que não competem à Teoria do Apego. Em outras palavras:

É provável que a representação de Deus de um indivíduo específico seja afetada tanto pelas suas experiências relacionais únicas com figuras maternas e paternas terrenas como pelas mensagens de conteúdo específicas (por exemplo, relativas ao gênero de Deus) que a pessoa encontra em sua (sub)cultura religiosa. Em geral, porém, as representações que as pessoas têm

de Deus refletem uma combinação de qualidades estereotipadas maternas e paternas. Esta observação está relacionada ao fato de que a maioria das crianças desenvolve múltiplas relações de apego – com mães, pais e outros. Consequentemente, *Deus provavelmente não é melhor visto nem como uma figura paterna exaltada nem como uma figura materna exaltada, mas sim como uma figura de apego exaltada* (Granqvist, 2020, p. 48 – grifo próprio).

Assim, a partir do entendimento da vertente de estudos da religião da Teoria do Apego, Deus não deveria ser compreendido literalmente como uma “mãe” ou um “pai”, e sim como uma figura de apego exaltada. Na verdade, “figura de apego exaltada e não corpórea” – o que não quer dizer “não real”. Também não deve ser entendida a partir de uma ideia de inferioridade. É possível, até mesmo, que o oposto seja mais plausível, uma vez que “a tendência de imbuir o mundo de entidades não-físicas, de vê-las como centrais no universo, e de se reunir e cooperar em torno delas como se fossem mais importantes e reais do que o que é fisicamente observável, é um dos aspectos mais intrigantes do funcionamento humano” (Granqvist, 2020, p. 66).

Com esses pontos de conexão entre apego e religião elucidados, Granqvist entende existir proximidade suficiente entre o relacionamento de apego de uma criança com seus cuidadores e o relacionamento do crente com Deus, sendo então possível também entendê-lo como uma relação de apego.

Para tanto, ao invés de partir de um esquema nos moldes essencialistas, onde são analisadas as “condições necessárias e suficientes” para ordenar algo, uma abordagem mais abrangente poderia se mostrar mais produtiva. Nas palavras de Granqvist, “se formos além do essencialismo, podemos legitimamente categorizar o ‘apego a Deus’ como um membro funcional da ‘família’ mais ampla de relacionamentos de apego” (2020, p. 64).

2.1.1 A proposta de categorização com o auxílio de Wittgenstein e Rosch

Logo acima foi diagnosticada a dificuldade para categorizar as relações de apego a partir de uma “essência comum”. Isso é ainda mais perceptível se for levado em conta que “praticamente todos os construtos psicológicos são confusos dessa forma, e isso ocorre porque eles se referem a experiências, que são difíceis de capturar em palavras, e a gamas de

comportamento cujo significado depende de contextos, cultura e muito mais” (Granqvist, 2020, p. 65).

Com isso em vista, Granqvist se ampara em outro caminho, para o que entende que seja uma melhor possibilidade de classificação. Primeiro, ele faz uso da noção de “semelhança de família”, proposta por Ludwig Wittgenstein, e complementa esta, com a ideia de categorias difusas organizadas em torno de protótipos, que têm origem com Eleanor Rosch⁴².

A “semelhança de família”⁴³, como o próprio nome sugere, trata de coisas distintas, mas que apresentam similaridades em tantos elementos, que parecem indicar parentesco. Não há

⁴² É válido ressaltar que Granqvist não está necessariamente longe da proposta de categorização que Kirkpatrick (2005) apresenta. Kirkpatrick parte das cinco características propostas por Ainsworth (et al., 1985) para distinguir o que é uma relação de apego – características, estas, com amplo reconhecimento e aceitação – e argumenta que se aplicam também ao relacionamento entre o crente e Deus. Granqvist, por sua vez, entende que haveria aí a busca por uma “essência” que não pode ser encontrada, optando por fazer uso das indicações de Ainsworth em conjunto com as ideias de Wittgenstein e Rosch. Se por um lado é certo que, ao utilizar essa estratégia, Granqvist coloca o apego a Deus mais facilmente dentro dos limites da Teoria do Apego, por outro, ele também estrutura a sua reflexão a partir de Ainsworth para encontrar as similaridades entre as relações de apego. O que se percebe, então, é que a proposta de categorização aqui exposta está mais para um complemento ou avanço em relação ao que foi originalmente pensado por Kirkpatrick, ainda que com suas especificidades, do que para uma ruptura.

⁴³ Granqvist é rápido ao passar por esse ponto. As ideias de Wittgenstein são alvo de interpretações bastante distintas por parte de seus comentadores e devemos ter isso em conta. Seja como for, dois trechos do livro “*Investigações Filosóficas*”, de Wittgenstein, ajudam a dar clareza sobre a origem da proposta a que está sendo feita referência. Ele está falando sobre a forma geral da proposição e da linguagem, defendendo que não há uma essência que possa servir de característica (§65). Dito isso, ele segue: “Observe, p. ex., os processos a que chamamos ‘jogos’. Tenho em mente os jogos de tabuleiro, os jogos de cartas, o jogo de bola, os jogos de combate, etc. O que é comum a todos estes jogos? – Não diga: ‘Tem que haver algo que lhes seja comum, do contrário não se chamariam jogos’ – mas olhe se há algo que seja comum a todos. – Porque, quando olhá-los, você não verá algo que seria comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles. Como foi dito: não pense, mas olhe! – Olhe, p. ex., os jogos de tabuleiro com seus variegados parentescos. Passe agora para os jogos de cartas: aqui você encontra muitas correspondências com aquela primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem, outros se apresentam. Se passarmos agora para os jogos de bola, veremos que certas coisas comuns são mantidas, ao passo que muitas se perdem. – Prestam-se todos eles ao ‘entretenimento’? Compare o xadrez com o ludo. Ou há, por toda parte, ganhar e perder, ou uma concorrência dos jogadores? Pense nas paciências. Nos jogos de bola há ganhar e perder; mas, se uma criança atira a bola contra a parede e a agarra novamente, neste caso este traço desapareceu. Veja que papel desempenham habilidade e sorte. E quão diferente é habilidade no jogo de xadrez e habilidade no jogo de tênis. Pense agora nas brincadeiras de roda: aqui se encontra o elemento de entretenimento, mas quantos dos outros traços característicos desapareceram! E assim podemos percorrer os muitos, muitos outros grupos de jogos, ver as semelhanças aparecerem e desaparecerem. E o resultado desta observação é: vemos uma complicada rede de semelhanças que se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam. Semelhanças em grande e em pequena escala” (§66). E conclui na parte inicial do §67: “Não posso caracterizar melhor essas semelhanças do que por meio das palavras ‘semelhanças familiares’; pois assim se sobrepõem e se entrecruzam as várias semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, andar, temperamento, etc., etc. – E eu direi: os ‘jogos’ formam uma família”.

uma essência propriamente, mas um conjunto de características, em que se percebe correspondência. É dessa forma que Granqvist conduz o assunto, como podemos ver abaixo:

Quando concluo que Deus muitas vezes funciona como uma figura de apego para os crentes religiosos, não o faço com uma compreensão essencialista de “apego” em mente. Pelo contrário, neste livro, “apego” e “figura de apego” devem ser entendidos como tendo limites um tanto vagos. Mais especificamente, aceito o “apego a Deus” como tendo uma semelhança familiar persuasiva com o apego de uma criança aos pais (2020, p. 65).

A ideia de “modelo prototípico”, por sua vez, se baseia na noção de que entre os membros, ou possíveis membros de uma determinada classe, algum se destacaria por compartilhar mais similaridades individuais com os outros integrantes. Este deveria, então, ser considerado o protótipo central, que serviria de balizador à categorização. Lima (2010, p. 116-117) é ainda mais clara e precisa:

Foi Eleanor Rosch quem transformou a categorização em uma questão de pesquisa. Desenvolvendo seus trabalhos na década de 70, criou o modelo de protótipo baseado na tese de que, se no modelo clássico as categorias são definidas somente pelas propriedades que todos os membros da classe possuem, então nenhum membro pode exemplificar a categoria melhor que outro (ROSCH, 1975; 1978). O princípio fundamental deste modelo sustenta que as categorias são organizadas em torno de protótipos centrais. Um item é considerado como membro de uma categoria não por se saber que ele possui um determinado atributo ou não, mas por se considerar o quanto as dimensões desse membro se aproximam das dimensões ideais para ele. Em outras palavras, um exemplo representativo de uma classe seria aquele que compartilhasse com os outros membros da categoria do maior número de características e que, por outro lado, compartilhasse de poucas características (ou nenhuma) com elementos provenientes de fora da classe. De acordo com o modelo de protótipo, conceitos são representados por um grupo de características, e não por suas definições. Um novo membro é categorizado como um tipo de conceito se é suficientemente similar ao seu protótipo. O agrupamento de conceitos em uma dada categoria se daria, segundo a pesquisadora, não pela alternância dos traços binários, mas pela semelhança com o protótipo, em que o membro condensasse os traços mais característicos da categoria. Um pintarroxo é uma ave mais prototípica do que uma galinha ou um pinguim; o que o faz ser mais facilmente reconhecido como uma ave e menos provável que seja classificado erroneamente como membro de outra categoria (tal como um mamífero ou peixe). Rosch e Mervis (1975) mostraram que quanto mais prototipicamente um membro de uma categoria é julgado, maior será a quantidade de características comuns que ele terá com os outros membros desta categoria, e menos atributos comuns com membros de categorias contrastantes. Em resumo, *protótipos são justamente aqueles membros de uma categoria que mais refletem a redundância da estrutura de uma categoria como um todo*. Assim, um canário é protótipo de um pássaro, mas uma galinha não é (grifo próprio).

Em suma, a ideia de Granqvist é simples: “para adicionar um novo ‘membro da família’ à categoria de apego, parece razoável requerer que ele tenha semelhanças convincentes com o protótipo” (2020, p. 65). Para ele, o protótipo da categoria “relacionamentos de apego” deve ser a relação do bebê, na idade de 12 a 20 meses⁴⁴, com o cuidador. Então, combinando os auxílios recebidos de Rosch e Wittgenstein, Granqvist defende que, se há semelhanças fundamentais entre os relacionamentos bebe-cuidador e crente-Deus – e como vimos acima, ele entende que há –, e se o primeiro é o protótipo da categoria, é mais do que aceitável que o segundo seja devidamente incluído como membro da família.

2.2 Atributos e funções de Deus

Aqui, mais propriamente, temos um primeiro ponto de grande importância na construção de Deus enquanto uma figura de apego ideal: os seus atributos. É fundamental destacar que tais atributos são reforçados tanto pela percepção individual que as pessoas que acreditam têm de Deus, quanto propriamente pela elaboração de muitas perspectivas teológicas.

Granqvist ilustra esse aspecto da seguinte forma:

No que diz respeito ao relacionamento percebido dos crentes com Deus, é quase desnecessário dizer que os crentes normalmente percebem Deus como muito mais forte e mais sábio do que eles próprios. Na verdade, de acordo com grande parte da doutrina teológica, Deus é supostamente onipotente (pode fazer qualquer coisa), onisciente (conhece tudo) e onipresente (está em toda parte), além de ser onibenevolente (infinitamente bom). Isso não quer dizer que todo crente religioso sempre represente Deus em todas essas formas de caridade ao mesmo tempo [...] Embora especulativo, suspeito que tais manobras ajudem os crentes a manter uma representação benevolente de um

⁴⁴ Granqvist acaba por ser um tanto quanto evasivo ao justificar essa faixa etária específica como o protótipo dos relacionamentos de apego. Como se notará no trecho a seguir, apesar de indicar o caminho por onde passa a sua argumentação, a utilização de termos como “provavelmente” e “conjecturo”, denotam algum grau de especulação. As suas palavras são: “tomando a abordagem do protótipo de Rosch para definir o apego, a maioria dos estudiosos do apego provavelmente concordaria que a relação bebê-cuidador, na idade infantil de 12 a 20 meses, é o protótipo da categoria, e eu conjecturo que o mesmo aconteceria com a maioria das outras pessoas se participassem de um estudo de categorização. Para adicionar um novo ‘membro da família’ à categoria de apego, parece razoável solicitar que ele tenha semelhanças convincentes com o protótipo. A maioria dos estudiosos do apego provavelmente também concordaria que, em ordem decrescente, os relacionamentos típicos da criança em idade pré-escolar, da criança em idade escolar, do adolescente e do jovem adulto com os pais, continuam a ter semelhanças suficientes com o protótipo de apego bebê-cuidador para que o pertencimento contínuo à classe seja garantido” (Granqvist, 2020, p. 65).

Deus que também é muito forte e sábio, e que se harmoniza com as mensagens que recebem nas suas (sub)culturas religiosas. Quando o crente se depara com a adversidade, Deus não apenas saberá (onisciência) e não apenas será capaz de ajudar (onipotência), mas também desejará ajudar o indivíduo a superar essa adversidade (benevolência). Conforme observado, por mais sensíveis que os cuidadores terrenos sejam, é difícil para eles competir com esses atributos. Esses cuidadores podem ser suficientes para acalmá-lo quando o chão tremer um pouco, digamos, após um terremoto leve ou moderado. Ao contrário de Deus, porém, é pouco provável que sejam de muita ajuda quando o chão se abrir sob os seus pés em decorrência de um terremoto desastroso (Granqvist, 2020, p. 61).

Analisando por partes a citação acima, logo de início podemos destacar que, à exceção do apego romântico, as outras formas de relação de apego possuem, entre as suas características, uma assimetria, onde a pessoa apegada percebe o objeto de seu apego como mais forte e mais sábio. Isso já foi dito anteriormente, de modo que está evidente a sua importância para as funções de base segura e porto seguro. O destaque aqui se dá especificamente por estarmos tratando do apego a Deus, onde essa percepção de desproporção ganha uma dimensão hipertrofiada, dados os atributos proeminentes de Deus.

Olhando agora para o meio da citação, onde o autor aponta os atributos, talvez o mais destacado seja a onipresença,⁴⁵ uma vez que a certeza de estar sempre com Deus, possibilita à relação proximidade e continuidade. Isso pode ser visto tanto em textos considerados sagrados quanto em pesquisas científicas, como será brevemente apresentado a seguir.

Usando trechos da Bíblia, Faustino Teixeira nos traz um bom exemplo de quão próximo⁴⁶ Deus é percebido pelos que acreditam nele. Conforme Teixeira:

No judaísmo percebemos a presença de uma dialética que articula os conceitos de Deus como infinito e transcendente e, ao mesmo tempo, profundamente próximo e vizinho ao ser humano. [...] o livro de Isaías descreve de forma muito feliz a ideia da proximidade: "Eu habito em lugar alto e santo, mas estou junto ao abatido e humilde (...)" (Isaías 57.15). O Deus de Israel está sempre muito próximo de seu povo, como o Deus clemente e misericordioso: "Qual a grande nação cujos deuses lhe estejam tão próximos como Iahweh nosso Deus, todas as vezes que o invocamos?" (Deuteronômio 4.7). [...] O Deus da aliança não se faz unicamente presente na tenda da aliança ou no templo, mas

⁴⁵ Granqvist ressalta que a noção de "onipresença" tende a ser assimilada literalmente por crentes com inclinações fundamentalistas, enquanto os de perspectiva liberal costumam interpretar de modo simbólico (2020, p. 49-50).

⁴⁶ No contexto especificamente cristão, talvez o exemplo mais radical dessa proximidade esteja no livro bíblico do evangelho de João. No capítulo 10, verso de número 4, Jesus afirma: "eu e o Pai somos um". Um pouco adiante, já no capítulo 15, na primeira sentença do versículo 4, as palavras de Jesus são: "permaneci em mim, como eu em vós". Nesse sentido, quem está em Jesus, por extensão, está em Deus.

acompanha sempre a comunidade de seu povo, mesmo no exílio: é o Deus Emanuel, o Deus-conosco (2000, p. 124-125)⁴⁷.

Como se nota, as passagens bíblicas são repletas de exemplos da relação de apego que se desenvolvem entre o crente e Deus. O livro dos Salmos é quase uma constante, sob esse aspecto. Apenas para exemplificar mais uma vez: “eis que o olho de Iahweh está sobre os que o temem, sobre aqueles que esperam seu amor, para da morte libertar a sua vida e no tempo da fome fazê-los viver. Quanto a nós, nós esperamos por Iahweh: ele é o nosso auxílio e nosso escudo. Nele se alegra o nosso coração, é no seu nome santo que confiamos” (Salmo 33:18-21).

O Novo Testamento também fala do poder de Deus e de sua relação com os que acreditam nele. Em um dos versículos é possível ler que Deus é “àquele, cujo poder, agindo em nós, é capaz de fazer muito além, infinitamente além de tudo o que nós podemos pedir ou conceber” (Efésios 3:20).

Quanto aos trabalhos acadêmicos, um bom exemplo é o artigo de William Broen (1957), em que ele faz um estudo analítico fatorial das atitudes e crenças religiosas. O maior fator encontrado por Broen foi “proximidade de Deus”. Nos resultados, o autor sustenta que “pessoas com cargas elevadas neste fator tenderiam a sentir que Deus era muito real e constantemente próximo e acessível. Essas pessoas sentem que têm comunhão com Deus – ‘andam e falam’ com Ele” (p. 177).

Em outro estudo, este especificamente voltado para o apego, Kirkpatrick e Shaver (1992) perguntaram para 213 participantes "qual das seguintes afirmações descreve melhor suas crenças sobre Deus e seu relacionamento com Deus?". Dentre as opções disponíveis, 70,1% responderam que “Deus geralmente é caloroso e receptivo comigo; Ele sempre parece saber quando me apoiar e proteger, e quando me deixar cometer meus próprios erros. Meu relacionamento com Deus é sempre confortável e estou muito feliz e satisfeito com isso” (Kirkpatrick; Shaver, 1992, p. 270).

⁴⁷ Ainda que seja comum identificarmos os trechos destacados como pertencentes ao que os cristãos chamam de “Antigo Testamento”, é notório que Teixeira se refere ao judaísmo nessa citação. Essa mesma coleção de livros é chamada pelos judeus de “Tanakh”. A distinção é importante, uma vez que mesmo antes do estudo do apego se dirigir ao aspecto religioso, autores como Reed (1978) percebiam conexão entre a teoria proposta por Bowlby e a relação descrita na Bíblia entre Deus e Israel. É dito que “toda forma de comportamento de apego, e do comportamento da figura de apego, identificada por Bowlby, tem sua contraparte próxima nas imagens do relacionamento entre Israel (ou o Adorador) e Deus que encontramos, por exemplo, nos salmos” (Reed *apud* Kirkpatrick, 2005, p. 52).

Os trabalhos mencionados acima são apenas alguns exemplos dos diversos estudos desenvolvidos dentro da Psicologia da Religião e que têm, sistematicamente, confirmado que os crentes se percebem em um relacionamento íntimo com Deus, em que há efetivamente confiança e apego.

Entretanto, se é possível verificar cientificamente não apenas o relacionamento da pessoa com Deus, mas até mesmo muito de seus efeitos na vida cotidiana, por outro lado, não se pode aferir com certeza a existência de tal divindade. Recursos, tais como símbolos, ídolos e metáforas, servem de auxílio para que tal dificuldade seja superada, e para que a pessoa tenha sempre em mente que Deus se faz presente o tempo todo.

Segundo Granqvist:

É difícil atestar com certeza se Deus está realmente presente em uma determinada situação, e as metáforas podem fazer muito para conduzir alguém através de algumas das provações da vida. Assim, pistas mais concretas podem ser valiosas para melhorar as percepções de proximidade com Deus. Conseqüentemente, as religiões normalmente providenciam locais de culto onde os crentes podem ir para estar mais perto de Deus, ou pelo menos para facilitar a experiência de proximidade. Além disso, uma variedade de ídolos e símbolos – como o rolo da Torá no Judaísmo, a cruz no Cristianismo, a estrela e o crescente no Islã – podem lembrar continuamente o crente da presença de Deus. (2020, p. 50).

Granqvist (2020, p. 55) salienta, contudo, que por mais que objetos, construções e outras pessoas de mesma crença possam servir de suporte, isso costuma ocorrer em períodos de calma. Em um momento de desastre, as pessoas se voltam principalmente para a fé e à oração, e não para a comunidade religiosa, indicando que, em situações extremas, a tendência é de uma atitude semelhante ao comportamento de apego, ao invés de recorrer ao apoio social como substituto. Deus é o porto seguro.

Em 1950, Gordon Allport entrevistou veteranos de guerra e verificou que, no período em que estavam no campo de batalha, seus vínculos se intensificaram com os seus companheiros e os laços afetivos com as pessoas deixadas em suas casas eram uma grande fonte de força para prosseguir. Entretanto, o perigo iminente de perder a vida a qualquer momento, fazia com que muitos buscassem em Deus afeto e proteção. Sobre esse estudo, Granqvist, espiritualmente, afirma que “pode ser necessária uma divindade onipotente para fornecer um porto seguro adequado quando as balas começarem a voar” (2020, p. 55).

Outro exemplo apresentado por Granqvist, de como eventos estressores intensificam a percepção de Deus como satisfazendo a função de porto seguro, é ainda mais revelador. Em um estudo prospectivo feito por Davis (et al., 2018; et al., 2019), com sobreviventes de enchentes na Louisiana, nos Estados Unidos, foi possível notar não só um aumento na representação de Deus como porto seguro, mas até mesmo uma diminuição da utilização da linguagem que indica a representação de base segura. Resumidamente:

Os sobreviventes que foram direta e pessoalmente afetados pela inundação eram especialmente propensos a descrever os seus relacionamentos pessoais com Deus usando uma linguagem de porto seguro (por exemplo, Deus como fonte de proteção, conforto ou nutrição). Em comparação com o período anterior ao desastre (quando 36% enfatizaram Deus como um porto seguro), esta tendência foi particularmente notável um mês após o desastre (82%). Curiosamente, a representação de Deus como uma base segura mostrou o padrão inverso (Granqvist, 2020, p. 55-56).

O apego também tem sido estudado no contexto de pessoas doentes. Como exemplo, Cassibba publicou um estudo com pacientes que estavam em processo de tratamento de câncer e insuficiência renal. Nos resultados, foi observado que “um apego seguro a Deus estava ligado ao espírito de luta e tendia a estar relacionado ao fatalismo. Em contraste, um apego inseguro a Deus tendia a estar conectado à desesperança e à preocupação ansiosa” (Cassibba, et al., 2014, p. 258).

Um dos colaboradores do trabalho acima mencionado, Granqvist é ainda mais específico em relação ao que a pesquisa demonstrou. Ele descreve da seguinte forma essa mesma parte dos resultados:

Entre pacientes com uma doença grave que estavam sendo submetidos a tratamentos de câncer e insuficiência renal, as percepções de Deus como consistentemente disponível e solidário (isto é, apego “seguro” a Deus) estavam relacionadas a um “espírito de luta”, enquanto as percepções de Deus como distante ou inconsistente solidário (ou seja, apego “inseguro” a Deus) estavam ligadas a um sentimento de desesperança (2020, p. 57).

Apesar de quase não haver diferença, a segunda passagem está levemente mais nítida em relação à diferença entre o apego seguro e o apego inseguro. Em todo caso, o mais importante a se destacar é o papel que Deus exerce, dependendo do tipo de apego, tanto na percepção que o crente tem de sua própria condição de existência quanto na estratégia de enfrentamento que utiliza para passar pela situação de vida na qual se encontra.

Granqvist ainda aponta uma série de pesquisas que também indicam uma tendência de aumento da religiosidade e da oração quando há a possibilidade de ou a efetiva perda ou separação da figura de apego “terrena” (a separação pode ser física, afetivo-emocional ou mesmo geográfica). A conclusão segue a mesma linha do que já foi exposto até aqui:

As crenças religiosas estão positivamente correlacionadas com o enfrentamento bem-sucedido nesses momentos [...] A perda de uma figura de apego principal é um estressor particularmente poderoso, em parte porque elimina a disponibilidade da pessoa a quem, de outra forma, provavelmente recorreríamos em busca de apoio em uma situação estressante. Quando uma figura de apego humana é perdida, um relacionamento percebido com Deus pode, portanto, tornar-se uma alternativa atraente (Granqvist, 2020, p. 57).

Não chega a surpreender que Deus seja tão importante como um refúgio de segurança em momentos de crise e angústia acentuados. Pargament (1997) lista e analisa diversas pesquisas que evidenciam que entre os crentes ocorre uma maior predisposição para orar quando as suas preocupações são relacionadas a catástrofes e doenças severas, em comparação com inquietações menores, como questões referentes ao trabalho, por exemplo.

Confirma-se, desse modo, que para a construção de Deus como uma figura de apego ideal, é fundamental que ele seja percebido e usufruído como porto seguro. É a ele que a pessoa crente recorre em situações adversas extremas e apenas nele identifica a possibilidade de solução para os seus problemas severos. Estresse, perigo, medo e outras circunstâncias críticas parecem ser enfrentadas com maior êxito quando o indivíduo está sob a proteção de um ser infinitamente poderoso, bom e que se importa com a sua vida.

Até aqui, os trabalhos desenvolvidos que relacionam apego e religião, majoritariamente têm priorizado o estudo a partir de eventos que causam perturbação emocional. Por um lado, isso é bom, pois dispomos de amplo material sobre a função de Deus enquanto porto seguro. Por outro lado, infelizmente, há uma defasagem de conteúdo que aborde de forma direta a função de base segura. Esse é, precisamente, o diagnóstico⁴⁸ ao qual Granqvist chega em seu livro, onde pode ser lido:

Em sua ânsia de estudar os resultados religiosos em reação a eventos estressantes, os pesquisadores infelizmente prestaram menos atenção à questão de como as crenças e experiências religiosas afetam o comportamento e a cognição na ausência de estressores. Assim, há menos evidências diretas

⁴⁸ Kirkpatrick (2005, p. 65) traz o mesmo diagnóstico. Foi feita a escolha pela citação de Granqvist simplesmente por ser mais recente. Chega a ser surpreendente que mesmo em um espaço de quinze anos, esse recorte da pesquisa tenha caminhado tão pouco a ponto de se manter a análise inicial.

de uma função de base segura da religião do que de uma função de porto seguro (Granqvist, 2020, p. 59).

No entanto, não se pode negligenciar a função de base segura na Teoria do Apego. É justamente a existência de uma figura que funciona como uma fundação, proporcionando segurança e estabilidade, que propicia à pessoa apegada uma exploração destemida do ambiente, com coragem e confiança na condução da vida.

É por essa razão que Bowlby diz que “quando um indivíduo está confiante de que uma figura de apego estará disponível para ele sempre que desejar, essa pessoa será muito menos propensa ao medo intenso ou crônico do que um indivíduo que, por qualquer motivo, não tenha tal confiança” (1973, p. 202). O autor defende ainda, que mesmo essa convicção – ou falta de convicção – na disponibilidade de figuras de apego se desenvolvendo no período que vai da primeira infância até a adolescência, a tendência é que as expectativas a respeito sejam conservadas durante toda a vida.

Não é difícil encontrar textos e músicas, ou mesmo ouvir pessoas falando sobre Deus de modo que seja possível interpretá-lo como base segura. Um trecho bastante conhecido da Bíblia que é explícito em relação a isso é o Salmo 23, onde está escrito:

Iahweh é o meu pastor, nada me falta. Em verdes pastagens me faz repousar. Para as águas tranquilas me conduz e restaura minhas forças; ele me guia por caminhos justos, por causa do seu nome. Ainda que eu caminhe por vale tenebroso nenhum mal temerei, pois estás junto a mim; teu bastão e teu cajado me deixarão tranquilo (Salmo 23:1-4).

Esse é um dos muitos trechos onde o salmista demonstra sua enorme confiança em Deus e a segurança de que mal nenhum sobrevirá sobre a sua vida. Há paz e tranquilidade, pois quem o direciona na caminhada é o bom pastor, que não permite que nada lhe falte, e que garante a manutenção das suas forças em qualquer situação, mesmo que pareça a mais terrível.

Um pouco à frente, no último verso deste capítulo, o autor ainda apresenta uma certeza que parece concordar com a opinião de Bowlby sobre a conservação do padrão de apego durante a vida. É claro que estamos tratando aqui de um hino de louvor à divindade e não de uma pesquisa científica propriamente dita, mas não deixa de ser interessante a percepção de quem a escreveu. Para o compositor, esse relacionamento amparado em segurança se perpetuará. No

referido excerto o salmista diz: “felicidade e amor me seguirão todos os dias da minha vida; minha morada é a casa de Iahweh por dias sem fim” (Salmo 23:6).

Além disso, entre os trabalhos que ajudam a exemplificar a função de Deus enquanto base segura na vida dos que nele acreditam, um bem interessante é o da pesquisadora Daniella Kupor (et al., 2015). Contrariando a ideia proposta em muitos estudos de que pessoas religiosas tendem a diminuir os comportamentos de risco, a investigação de Kupor postulou que a exposição a conceitos de Deus poderia, na verdade, elevar o desejo dos crentes de se envolverem em certos tipos de riscos.

O artigo de Kupor trouxe uma série de oito estudos que apontaram para uma maior tomada de risco nos grupos que receberam lembretes diversos a respeito de Deus, desde que não fossem riscos imorais, onde a tendência se inverteu. Também foi testado e confirmado que os tais lembretes de fato exerceram influência na decisão final dos participantes, a despeito de assumir ou não os riscos propostos.

A conclusão foi que no grupo preparado com o tema “Deus”, a inserção dessa fonte confiável de segurança e proteção fez com que os riscos fossem percebidos como uma ameaça menor. Nas palavras dos autores:

Os resultados de sete estudos indicam que os lembretes de Deus aumentam a tomada de riscos em domínios não morais. Este efeito surgiu através de uma série de riscos e usando vários tipos diferentes de lembretes de Deus. Em todos estes estudos, bem como no nosso último e oitavo estudo, encontramos evidências de que a importância de Deus aumenta a assunção de riscos, fazendo com que as pessoas se sintam seguras e protegidas do perigo (Kupor; et al., 2015, p. 8).

Diante do que já foi exposto, não surpreende que outras pessoas tenham pensado em Deus como alguém em que se pode não apenas crer, mas realmente se apegar. Em 1981, o professor e teólogo Gordon Kaufman escreveu um livro intitulado “*The theological imagination: constructing the concept of God*”, e o segundo capítulo dessa obra se chama exatamente “*Apego a Deus*”⁴⁹.

Kaufman não fala sobre o apego nos mesmos termos da Teoria do Apego abordada nessa dissertação, e nem sequer cita Bowlby ou Ainsworth. E mais, o seu livro foi publicado nove anos antes do trabalho pioneiro de Kirkpatrick e Shaver (1990), que relacionou apego e religião.

⁴⁹ O livro foi escrito em inglês, portanto, no original o capítulo se chama “*Attachment to God*”.

Contudo, é inegável que a noção de “figura de apego ideal” apresentada pelo autor antecipa muito do que é abordado e validado pela Teoria do Apego atual. Para Kaufman:

A ideia de Deus é a ideia de uma figura de apego absolutamente adequada. Isso fica claro pelas imagens nas quais e através das quais a noção de Deus tem sido tradicionalmente explicitada [...] Deus é pensado como um pai protetor e atencioso, sempre confiável e sempre disponível para seus filhos quando eles precisam [...] mas a imagem parental por si só não seria suficiente para desenvolver a noção de uma figura de apego ideal: como vimos, todos os seres humanos, incluindo os pais, são fracos e falham em aspectos importantes e não são absolutamente confiáveis. Portanto, Deus também foi pensado sob outras imagens, particularmente a de senhor e guerreiro, alguém poderoso na batalha, que pode derrotar e derrota todos os inimigos dos fiéis (1981, p. 67).

O que mais impressiona nesse trecho não é a construção do raciocínio de Kaufman, mas o fato de não ter sido escrito por nenhum estudioso da Teoria do Apego voltada à religião, mesmo com termos tão próximos. Deus realmente parece ser uma figura de apego absolutamente adequada.

Até aqui vimos a importância dos atributos de Deus para a construção da figura de apego ideal. Também fundamentais são as suas funções de base segura e de porto seguro. Contudo, ainda falta um olhar mais atento para as diferenças que podem ser encontradas entre os indivíduos, que interferem na forma como Deus ou outras divindades são particularmente percebidos e no modo como tal relação se desenvolve – ou não. Esse será o foco do capítulo 3. Antes, porém, é válido ressaltar a relevância da oração.

2.3 Sobre a busca e a manutenção do relacionamento de apego com Deus – uma breve consideração a respeito da oração

Entre os critérios tradicionalmente utilizados para o reconhecimento de uma relação de apego, a procura por proximidade é, muito provavelmente, a que exige mais atenção em sua verificação. O primeiro problema é que, como seres humanos, gostamos de passar o nosso tempo na companhia de pessoas pelas quais sentimos carinho, sejam elas nossos filhos, amigos, ídolos da música ou colegas de algum clube de leitura.

Entretanto, a simples vontade e o prazer de estar com determinados indivíduos, por si só, não caracteriza a existência do apego, tal qual é expresso na teoria. Kirkpatrick nos lembra

que é muito comum os pais desejarem compartilhar a maior parte do tempo com os seus filhos, mas isso não faz dos filhos a figura de apego dos pais (2005, p. 56). Faltam, em todos esses exemplos, os elementos quase “existenciais” de segurança e proteção, que deveriam ser decisivos e permear a relação.

Ao falarmos de Deus, soma-se à dificuldade anterior, o possível impasse em relação ao termo “proximidade”. Ainda que possamos defender que na relação do crente com Deus haja elementos que sustentem a sua interpretação como um porto seguro e uma base segura de ordem divina, não há como apoiar a ideia de proximidade física com uma figura que é, em si, definida como não-corpórea.

Para que qualquer obstáculo seja removido, é preciso ter em conta, que logo nos primeiros estágios da vida, a Teoria do Apego não se guia mais pela noção de “proximidade física”, e sim pela ideia de “segurança sentida”⁵⁰. Conforme a pessoa se desenvolve, é a sensação psicológica de estar segura e protegida que mais propriamente influencia a sua existência⁵¹. Mesmo que esteja longe, há uma representação internalizada da figura de apego, que permite à pessoa apegada seguir com confiança na preservação do relacionamento.

Os seres humanos fazem uso de diversos recursos que lhes permitem reforçar esse sentimento de vínculo. Na religião, além dos templos, símbolos, mitos e ritos, por exemplo, é notório que a oração desempenha um importante papel na manutenção da proximidade com Deus, podendo ser entendida como um comportamento de apego⁵². A esse respeito, Granqvist (2020, p. 50) sustenta que “a sua capacidade de produzir um senso de conexão com o divino é central para muitas formas de oração e que esta é provavelmente uma das razões para a oração permear a vida religiosa em muitas religiões do mundo”.

Friedrich Heiler, em seu livro *“Prayer: a study in the history and psychology of religion”*, aponta que a essência da oração é uma “comunhão viva do homem com Deus, levando o homem a um contato direto com Deus e a uma relação pessoal com Ele” (1932, p.

⁵⁰ “Por presença, entende-se ‘facilmente acessível’; por ausência, ‘inacessibilidade’” (Bowlby, 1973, p. 23).

⁵¹ “Além da primeira infância, portanto, a eficácia de uma figura de apego não depende da proximidade física, mas sim da proximidade psicológica” (Kirkpatrick, 2005, p. 57).

⁵² É certo que nem os templos, símbolos, mitos e ritos, e nem a oração preenchem funções que estão estritamente relacionadas ao apego, se tratando apenas de um dos seus aspectos.

362). Para Heiler, ao orar, o crente “acredita que fala com um Deus, imediatamente presente e pessoal” (1932, p. 356)⁵³.

Por intermédio das orações, as pessoas fazem coisas como pedir, agradecer, elogiar e comunicar os seus pensamentos e sentimentos para Deus. Isso é bastante sintomático, pois além do crente estar procurando manter Deus por perto, segundo essa interpretação, ainda é possível ver que na oração peticionária, por exemplo, é efetivamente reconhecida a inferioridade humana perante a divindade e a necessidade de ajuda, consolo e direção para sua vida. Parece indicar uma manifestação patente de apego.

A percepção do crente é que Deus ouve, se preocupa e responde. A carta bíblica aos Filipenses é uma amostra disso: “não vos inquieteis com nada; mas apresentai a Deus todas as vossas necessidades pela oração e pela súplica, em ação de graças. Então a paz de Deus, que excede toda a compreensão, guardará os vossos corações e pensamentos, em Cristo Jesus” (Filipenses 4:6-7).

Na oração, portanto, a pessoa se abre com plena disposição, confiante que encontrará amparo. Pode-se dizer que se trata de uma conversa direta, em que o crente reconhece as suas limitações mais íntimas e deposita a sua esperança na figura divina, que é capaz de lhe proporcionar tranquilidade. Não é uma fala banal, um relacionar-se de modo trivial. É o dirigir-se a um outro no qual se identifica a capacidade e a força para promover o bem-estar, além de constatar neste outro a vontade genuína de ouvir e responder à oração, de participar ativamente da relação.

Se quisermos compreender o modo como Deus acaba por se tornar uma figura de apego ideal, devemos considerar seriamente a oração ao pensar esta busca por proximidade. Como já dito anteriormente, a Teoria do Apego trata da necessidade humana de estabelecer vínculos afetivos estáveis e duradouros, e a oração é a forma mais franca e particular que a pessoa que crê dispõe para se expressar e criar esse vínculo com a divindade na qual acredita.

⁵³ Esse trabalho também é citado por Granqvist (2020, p. 50) e por Kirkpatrick (2005, p. 60), sendo que o segundo apresenta os mesmos trechos trazidos neste parágrafo.

3. APEGOS E TRILHAS – UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS

Passando agora dos aspectos normativos para as diferenças individuais, na Teoria do Apego, a proposta deste capítulo é focar nas especificidades das histórias de vida de cada pessoa. Ao olharmos para as relações de apego, no passado e no presente, que moldam as vidas individualmente, é possível compreender tanto o padrão de apego desenvolvido pela pessoa quanto o recurso que ela demanda da divindade e da religião.

Para que Deus consiga alcançar a posição de figura de apego ideal, é fundamental que tudo o que foi falado a seu respeito no capítulo 2 – por exemplo, as funções de Deus, os seus atributos, a busca por proximidade – caia em solo fértil, para usar uma analogia bíblico-agrícola.

A figura de Deus terá um caminho muito mais complicado rumo à sublimidade, aqui pensada de forma prática na vida do crente, se o seu uso for de uma figura de apego substituta compensatória, e se as pessoas com características de apego inseguro não tiverem uma rede de apoio em que possam confiar durante o processo de substituição da outra figura pela divindade.

De modo panorâmico, este capítulo abordará as noções de “trilha de correspondência” e “trilha de compensação” (Granqvist, 2020), com o intuito de tratar de alguns aspectos que podem potencializar a construção de Deus como uma figura de apego ideal, e outros aspectos que possam impedir que essa percepção sublime do ser divino seja efetivamente alcançada.

Para uma melhor compreensão das discussões que ocorrem dentro da Teoria do Apego, em sua vertente voltada à religião, algumas divergências teóricas também serão apresentadas. Contudo, assim como acontece no capítulo 2, o entendimento de Granqvist a respeito do apego é o que acaba se tornando a linha-mestra.

3.1 Trilha da correspondência

Através de suas pesquisas e observações, os estudiosos da Teoria do Apego voltada à religião notaram que indivíduos com apego seguro, majoritariamente dão continuidade ao exemplo de suas figuras de apego da infância, aderindo aos seus padrões, sejam eles religiosos ou não religiosos. E não apenas isso, essas pessoas tendem a generalizar os seus modelos de

trabalho interno, desenvolvidos desde os primeiros estágios da vida, e que possibilitam um entendimento de si e dos outros, expandindo-os para a representação de Deus, que, nessa condição de apego seguro, se mostrará sensível, amável e protetor (Granqvist, 2020, p. 125).

Por si só, essa constatação já é bastante significativa, pois aponta que em pessoas seguras, a construção de Deus enquanto figura de apego ideal passa pela formação de modelos de trabalho interno, e que estes lhes permitem uma assimilação positiva e acessível do ser divino. Mais ainda, indiretamente, parece indicar que somente a posse de atributos extremamente exaltados da parte da divindade, não diz muito sobre a certeza de uma relação segura entre o crente e Deus. Voltaremos a isso no próximo tópico, quando abordaremos a “trilha da compensação”.

Em uma relação segura onde a religião é um fator importante para quem cuida da criança, é bastante provável que o indivíduo apegado cresça habituado e integrado a algum princípio religioso, e isso, quase que causalmente, o levará ao caminho onde é mais frequente assumir para si a forma e o conteúdo de fé experimentados pela sua figura de apego.

Como será melhor esclarecido adiante, quando é proposto que a pessoa “adere à crença do cuidador”, não está sendo dito que esta “adere acriticamente à crença do cuidador”. Exatamente por ser uma relação segura, os indivíduos normalmente desfrutam de mais liberdade para questionar e criar as suas próprias opiniões. Contudo, a segurança afetiva que experimentam costuma propiciar uma visão positiva a respeito das convicções da figura de apego. Não se trata de uma certeza, mas de uma possibilidade relativamente alta.

Nessa direção, Granqvist (2020, p. 125) diz que

a religiosidade e a espiritualidade não são necessariamente dramáticas, baseadas em carências ou marcadas por turbulências e crises. Na verdade, na maioria dos casos, a religiosidade e a espiritualidade são resultados naturais da aprendizagem social – “treinado na teoria de tal religião” – e da generalização de modelos de trabalho – por exemplo, “eu sempre soube que Deus me amava”.

Mas essa é apenas uma parte da história. Podemos dizer que se trata da perspectiva de Granqvist da Teoria do Apego ligada à religião. É preciso destacar, no entanto, que Granqvist e Kirkpatrick não chegam exatamente a concordar sobre as noções de “correspondência” e de “compensação”. Kirkpatrick não endossa a noção de “aprendizado social” como fator parcialmente explicativo, por exemplo. Ou, pelo menos, não a tem em alta conta.

De acordo com o entendimento de Kirkpatrick, apresentado em trabalhos individuais (1992; 2005), e no colaborativo e pioneiro estudo com Shaver (1990), os modelos de trabalho interno – tal qual Bowlby (1973) sugeriu – influenciam não apenas o relacionamento cuidador-bebê, mas também as outras relações de apego e a vida religiosa do crente.

A hipótese era a de que, assim como os modelos de trabalho interno são generalizados para outros relacionamentos, são também estendidos à religião, com influência tanto nas crenças individuais quanto na percepção do relacionamento com Deus. Uma relação de apego segura, por exemplo, levaria a pessoa a modelos de trabalho interno que permitissem ver positivamente a si mesma e aos outros e, conseqüentemente, Deus, que seria confiável e afetivamente estável, estabelecendo uma correspondência.

A compensação será tratada mais diretamente no próximo ponto, mas uma relação de apego inseguro com os cuidadores também poderia culminar em uma relação de apego com Deus. Nesse caso, a divindade funcionaria como uma substituição, atuando como uma contrapartida à figura de apego humana que foi insatisfatória para a pessoa.

Ao menos em grande medida, o exposto acima foi o que Kirkpatrick e Shaver (1990) encontraram. As descobertas, no entanto, foram ainda mais curiosas: os participantes do estudo que eram religiosos e contaram suas histórias como tendo sido de apego seguro na infância, em geral, cresceram em lares religiosos e as suas religiosidades tinham uma correlação positiva com a dos pais. Já as pessoas crentes que narraram suas trajetórias como tendo sido de apego inseguro, normalmente apresentaram uma associação negativa ou neutra em relação à religiosidade parental. O mais interessante, contudo, é que os indivíduos inseguros que vivenciaram um baixo nível de religiosidade dos pais, majoritariamente foram os que apresentaram os mais altos níveis de crença.

Posteriormente, ao replicar o estudo na Suécia, Granqvist (1998) encontrou resultados similares; entretanto, percebeu uma pequena diferença nos dados obtidos. Em sua análise, quem reportou uma combinação de apego seguro e religiosidade parental elevada, se mostrou substancialmente mais religioso, se comparado ao indivíduo de apego inseguro. Em Kirkpatrick e Shaver, nessa mesma condição, as diferenças não foram significativas.

Essa descoberta foi valiosa, pois permitiu confirmar a hipótese da correspondência também em níveis altos de religiosidade parental, o que foi um percalço na primeira pesquisa. Agora era possível unir os dois trabalhos e chegar a uma percepção ampla sobre o que era mais frequentemente comum: diante de cuidadores altamente religiosos, indivíduos seguros tinham

a tendência de ser consideravelmente mais religiosos do que os inseguros; já com baixa religiosidade parental, as pessoas com apego inseguro eram as mais religiosas; e isso levava, por fim, a uma afinidade religiosa entre pais e filhos com apego seguro, e a uma diferença ou neutralidade quando essa relação era insegura.

Nota-se, contudo, que o estudo de Granqvist (1998) supera o obstáculo inicial, mas ainda permanece a necessidade de entender a origem da discrepância nas informações coletadas. O próprio Granqvist sugere que o desacordo se deu pela diferença no conteúdo da fé entre os crentes das amostras (2020, p. 126-127). Enquanto a sua pesquisa ocorreu na Suécia, que é um país altamente secularizado, e contou com participantes luteranos e teologicamente liberais, o trabalho de Kirkpatrick e Shaver aconteceu no “cinturão bíblico”⁵⁴ dos Estados Unidos, amplamente fundamentalista⁵⁵.

Essa variação geográfica, para Granqvist, pode ter levado ao *efeito teto*⁵⁶. A religião está tão enraizada na sociedade local, que acaba por exercer enorme influência sobre a pessoa, a ponto de gerar distorções nas previsões originais da teoria. Granqvist (2020, p. 127) diz que

⁵⁴ Em inglês, “Bible Belt”. Trata-se de uma região geográfica dos Estados Unidos da América onde o fundamentalismo bíblico tem grande influência. Mais especificamente, é a área que “abrange o extremo sul e sudoeste do país, cujo percentual de cristãos é acima da média nacional. Os estados que compõem tal cinturão e suas respectivas taxas de cristãos são: Carolina do Sul (78%), Carolina do Norte (77%), Alabama (86%), Geórgia (79%), Mississippi (83%), Tennessee (81%), Kentucky (76%), Arkansas (79%), Texas (77%), Missouri (77%), Oklahoma (79%), Louisiana (84%), Virginia (73%) e parte da Flórida (70%), Kansas (76%), Illinois (71%), Virgínia Ocidental (78%), Ohio (73%) e Novo México(75%)” (Ribeiro, p. 10).

⁵⁵ É bem verdade que Granqvist (1998) tentou aproximar a sua amostra da que Kirkpatrick e Shaver (1990) utilizaram. Ao descrever o método, ele informa que “a amostra foi composta por 203 estudantes da Universidade de Uppsala, na Suécia. A Suécia é um país altamente secularizado. Embora aproximadamente 90% da população sueca sejam membros da *Lutheran Stated Church of Sweden*, apenas 10% da população são cristãos confessos, em comparação com 60% nos Estados Unidos. Para obter variação nas variáveis de religiosidade, uma grande proporção da amostra foi retirada de uma população religiosa, que incluía estudantes de graduação em teologia geral (n = 50), estudantes de graduação em outras áreas da teologia (hebraico e grego; n = 39), membros de um sindicato de estudantes cristãos de base ecumênica (n = 12) e estudantes de um dormitório (n = 25) pertencentes a uma denominação cristã. Além disso, participaram duas turmas de graduação em biologia (n = 46) e duas turmas de psicologia (n = 31). A amostra foi composta por 38% de entrevistados do sexo masculino e 62% do sexo feminino. A média de idade da amostra foi de 26 anos, com desvio padrão de 6,7 (variação = 20-50 anos)” (Granqvist, 1998, p. 353).

⁵⁶ “Termo usado para descrever o que acontece quando muitos participantes de um estudo apresentam pontuações em uma variável que estão no limite superior possível (‘teto’) ou próximo a ele. O efeito teto dificulta a análise, pois reduz a variação de uma variável. Por exemplo, suponha que um grupo de professores de estatística queira ver se um novo método de ensino aumenta o conhecimento de estatística elementar. Eles aplicam um teste aos alunos em suas aulas, experimentam o novo método e, em seguida, dão aos alunos outra versão do mesmo teste para ver se suas notas aumentaram. Se um dos professores tivesse alunos que já conhecessem bastante estatística e obtivessem pontuação igual ou próxima de 100% no primeiro teste, ele não saberia dizer se o novo método foi eficaz em

embora o padrão de dados no estudo de Kirkpatrick e Shaver geralmente apontasse na mesma direção [que os dados do estudo de Granqvist], eles não encontraram diferenças significativas entre os grupos que diferiam na segurança do apego em níveis elevados de religiosidade parental, presumivelmente devido a um efeito teto. Quando consideramos que seu estudo foi conduzido em uma população altamente religiosa, possivelmente com uma forte norma cultural favorecendo a religião além daquela fornecida pelos pais, tal efeito teto não é surpreendente.

Isso esclarecido, e deixando momentaneamente de lado os ruídos hiperbólicos da interferência cultural, Granqvist percebeu que apesar de existir uma correspondência, ela não poderia ser ligada necessariamente à correspondência que se baseia tão somente na generalização dos modelos de trabalho interno. A religiosidade dos pais também deveria ser considerada como parte do processo, já que isso parecia ser mais fiel às informações levantadas. Para ele, “a religiosidade parental atuou como moderadora, ou qualificadora, da ligação entre o histórico de apego percebido e a religiosidade” (Granqvist, 2020, p. 126). Então, junto com Berit Hagekull, seu orientador de Doutorado, Granqvist propôs a “correspondência socializada” (Granqvist; Hagekull, 1999)⁵⁷.

Ao adicionar a religiosidade dos pais como variável moderadora, Granqvist entende ter havido uma série de ganhos para a teoria. O primeiro, e talvez o mais importante, é a possibilidade de tornar as hipóteses de correspondência e compensação falseáveis. A compreensão é:

As formulações originais das hipóteses de correspondência e compensação, consideradas em conjunto, implicavam que virtualmente qualquer resultado empírico, exceto resultados completamente nulos, daria suporte às previsões da teoria do apego. Por exemplo, se, por um lado, os indivíduos seguros demonstram ter mais crenças teístas, isso se deve à generalização dos modelos de trabalho interno; se, por outro lado, os indivíduos inseguros têm mais crenças teístas, isso é o resultado de se voltarem para Deus em busca de um substituto de apego mais satisfatório. Em outras palavras, quase nenhuma instância empírica (novamente, além de resultados completamente nulos) poderia “falsificar” as previsões baseadas no apego. Dito de outra forma,

sua aula. As notas dos seus alunos eram tão altas (no teto) que dificilmente poderiam subir, mesmo que os alunos aprendessem muito usando o novo método” (Vogt, p. 40, 2005).

⁵⁷ É essencial elucidar que Kirkpatrick percebe que existem “efeitos moderadores da religiosidade parental na relação entre o apego na infância e a religiosidade adulta” (2005, p. 116). Para ele, isso é nítido, assim como é patente que a correspondência baseada em modelos de trabalho interno não explica facilmente essa questão. O seu ponto é que tal efeito moderador, ao mesmo tempo em que é óbvio, é também possivelmente verdadeiro e falso, podendo até ser um auxílio, mas não elucidando nada por si mesmo. Ele defende que “a socialização (ou transmissão cultural) não é, *por si só*, uma explicação satisfatória para nada. É uma construção útil apenas no contexto de um modelo mais amplo e de múltiplas camadas da psicologia e do comportamento humano” (Kirkpatrick, 2005, p. 118 – grifo no original).

como previsões contrastantes foram derivadas da mesma teoria, descobertas contrastantes poderiam ser acomodadas dentro da teoria (Granqvist, 2020, p. 127).

Além dessa contribuição popperiana, Granqvist ainda aponta brevemente as vantagens que a pesquisa da díade apego-religião pode desfrutar, na medida em que se considere seriamente a socialização. Para ele, desse modo se estaria melhor alinhado com as descobertas mais recentes, tanto da própria Teoria do Apego quanto de outros âmbitos, como por exemplo, os que investigam estilos parentais ou a socialização de forma geral. Em suas palavras:

Muitos estudos não explicitamente baseados na teoria do apego, mas sim nos estilos parentais e na literatura geral de socialização, mostraram que a semelhança entre pais e filhos em termos de religiosidade é muito maior se a relação pais-filhos tiver qualidades positivas [...] além disso, algumas vertentes da investigação sobre apego sugeriram que crianças seguras são socializadas com mais sucesso, em geral, do que outras crianças. A conclusão dessa linha de estudos foi que a socialização não requer técnicas especiais de disciplina, mas é uma consequência natural do cuidado sensível e do afeto mútuo entre cuidador e criança (2020, p. 128).

Voltando a Kirkpatrick, não é que ele não acredite que exista a socialização com influência parental e a transmissão cultural na sociedade. Ele não só acredita, como cita vários estudos, nas mais diversas áreas, que corroboram essa ideia. Mas, ao mesmo tempo, ele apresenta outros trabalhos que contestam a percepção de que isso seria suficiente para responder todas as questões. Muito pelo contrário! Para ele, além de não ser suficiente, ainda é uma compreensão relativamente obscura, com resultados difusos. Pode servir para ajudar a embasar algumas análises, mas não para explicar a associação entre apego e religião⁵⁸.

Para Granqvist, esse posicionamento de Kirkpatrick tem razão de ser na vertente teórica em que atua: a psicologia evolutiva.

É importante notar aqui que Kirkpatrick estava trabalhando dentro de uma vertente particular da psicologia evolucionista que procurava substituir o papel da cultura como causalmente modeladora da mente, por uma consideração de domínio específico: mecanismos psicológicos evoluídos. Não deveria ser uma surpresa, portanto, que alguns psicólogos evolucionistas vejam um sinal vermelho quando um escritor apela à aprendizagem e à socialização, visto que estes são considerados como exemplos de ideias de domínio geral, tábula rasa, associadas ao “modelo padrão das ciências

⁵⁸ Este é apenas um breve e, inevitavelmente, conciso resumo da opinião de Kirkpatrick. Em seu livro do ano de 2005, nas páginas 114-121, ele se dedica diretamente a expressar a sua posição sobre a correspondência socializada. Um apontamento interessante do autor, nas páginas 114-115, é que ele e Granqvist entendem até mesmo o termo “correspondência” de modo diferente.

sociais”. Este é o modelo que os psicólogos evolucionistas esperam substituir (Granqvist, 2020, p. 128-129).

De todo modo, ainda que com seus contrastes conceituais, ambos os autores puderam fazer publicações em conjunto. A esse respeito, Granqvist expõe o que possibilitou esses trabalhos:

Kirkpatrick e eu conseguimos deixar de lado nossas diferenças na ênfase explicativa, focando nos caminhos de desenvolvimento para a religião (em vez da explicação *per se*) e nos diferentes modos de ser religioso/espiritual (Granqvist; Kirkpatrick, 2008, 2013, 2016). Ao fazê-lo, ressaltamos que estamos lidando com questões de desenvolvimento (Granqvist, 2020, p. 129).

Por fim, em certo sentido, podemos dizer que os pesquisadores chegaram a um meio termo. Kirkpatrick (2005, p. 121) apresenta a sua conclusão:

Não tenho dúvidas de que a socialização ocorre e que as pessoas adquirem ideias religiosas em grande parte através da aprendizagem social de outras pessoas. Para os presentes efeitos, o ponto essencial é apenas que tais processos não constituem uma explicação *alternativa* para a aquisição de crenças religiosas, mas antes representam um nível de análise que se sobrepõe e opera simultaneamente e em conjunto com processos psicológicos e emocionais, como o apego (grifo no original).

A reação de Granqvist a esse trecho deixa claro que é possível seguir a partir daí: “embora eu seja obviamente menos resistente a atribuir um papel causal à cultura na co-escultura da mente humana, concordo plenamente com Kirkpatrick nessas conclusões” (2020, p. 129).

Seja como for, Kirkpatrick (2005, p. 114-121) traz importantes reflexões sobre os seus motivos para olhar com desconfiança o aprendizado social, e isso deve ser considerado com atenção. Por seu lado, Granqvist tem a seu favor o fato de que a adição da crença dos cuidadores, como qualificadora da correspondência e da compensação, efetivamente possibilita, na prática da pesquisa, tanto a oportunidade de falsear a teoria quanto de oferecer previsões mais acuradas.

Temos então a proposta de Granqvist (2020, p. 129):

Com a trilha da correspondência, então, afirmamos que a religião, no caso de apego seguro, se desenvolve a partir de (1) representações generalizadas e positivas de si mesmo e do outro (correspondência por modelos de trabalho interno) e (2) adoção parcial da religião de um cuidador sensível

(correspondência socializada). Em outras palavras, se os pais forem notavelmente religiosos, espera-se que os filhos seguros também sejam religiosos, caso em que suas percepções de Deus refletirão mais ou menos as de uma figura de apego confiável e sensível.

Seguindo nesta direção da Teoria do Apego, podemos inferir, além do que já foi dito no segundo capítulo, que Deus, enquanto uma figura de apego ideal, ainda depende do modo como a pessoa desenvolveu os seus modelos de trabalho interno e de como se deu a sua socialização. Importa-nos agora, entender mais frontalmente os pilares da correspondência socializada.

3.1.1 Correspondência socializada

A gênese da ideia de “socialização” na Teoria do Apego pode ser encontrada já em Mary Ainsworth. Mais precisamente, em um texto de 1974, publicado por Ainsworth, Bell e Stayton, intitulado “*Infant mother attachment and social development: ‘socialization’ as a product of reciprocal responsiveness to signals*”. Os autores descobriram em seus estudos que, na existência de um apego seguro infantil e de um cuidador responsivo, a socialização da criança é positivamente influenciada.

Nessa condição de apego seguro, há uma relação cooperativa entre a criança e quem dela cuida. Ainsworth sustenta que o amor e a afeição, que neste caso são mútuos, levam a criança a seguir as normas de comportamento dos pais. Para ela, não se trata de adesão por medo de punição ou por ânsia por recompensa. Há, portanto, um relacionamento propício à socialização.

O parecer de Granqvist é que “por mais incompleto que seja esse retrato (basta ouvir os muitos cuidadores sensíveis que realmente lutam para fazer com que os seus obstinados filhos de 2 a 4 anos de idade ‘cooperem’), essa ideia, um tanto romântica, recebeu amplo apoio empírico além dos próprios estudos de Ainsworth” (2020, p. 130).

Com isso, não está sendo minorado o valor e a importância do uso de estratégias educacionais no desenvolvimento da criança. É preciso ter em mente que o relacionamento seguro confere autonomia à criança, ao mesmo tempo em que tira dela o medo dos seus cuidadores. Isso traz inúmeros benefícios, mas gera situações onde se nota certa teimosia

obstinada, sobretudo se a sua posição discordante lhe parecer legítima. O que se percebe, contudo, é uma tendência à identificação das opiniões cuidador-criança em questões cruciais.

Para sintetizar o que foi expresso acima, Granqvist recorre a noção de “confiança epistêmica”, proposta por Peter Fonagy. Ele discorre da seguinte forma:

A ideia posterior de confiança epistêmica, de Peter Fonagy (por exemplo, Fonagy & Campbell, 2015), ajuda a elucidar por que as crianças seguras, apesar de sua autonomia, tendem a concordar com os seus cuidadores em questões importantes. Resumindo, crianças seguras tiveram muitas experiências de serem respeitadas e priorizadas por seus cuidadores, que também as ajudaram a resolver estados de angústia e as conduziram com competência em situações desafiadoras. Com o tempo, então, as crianças seguras naturalmente passam a confiar na boa vontade e na competência de seus cuidadores. Assim, a posição padrão para a criança passa a ser de cooperação ou conformidade. No entanto, conforme ilustrado pelas descobertas relatadas por Corriveau e colaboradores (2009), se o pai diz ou faz algo que claramente não se pode ou não se deve confiar, a autonomia das crianças seguras normalmente se mostrará com vigor: “pai, você está louco! Eu não posso fazer isso!”. Assim, crianças seguras não absorvem o que os pais dizem ou fazem como esponjas, nem demonstram confiança cega ou obediência absoluta. Em vez disso, tendem a ser flexíveis e estratégicas, movendo-se entre posições de confiança padrão *versus* autonomia, dependendo da credibilidade das declarações específicas do cuidador sobre o mundo (2020, p. 131).

Contra a ideia de psicólogos evolucionários, de que com a aceitação da socialização se estaria dando um nome qualquer para um processo que na verdade não se conhece a causa (Buss, 1995), ou que se trataria meramente da defesa da noção de tábula rasa (Buss, 1995; Pinker, 2003), ou, ainda, que essa proposição levaria à conclusão de que as crianças absorvem crenças e valores como “esponjas” (Kirkpatrick, 2005), autores como Granqvist (2020) e Bandura (1977) sustentam que é perfeitamente possível e plausível associar evolução e socialização.

Lembrando da importância do aprendizado e entendendo a socialização como uma consequência funcional do apego – assim como a proteção física, por exemplo –, Granqvist apresenta o seu ponto de vista:

É hora de reconsiderar a aprendizagem e, particularmente, a aprendizagem social (incluindo a socialização), não apenas como um fenômeno de alguma forma ligado ao apego, mas como uma consequência funcional do apego. Aprender com a proximidade de cuidadores deve ajudar a sobrevivência das crianças através de maior identificação e gerenciamento de perigos. Ainda mais importante para nós aqui, aprender com figuras de apego deve aumentar a adaptação social e cultural da criança por meio da transmissão intergeracional de normas que são centrais para um determinado grupo social

e cultural. Além disso, defendo que o cuidado sensível e o apego seguro provavelmente facilitarão essas consequências funcionais (Granqvist, 2020, p. 132-133).

Colocado brevemente o impasse teórico e a tentativa de superá-lo, o foco agora recairá, mais detidamente, no modo como a correspondência socializada se conecta à religião. É o que será tratado a seguir, levando sempre em conta a sua importância para a construção de Deus como uma figura ideal.

3.1.2 A correspondência socializada na conexão apego-religião

Para dar o tom geral de como a correspondência socializada da Teoria do Apego se liga à religião, o trecho abaixo retoma panoramicamente as descobertas dos estudiosos da área:

Quando aplicada à conexão apego-religião, a noção de correspondência socializada implica, para as pessoas que estão seguras no que diz respeito ao apego, que a religião reflete *parcialmente* a correspondência com os padrões religiosos de suas figuras de apego, via aprendizagem social/socialização. Em outras palavras, pode-se esperar que as crenças religiosas e os comportamentos de pessoas que foram cuidadas por cuidadores relativamente sensíveis/responsivos, e que estão atualmente seguros no que se refere ao apego, reflitam os padrões religiosos de sua figura de apego sensível. Em contraste, pode-se esperar que indivíduos com apego inseguro adotem com menos frequência os padrões religiosos de sua figura de apego relativamente insensível ou indiferente (Granqvist, 2020, p. 133 – grifo próprio).

A questão da segurança na relação de apego é tão primordial, que proporciona a condição essencial para a socialização na religião dos pais ou cuidadores, mesmo para indivíduos que sofreram maus-tratos na infância. Pelo menos é isso o que Reinert e Edwards (2009) constataram em seus estudos. Pessoas que, quando crianças, foram vítimas de maus-tratos físicos e/ou verbais, permaneceram, majoritariamente, com o apego a Deus e com os seus conceitos a respeito de Deus mediados pelo apego aos pais⁵⁹.

⁵⁹ O artigo lidou com três formas de maus-tratos: verbal, físico e abuso sexual. Infelizmente, além da crueldade em si desses atos sofridos, os casos de abuso sexual especificamente mostraram uma forte correlação com a dificuldade de apego a Deus. Nessa situação, a mediação do apego aos pais se apresentou como insuficiente.

Outra descoberta que merece ser destacada, é que não se trata somente do apego seguro na infância, com os cuidadores. O próprio Granqvist desenvolveu estudos, publicados individualmente (2002) e em parceria (Greenwald, et al., 2021), onde foram constatados que o apego romântico seguro está associado também a níveis de religiosidade mais elevados. Como métrica, esses trabalhos utilizaram uma escala de religiosidade com base na socialização. Nota-se, com isso, a importância fundamental do apego seguro e da socialização, tanto na fase infantil quanto na fase adulta da vida, para que se chegue à concepção de Deus como uma figura de apego efetivamente ideal.

Entretanto, a religiosidade não é uma característica definitiva nas pessoas e, como já mencionado, indivíduos com apego seguro são exploradores, curiosos, flexíveis. Dessa forma, mudanças religiosas são perfeitamente possíveis. Mesmo nesses casos, Greenwald e seus colaboradores (2021) perceberam que as pessoas que experimentavam um apego romântico seguro tinham maior propensão de se converter à religiosidade ou irreligiosidade que os seus respectivos pais adotavam na sua infância.

Outro item importante apontado nos estudos que trabalham com a socialização e o apego seguro, dá conta de que nessas pessoas, seja no aumento ou na diminuição da religiosidade, seja na conversão ou na apostasia, o processo costumeiramente ocorre de forma gradual, e não é precedido por turbulência emocional. Além disso, ficou claro que há uma influência positiva de relacionamentos considerados de alguma forma relevantes, de apego e/ou não, com familiares, cônjuges, amigos e colegas, que constituem o contexto de vida da pessoa. Todos esses aspectos foram chamados por Granqvist e Hagekull (1999), de “temas de correspondência”.

Em vista disso, conforme a teoria foi avançando, foi ficando cada vez mais nítido que a correspondência socializada, proposta inicialmente por Ainsworth, e a correspondência por modelo de trabalho interno, originada em Bowlby, caminham juntas, e são aspectos complementares nos estudos sobre apego e religião. A seguir, trataremos brevemente da correspondência a partir do modelo de trabalho interno.

3.1.3 A correspondência pelo modelo de trabalho interno

Em Bowlby (1973) se encontra a ideia de que os padrões de apego permanecem durante a vida e tendem a ser replicados através das gerações, e que boa parte disso são consequências

dos modelos de trabalho interno. É a partir do contato recorrente com suas figuras de apego, das repetidas interações, que as crianças desenvolvem crenças e expectativas sobre a disponibilidade e a capacidade de resposta dada por seus cuidadores. Diante disso, são desenvolvidos modelos de trabalho interno, que guiam os comportamentos futuros, a emoção e a cognição das crianças em suas interações, tanto com os seus cuidadores quanto com outras conexões sociais.

O trajeto exposto acima é conhecido como processo de generalização dos modelos de trabalho interno. Ao abordar a conexão entre apego e religião, Kirkpatrick e Shaver (1990; Kirkpatrick, 1992) adotaram essa generalização como um princípio organizador central, e que sustenta as hipóteses de correspondência e de compensação. Granqvist e seu orientador, Hagekull (1999), procuraram inicialmente substituir a correspondência por modelos de trabalho interno pela correspondência socializada. Contudo, reconsideraram e logo também a assumiram (Granqvist; Hagekull, 2001).

Segundo a teoria, os modelos de trabalho interno operam em duas “camadas” distintas, onde a primeira se direciona às relações em geral, e a segunda é específica para relacionamentos particulares. Granqvist faz uma analogia topográfica, em que diz: “podemos considerar que o nível superior compreende um modelo altamente geral do eu e dos outros; que um segundo nível pode incluir modelos de relacionamentos pai-filho distinto dos relacionamentos entre pares; e assim por diante” (2020, p. 139). Bretherton e Munholland (2016) entendem que esses níveis de modelos de trabalho interno podem ser organizados hierarquicamente, enquanto Mikulincer e Shaver (2016) sustentam que são nós em uma rede de conexão neuronal maior. Granqvist e Kirkpatrick (2008; 2016) propõem que o relacionamento percebido do indivíduo para com Deus forma modelos de trabalho interno específicos, e estes têm lugar importante na hierarquia ou na rede neuronal.

Dada a interconexão que os estudiosos entendem existir entre os modelos de trabalho interno, como foi exemplificado acima, é possível antecipar como se estruturará a relação que a pessoa desenvolverá com Deus, seja ela de aceitação ou de negação. Granqvist traz um breve panorama da ideia e de como majoritariamente se manifesta nos diferentes tipos de apego:

A consideração da interrelação dos modelos de trabalho interno leva a um conjunto direto de previsões, referido como “correspondência por modelo de trabalho interno”: as diferenças individuais nas crenças e experiências religiosas devem corresponder às diferenças individuais nos modelos de trabalho interno de si e dos outros. Em outras palavras, os modelos de trabalho interno derivados de experiências baseadas no apego são generalizados para modelos mentais de Deus em relação a si mesmo. Deixando de lado a questão

da aprendizagem social, ou socialização, sugerimos que se pode esperar que os indivíduos que possuem modelos de trabalho interno generalizados positivos ou “seguros” de si mesmos e das suas figuras de apego, representem Deus e outras divindades em termos semelhantes. Da mesma forma, pode-se esperar que um apego evitativo se manifeste no domínio religioso como agnosticismo ou ateísmo, ou uma representação de Deus como remoto e inacessível (desativação/minimização religiosa). Além disso, um apego ansioso (ou resistente) pode encontrar expressão em um relacionamento profundamente emocional, que tudo consome e “pegajoso” com Deus (hiperativação/maximização religiosa). Finalmente, um apego desorganizado (e medroso) pode estar relacionado a uma representação de Deus como assustador e ameaçador (desorganização religiosa) (2020, p. 139).

Ainda a esse respeito, em seu livro intitulado *The warmth dimension: foundations of parental acceptance-rejection theory*, Ronald Rohner (1986) trouxe uma grande contribuição para a correspondência por modelos de trabalho interno, ainda que o seu estudo não versasse propriamente sobre o assunto em si. De todo modo, ele é um dos autores que ajudaram na compreensão de que essa correspondência pode ser percebida tanto na esfera individual quanto na cultural.

Em sua pesquisa transcultural e intracultural, Rohner constatou, entre os seus diversos resultados, que em culturas onde ocorre maior receptividade e cuidado por parte dos pais em relação aos filhos, tende a existir também uma representação cultural de Deus – ou dos deuses – como amoroso e sensível às necessidades das pessoas. Como já se pode imaginar, o inverso também usa ocorrer. Em culturas marcadas por paternidade rigorosa e omissa, a percepção a respeito de Deus comumente é de uma divindade raivosa, punitiva, distante.

Cassibba (et al., 2008) também trouxe uma enorme contribuição para o estudo do apego e da religião. A autora selecionou, em uma cidade do sul da Itália, 60 participantes, todos com alto nível de escolaridade. O mais interessante foi a especificidade da amostra escolhida: Cassibba trabalhou com dois grupos distintos de católicos-romanos, igualmente de 30 pessoas, tendo 15 mulheres e 15 homens em cada. O primeiro grupo era composto por religiosos (5 freiras, 10 noviças, 5 sacerdotes e 10 seminaristas), enquanto o segundo continha leigos paroquianos, que participavam de uma associação católica e frequentavam a igreja ao menos uma vez por semana.

Uma das suspeitas que orientou a pesquisa, era a de que o grupo de religiosos tinha maior probabilidade de experimentar um apego principal a Deus, quando comparado aos leigos,

sobretudo por fatores práticos, como a vida dedicada, o voto de castidade, da obediência e da pobreza, e os serviços religiosos diários, por exemplo.

Entre os resultados, os religiosos apresentaram níveis significativamente mais altos tanto em relação às experiências amorosas com as mães quanto na própria coerência dos discursos. Além disso, 80% do grupo foi classificado como seguro/autônomo. Já os leigos católicos se situaram dentro do padrão mundial de 60% de indivíduos seguros⁶⁰. Esse estudo também identificou que a imagem de Deus era representada de forma mais amorosa pelos participantes seguros do que pelos inseguros, independente do grupo em que estavam.

Para os nossos propósitos, não faz tanta diferença o percentual de apego seguro a Deus em diferentes grupos, apesar de ser um ponto bem intrigante. O que nos é mais fundamental, de fato, é que pesquisa após pesquisa tem se constatado a importância do apego seguro para que Deus efetivamente possa ser visto como uma figura de apego ideal. E a segurança, que pode até variar no que se refere as chances de se concretizar, oscilando, por exemplo, dependendo da função social desempenhada, conforme visto no estudo acima, passa de forma determinante pelo relacionamento de apego primário com os cuidadores.

Mas não passa só pela segurança do relacionamento primário. Já em 1992, Kirkpatrick e Shaver constataram que um apego romântico seguro contribui para um relacionamento mais elevado com Deus e para a percepção da divindade como sendo amorosa. Granqvist e Hagekull (2003) fortaleceram essa tese por meio de análise prospectiva. Entre os resultados, foi percebido um aumento da segurança na relação com Deus entre os participantes que formaram relacionamentos românticos seguros no período entre as avaliações de religiosidade.

Outro trabalho, que foge um pouco do nosso escopo, por lidar com judeus israelenses teístas, mas que merece referência, foi elaborado por Granqvist e Mikulincer (et al., 2012).

⁶⁰ Para chegar à porcentagem de 60% de indivíduos com apego seguro no mundo, Cassibba utiliza como referência a amostra com base no grupo não clínico relatado na meta-análise feita por van IJzendoorn e Bakermans-Kranenburg (1996).

Através do uso do *priming*⁶¹ subliminar, os autores fizeram três experimentos⁶², estimulando a ativação do sistema de apego sem que os participantes tivessem conhecimento prévio.

No primeiro desses estudos, os participantes foram expostos a um *priming* de ameaça, e indivíduos com apego romântico seguro experimentaram aumento do acesso cognitivo a conceitos relacionados com Deus, como porto seguro e base segura, por exemplo. Resultado, esse, também obtido por Birgegard e Granqvist (2004), em estudo com amostra predominantemente cristã na Suécia.

No segundo experimento, tendo como *priming* Deus como uma base segura, pessoas que apresentavam orientação de apego romântico relativamente segura, tiveram em mais alta conta ideias que estão relacionadas a conceitos positivos e seguros, dentre às quais, de amor e aceitação. Nesse caso houve dois grupos, e os indivíduos de apego seguro que tiveram o *priming* “Deus” também se sobressaíram aos de apego seguro que estavam no grupo de *priming* de controle neutro.

Por sua vez, o terceiro experimento trabalhou com três grupos, visando entender qual seria o resultado ao se expor os participantes de um dos grupos a um símbolo relacionado à religião (no caso, a imagem de um rolo da Torá), enquanto o segundo teria um símbolo neutro (imagem de um livro qualquer), e o terceiro não seria exposto a nada. Em seguida, foi

⁶¹ Em uma definição rápida, “*priming* consiste em um efeito de memória implícita, no qual ocorre a recuperação não consciente e não intencional de informação experienciada recentemente” (Sbicigo; Janczura; Salles, p. 1534, 2016). Em outra descrição, essa de acordo com o *APA Dictionary of Clinical Psychology*, *priming* é: “na psicologia cognitiva, o efeito no qual a experiência recente de um estímulo facilita ou inibe o processamento posterior do mesmo estímulo ou de um estímulo semelhante. No *priming* de repetição, a apresentação de um estímulo sensorial específico aumenta a probabilidade de os participantes identificarem o mesmo estímulo ou um estímulo semelhante posteriormente no teste. No *priming* semântico, a apresentação de uma palavra ou sinal influencia a maneira como os participantes interpretam uma palavra ou sinal subsequente” (VandenBos, p. 455, 2013).

⁶² O artigo traz, na verdade, quatro experimentos reunidos e conectados. Entretanto, o primeiro deles procura apenas verificar se existe correlação entre a amostra judaica em Israel e as amostras cristãs no Ocidente. No artigo é possível perceber que há convergência: “o estudo 1 foi concebido para replicar descobertas correlacionais anteriores fundamentadas em amostras cristãs no Ocidente, mas desta vez baseadas numa amostra judaica israelita. Em linha com a hipótese de correspondência por modelos de trabalho interno, as diferenças individuais nas orientações de apego interpessoal têm sido ligadas a diferenças individuais no apego a Deus e à imagem de Deus. Por exemplo, as pessoas com uma orientação de apego interpessoal seguro normalmente relatam um apego seguro a Deus e percebem Deus como amoroso e atencioso, enquanto as pessoas com uma orientação de apego interpessoal inseguro normalmente relatam um apego inseguro a Deus e percebem Deus como mais distante ou controlador” (Granqvist; Mikulincer; Gewirtz; Shaver, 2012, p. 806). Nesse sentido, apesar da importância do “estudo 1”, por confirmar em outro contexto as descobertas das pesquisas sobre o apego, o foco dessa referência são os estudos de 2 a 4.

apresentado a todos os partícipes a imagem de um ideograma chinês, para que eles o avaliassem. A apreciação mais positiva foi a do primeiro grupo.

A respeito desses estudos, Granqvist diz:

Não apenas a atenção a Deus foi mais intensificada para os indivíduos que relataram um apego romântico relativamente seguro do que para aqueles que relataram um apego inseguro quando confrontados com ameaças inconscientes, mas os primeiros indivíduos também foram mais propensos a associar implicitamente Deus a constructos de base segura e implicitamente se beneficiam mais de serem inconscientemente expostos a material relaciona a Deus (2020, p. 145).

Temos aqui algo que diz muito, no que se refere à construção de Deus como uma figura de apego ideal. Já foi falado várias vezes sobre a importância do apego seguro com as figuras terrenas de apego, para que se chegue a não apenas considerar Deus como perfeito, mas para efetivamente experimentar essa sensação no relacionamento com a divindade. Esse é um dos experimentos que aponta de modo bastante nítido nessa direção. Podemos inferir, através do estudo, que as pessoas que estão em um relacionamento romântico de apego relativamente seguro conseguem tirar melhor proveito da posição de Deus enquanto porto seguro e base segura, por exemplo.

Mesmo que uma pessoa com apego inseguro consiga articular uma ideia de Deus bastante semelhante a que é manifestada por um indivíduo de apego seguro, na ampla maioria dos casos isso ocorre apenas na esfera da linguagem. O que se percebe é que “o indivíduo rejeitado pode adotar ou professar crenças explícitas em um Deus amoroso no nível geral, semântico ou declarativo, mas pode, no entanto, representar Deus como rejeitador em um nível implícito/inconsciente” (Granqvist, 2020, p. 148).

De todo modo, inúmeros estudos têm corroborado a hipótese da correspondência por modelos de trabalho interno. A proposta de que a pessoa internaliza e “recalcula” as suas ações a partir da resposta mais ou menos afetiva e zelosa que recebe de seus cuidadores, e que posteriormente generaliza esses modelos para outras interações, tem sido sistematicamente verificada. Igualmente ratificada é a noção de que isso influencia no modo como a pessoa se entende enquanto digna de cuidado e amor, e na visão que terá de Deus enquanto base segura e porto seguro, como uma divindade confiável ou não.

Contudo, é fundamental dizer mais uma vez, que se trata de uma complementariedade entre a correspondência por modelos de trabalho interno e a correspondência socializada.

Segundo esse entendimento da Teoria do Apego voltada à religião, a forma como a pessoa representa o seu mundo desde criança resulta, entre outros fatores, das disposições cognitivas essenciais e do ajuste dessas disposições, promovido pela cultura. Dito de outra forma, a construção da percepção do indivíduo passa pela generalização dos modelos de trabalho, e estes modelos, por sua vez, são modulados pelo aprendizado social.

Portanto, ao pensarmos no seu desdobramento na religião, temos que:

A ideia básica é que, dada a escolha entre duas alternativas (por exemplo, representar Deus como amoroso ou rejeitador), as pessoas têm maior probabilidade de adotar uma do que a outra. Qual das alternativas será adotada dependerá não apenas de qual delas [as pessoas] foram expostas (aprendizagem social), mas também de como ela se harmoniza com suas disposições cognitivas (Granqvist, 2020, p. 147).

Apresentada a importância capital do apego seguro para que Deus possa ser efetivamente uma figura de apego ideal, ainda falta um olhar atento para a noção de “compensação”, a fim de delinear mais precisamente o desafio que é tornar Deus uma figura perfeita para as pessoas que infelizmente estão nos tipos inseguros de apego. Será, basicamente, o que abordaremos na próxima seção.

3.2 Trilha da compensação

Como o próprio nome sugere, a ideia básica da hipótese da compensação é a de que muitos indivíduos com experiência de apegos insatisfatórios, seja por causa da insensibilidade parental ou do relacionamento romântico, para reparar os seus estados de insegurança, recorrem a substitutos. Na religião, esse papel caberia a Deus ou outras divindades, mas, na vida de uma forma geral, essa função pode recair sobre animais de estimação, smartphones ou ursinho de pelúcia, por exemplo.

Bowlby (1969) notou que alguns objetos, como o cobertor ou um brinquedo específico, são utilizados por crianças pequenas como substituto concreto de apego diante da indisponibilidade da figura primária. Ainda na primeira infância podem surgir relacionamentos com entes incorpóreos, portanto, não concretos, como um amigo imaginário, mas que se mostram particularmente “verdadeiros” para a criança solitária.

É nessa direção que Ainsworth (et al., 1985) vai, ao propor que, após a primeira infância, a criança com apego inseguro, procurando regular o seu sistema, poderá tentar compensar suas necessidades afetivas não atendidas, orientando o seu apego em direção a alguém que não seja a sua figura de apego principal. Em idade escolar, essa tentativa pode se direcionar, por exemplo, aos melhores amigos e professores (Booth; Rubin; Rose-krasnor, 1998)⁶³.

Já na fase adulta, as substituições para a figura de apego incluem várias possibilidades, intencionando, como se pode imaginar, equilibrar o estresse e a insegurança atrelados ao apego. Granqvist (2020) ilustra essa diversidade, assinalando, para exemplificar, quatro substitutos: opioides, animais de estimação, lugares específicos e objetos como o smartphone.

Quando falamos de “substitutos de apego”, não estamos dizendo que todos eles são considerados realmente figuras de apego. Embora estudos sugiram que animais de estimação e divindades possam, de fato, assumir a função de figura de apego, na ampla maioria dos exemplos citados acima, estamos lidando com substituições que procuram compensar a ineficiência da figura de apego para regular o sistema em si. É, desse modo, um recurso prático e atrativo. Granqvist diz:

Esses e outros substitutos de apego têm algo em comum que deve ser especialmente atrativo para indivíduos inseguros: eles podem ser dotados de atributos diferentes daqueles esperados (através de modelos de trabalho negativo) dos parceiros de relacionamento humano. Por exemplo, ao confiar nesses alvos substitutos de apego, não é preciso temer rejeição interpessoal, traição, controle excessivo ou abandono [...] para evitar aplicações errôneas, reitero que só porque um objeto pode funcionar como um substituto de apego ou substituto para um indivíduo em particular (ou seja, *ao invés* de uma figura de apego humana), ele ou ela não tem necessariamente um “apego” a esse objeto (2020, p. 161 – grifo no original).

Ressalta-se, no entanto, que apesar da propensão de relacionar-se com substitutos de apego ser maior entre os indivíduos inseguros, não se trata de uma exclusividade, podendo muito bem ocorrer com pessoas que apresentam características de apego do tipo seguro. O ser

⁶³ O que não significa que essa tentativa de compensação efetivamente vá funcionar. No estudo é dito que “a identificação do melhor amigo como membro da rede de apoio emocional não estava relacionada à segurança, mas estava positivamente relacionada à competência social. Contudo, entre as crianças com apego inseguro, quanto maior for a dependência do melhor amigo para apoio emocional, maiores serão os problemas de externalização. Não foram encontrados efeitos compensatórios do apoio do melhor amigo na adaptação socioemocional de crianças com apego inseguro” (Booth; Rubin; Rose-krasnor, 1998, p. 427).

humano é complexo, e os limites conceituais do apego só dão conta de uma pequena parte do seu comportamento, e ainda assim, de modo limitado.

Por fim, entrando mais especificamente na questão de Deus enquanto uma figura de apego compensatória, Granqvist nos lembra outra vez da importância da cultura:

Se algum objeto, organismo ou atividade específica se torna ou não um substituto do apego, depende, em grande parte, de sua acessibilidade cultural e cognitiva. Por exemplo, se não houver opioides por perto, é mais provável que outros substitutos sejam procurados. Isso também se aplica a Deus. Assim, em um país altamente secularizado, onde a noção de Deus é mais ou menos cognitivamente inacessível, é mais provável que se confie em outros substitutos de apego (2020, p. 162).

Uma vez delimitado o conceito de “compensação” na Teoria do Apego, passaremos, agora, para um momento de mais detalhada atenção ao caminho da compensação na religião em si.

3.2.1 A trilha da compensação e a religião

Já dissemos que, quando a pessoa não recebe respostas positivas de sua figura de apego, no sentido de obter proximidade, receptividade e aprovação, por exemplo, ela adapta o seu sistema de apego, ambicionando estabilidade emocional. Mediante repetidos sinais, o indivíduo se baseia nas experiências anteriores, sendo muitas vezes capaz de prever que os seus esforços em busca de proximidade não terão o êxito desejado. Nessa conjuntura, há boa chance de se procurar por figuras de apego substitutas.

Pensando agora na religião, em vários contextos, Deus pode ser a opção mais apropriada para tal substituição. Um ser supremo pode ser a melhor, se não a única escolha viável em um período de grande angústia e solidão afetiva. Não por acaso, um dos alicerces que sustentou a hipótese da compensação, na primeira publicação que ligava o apego à religião, foi justamente o fato de aferir que a probabilidade de conversão religiosa repentina era maior entre pessoas classificadas com apego inseguro (Kirkpatrick; Shaver, 1990).

Nesse trabalho, Kirkpatrick e Shaver (1990, p. 328) destacaram que quase todos os relatos sobre o contexto de vida que conduziu a pessoa à conversão religiosa repentina, estavam

conectados a alguma das três circunstâncias: os que se converteram após os 30 anos majoritariamente tiveram problemas nos relacionamentos amorosos; enquanto os mais jovens tenderam a apresentar problemas na relação com os pais; um terceiro fator, bastante comum, era o sofrimento emocional grave, oriundo de diversos eventos e circunstâncias, como a doença e o luto, por exemplo.

Outras investigações transcorreram e Granqvist e Kirkpatrick (2004), para ter certeza de que não se tratava de mera casualidade, fizeram uma meta-análise dos resultados de 11 estudos transnacionais, que utilizaram questionários e investigaram as ligações entre conversões religiosas e a percepção do histórico de apego na infância com os pais. No total, 1465 pessoas participaram dessas pesquisas. Com o cruzamento dos dados, identificou-se que os indivíduos que narraram histórico de apego inseguro com os pais, apresentaram quase o dobro de conversões repentinas, se comparados com pessoas que relataram apego seguro.

Não diretamente ligado à Teoria do Apego, mas com resultados convergentes, Chana Ullman publicou um artigo intitulado “*Cognitive and emotional antecedents of religious conversion*” (1982), onde ficou bastante evidente a ocorrência massiva de conversão repentina precedida por perturbação acentuada das emoções. A autora, que fez os seus testes longitudinais com 40 convertidos e 30 religiosos, ainda traz em seus resultados pontos importantes, como: “a percepção dos convertidos sobre seus pais foi marcadamente mais negativa e a incidência de ausência paterna foi maior na amostra de convertidos” e “os convertidos relataram eventos mais traumáticos durante a infância e tenderam a descrever sua infância e adolescência como extremamente infelizes” (p. 183).

Foi falado mais do apego aos pais até aqui, mas estudos também têm sido elaborados com relação ao apego romântico, apresentando resultados igualmente atestatórios. Por exemplo, Granqvist e Hagekull (2003) descobriram, em um estudo prospectivo, que pessoas com apego romântico inseguro tiveram um aumento mais acentuado da religiosidade após o fim do relacionamento amoroso, em comparação com indivíduos de apego seguro.

Também, é interessante que esse mesmo estudo indicou uma redução da religiosidade entre pessoas com padrões de apego inseguro quando iniciavam um relacionamento romântico. Esse dado indica que a religiosidade desses indivíduos pode aumentar ou diminuir, dependendo da necessidade ou não de regular o sofrimento intenso. Nesse caso específico, a formação de uma nova relação íntima diminui a demanda por uma figura de apego substituta.

Para uma melhor compreensão das terminologias utilizadas pelos teóricos, é importante destacar que todos esses assuntos citados, por exemplo, os problemas de relacionamento com pais ou parceiros românticos, separação, doenças, crises como um todo, foram coletivamente chamados de “temas de compensação” por Granqvist e Hagekull (1999), recebendo ampla aceitação desde então.

Isso posto, Granqvist (2020, p. 169) traz um panorama das investigações sobre a compensação e a religião. Em suas palavras:

Uma interpretação das descobertas desses estudos de apego romântico é que, para as pessoas que se avaliam como indignas de amor e cuidado (ou seja, que possuem um modelo negativo de si mesmo) de outros humanos e que são altamente ansiosas (ou seja, cujos sistemas de apego são hiperativados), voltar-se para Deus pode ser possível por causa das características únicas de Deus em comparação com os parceiros de relacionamento humanos. Voltar-se para Deus é comparativamente isento de riscos porque a capacidade de resposta de uma figura incorpórea pode sempre ser imaginada como benevolente e nunca precisa ser experimentada como refutada. Além disso, em muitos sistemas de crenças religiosas, o amor de Deus é incondicional, então não é necessário ser “digno” de amor para recebê-lo. Alternativamente, o amor de Deus pode estar disponível através de determinados cursos de ação (por exemplo, boas ações, oração), que podem permitir que uma pessoa que de outra forma seria “indigna”, “ganhe” o amor e o perdão de Deus quando for mais necessário.

Parece, portanto, evidente que muitas pessoas inseguras utilizam a religião e a relação com Deus para compensar as suas aflições e restabelecer o seu equilíbrio emocional. De fato, até onde se sabe, isso está correto. Contudo, conforme mais estudos da Teoria do Apego voltados à religião foram sendo desenvolvidos, e o instrumental de pesquisa foi sendo refinado, se tornou cada vez mais nítido que não era tão simples e fácil defender as alegações iniciais sem acabar incorrendo, muitas vezes, em conflito com o que se verifica na realidade. Granqvist (2020, p. 163) argumenta que “muitos indivíduos religiosos evitativos provavelmente não recorrem habitualmente a Deus para regular a angústia; mas, ao contrário, tendem a se afastar de Deus por causa dos seus modelos de trabalho negativos dos outros, incluindo Deus”.

Além disso, Granqvist (2020, p. 163) ainda defende que pessoas com apego seguro também podem regular suas emoções a partir dos seus relacionamentos com Deus, bem como, tendem a alcançar a sensação de segurança por intermédio de Deus muito mais facilmente em

situações de desconforto. Desse modo, a percepção da compensação estritamente relacionada a “sentimentos” precisou ser revisitada⁶⁴.

Kirkpatrick e Granqvist (2008; 2013; 2016), então, trabalharam em conjunto, para propor não apenas uma hipótese da compensação que juntasse alguns poucos dados para fazer previsões a respeito das pessoas, mas uma “trilha da compensação”, que leva em conta o caminho de desenvolvimento do indivíduo na religião. Desse modo, Granqvist (2020, p. 163-164) indica que, ao pensar no apego inseguro e na compensação, a ideia é que:

Com a compensação vista como um caminho de desenvolvimento, esperamos que, na medida em que os indivíduos com apego inseguro desenvolvam religiosidade/espiritualidade, eles o façam usando Deus e outras entidades religiosas ou espirituais como substitutos do apego para regular o sofrimento. Ainda mais especificamente, agora suspeito que a religião/espiritualidade, no caso do apego inseguro, frequentemente se desenvolve como uma resposta à turbulência emocional que é suficientemente grave para derrubar as estratégias de regulação emocional secundária (ou insegura) do indivíduo inseguro. Em outras palavras, no contexto de turbulência avassaladora, a religião/espiritualidade pode ajudar a ativar a estratégia primária (busca de proximidade, segurança) da pessoa insegura, embora em relação a uma figura de apego substituta (por exemplo, Deus).

Portanto, não se trata mais de somente identificar possíveis aspectos envolvidos na compensação enquanto um momento, mas de entendê-la como um processo de avanço na regulação emocional que se dá com o auxílio da relação com Deus. Esta, por sua vez, permite que a pessoa perceba respostas positivas à estratégia primária de apego, proporcionando conforto emocional.

E o processo é bastante importante, pois está para além do uso que a pessoa faz de Deus e da religião. Diz respeito também ao resultado prático da efetividade ou não de tal substituição da figura de apego. Por exemplo, no já citado trabalho de Greenwald (et al., 2021) foi constatado que tanto os convertidos quanto os apóstatas de apego inseguro que mudaram as suas orientações religiosas em um momento de acentuada perturbação das suas emoções, na grande maioria dos casos, mantiveram níveis elevados de ansiedade e angústia, enquanto o bem-estar se manteve baixo.

⁶⁴ De fato, Granqvist e Hagekull (1999) propõem tanto a noção de “correspondência socializada” quanto a de “compensação emocional”. Posteriormente, abandonam a segunda terminologia, pois entendem haver a necessidade de expandir o conceito para além das emoções.

Atento a isso, Granqvist (2020, p. 179) adverte que “a mudança religiosa, seja conversão ou apostasia, pode ser benéfica se ocorrer no contexto de outros relacionamentos positivos e de apoio (por exemplo, com crentes religiosos), mas não quando a mudança religiosa reflete uma tentativa solitária de regular o sofrimento”.

O que se percebe é que as pessoas tendem a manter com Deus o mesmo tipo de relacionamento que mantinham com outras figuras de apego. Isso faz com que indivíduos com apego inseguro repliquem o mesmo padrão de relacionamento que tinham com a figura de apego substituída, ainda que apresentem segurança no nível semântico.

A religião como compensação pode levar ao equilíbrio emocional, ao ajustamento psicológico, pode promover a sensação de segurança e tantos outros benefícios. Contudo, a melhor forma de que isso seja alcançado e conservado, é com o auxílio de outras pessoas. Granqvist diz:

A maior parte das evidências, juntamente com o julgamento clínico, apontam para a importância de que o indivíduo com insegurança no apego e que está no caminho da compensação possa lucrar ao ser “mantido” por um grupo estável de companheiros crentes, como uma comunidade religiosa e cuidadores pastorais, em vez de ficar inteiramente sozinho. Isso deve ser útil não apenas para manter o caminho religioso ou espiritual no qual o indivíduo embarcou e para prevenir a regressão à “vida anterior” de sofrimento e potencial “idolatria” (por exemplo, envolvimento com substâncias viciantes e objetos materiais), mas também em mostrar que outros humanos podem ser confiáveis. À parte, um grupo inclusivo de companheiros crentes também pode desafiar proveitosamente quaisquer usos rigidamente defensivos de Deus e da religião, e contrariar sentimentos de vergonha e pecaminosidade aos quais o indivíduo inseguro pode ser propenso. As experiências reparadoras nos relacionamentos com parceiros de interação humana provavelmente aumentarão substancialmente, a longo prazo, quaisquer efeitos iniciais positivos que possam resultar da experiência do amor e do apoio de Deus (2020, p. 180).

Percebe-se aqui, mais uma vez, a relevância do contexto social, para que os benefícios da função de Deus, como figura substituta de apego, sejam concretizados. Como visto, Deus é uma figura de apego substituta possível, mas que costuma falhar – como todas as outras – em manter a regulação do sistema de apego por longos períodos, em caso de um uso compensatório, que se dê de forma isolada (apenas o indivíduo e Deus). Ter pessoas que sirvam de sustentação no processo, na trilha, é fundamental para que a segurança sentida possa ser alcançada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, duas questões não abordadas no texto precisam ser ao menos destacadas. A primeira diz respeito à ambivalência com a qual Deus é, muitas vezes, representado. Através da Bíblia, por exemplo, é possível encontrar uma divindade promotora da paz, que é o próprio amor, e onde verdadeiramente se encontra vida; mas também pode ser visto um Deus que é Senhor dos exércitos, dono de implacável ira e exterminador de povos. Ademais, o simples fato de se admitir Deus como uma figura de apego viável, comporta em si a plausibilidade de estender a ele a característica de ambivalência presente em todas as figuras de apego terrenas.

A Teoria do Apego reconhece isso, mas entende que no relacionamento em si, entre a divindade e o crente, é o tipo de apego que melhor determinará a percepção que a pessoa tem de Deus e o modo como usufruirá desse relacionamento. É o padrão individual que influenciará a assimilação particular de Deus.

Nota-se que a questão das qualidades que o indivíduo imputa ao ser divino é facilitada pela imaterialidade dessa figura de apego, no sentido de permitir quase que uma liberdade completa na atribuição, mediada, sobretudo, pelo seu apego majoritário. O trecho abaixo, apesar de se referir à cooperação e comportamento social, ilustra bem a compreensão que se tem, através da teoria, da ambivalência divina:

Especialmente para indivíduos com apego seguro e que têm uma representação de Deus mais coerente e benevolente, tal postura cooperativa deveria surgir em parte da (percebida) “responsividade mútua” em seu relacionamento com Deus, e não meramente de uma sensação de estar sendo observado por um ser autoritário, desagradável e ameaçador do fogo do inferno. Na verdade, é improvável que a maioria dos indivíduos com apego seguro represente Deus como autoritário em primeiro lugar. Em vez de, ou além de ativar processos de temor a Deus, Deus pode funcionar como um modelo comportamental pró-social para eles, e eles podem sentir-se intrinsecamente motivados a agir de acordo com esse modelo (Granqvist, 2020, p. 249).

Desse modo, pensando na pessoa com padrão seguro, há, ou pode haver, temor a Deus, mas a representação e a percepção do ser divino é bondosa. É quase como se a ambivalência fosse possível apenas na comparação entre diferentes percepções individuais de Deus e não que se referisse a um traço característico da divindade, como a Bíblia sugere, por exemplo. Neste

trabalho permanece em aberto se realmente é este o caso, e, se for, também deve-se pensar a respeito da força e da fragilidade de tal posicionamento.

Uma segunda questão está ligada ao desenvolvimento humano. Foram desconsideradas, neste estudo, peculiaridades de cada faixa etária, priorizando predominantemente o apego adulto. Contudo, apesar da dissertação não abordar diretamente esse tema, trata-se de um ponto que não pode simplesmente ser ignorado. Granqvist defende que “as representações das pessoas e as relações percebidas com uma divindade andam de mãos dadas com – na verdade, são diretamente construídas sobre – a maturação relacionada ao apego” (2020, p. 70). Portanto, o desenvolvimento da capacidade cognitiva do sujeito deve ser considerado ao se pensar a relação de apego Deus-crente. Mais uma vez, é ao apego adulto que estamos nos referindo.

Dando seguimento, como pode ser visto, normalmente os próprios estudiosos da díade apego-religião costumam associar a concepção de *ideal* meramente às funções e aos atributos divinos. Um exemplo disso, citado na epígrafe do presente estudo, é: “Deus é construído como uma figura de apego, e não apenas como qualquer figura de apego, mas de fato como a *ideal* – aquela ‘que está sempre presente’ e cuja benevolência, conhecimento e poder são nada menos que a perfeição (Granqvist, 2020, p. 62 – grifo no original).

Não há dúvida de que se trata de um recurso ortográfico para reforçar a noção de sublimidade que se pretende outorgar a Deus. Portanto, se mostra mais como uma concessão retórica, uma espécie de licença poética, e não como o posicionamento efetivo dos autores trabalhados. Tanto é assim, que são os escritos desses pesquisadores que tornaram, inicialmente, possível essa dissertação.

Contudo, para que Deus possa ser concebido como uma figura de apego efetivamente ideal, não bastam atributos exaltados e funções desempenhadas com excelência. Como se pretendeu demonstrar, para que haja sucesso no objetivo, é necessária uma intrincada confluência entre acontecimentos de esferas distintas.

Sendo mais preciso, Deus tem que possuir qualidades extremamente elevadas, funcionar como base segura e porto seguro, ser acessível e comunicável mediante oração. Mas, além disso, também precisa que a pessoa tenha um apego predominantemente seguro, ou, pelo menos, que o padrão de apego inseguro, formatado em relações com figuras terrenas insensíveis, se transforme em seguro ao valer-se de Deus como figura de apego substituta e compensatória. Entretanto, foi destacado que isso parece altamente improvável, ainda mais se o indivíduo não tiver auxílio de outras pessoas no processo.

Além disso, o próprio padrão de apego do indivíduo depende, em boa medida, de como ele foi atendido pelos seus cuidadores na infância. Ou seja, é um moderador em si. Nesse ponto específico, para adicionar complexidade, o acesso a Deus também é mediado pela religiosidade ou irreligiosidade desses cuidadores. E essas duas variáveis interagem diretamente, o que significa que, a depender do apego da pessoa, existe maior ou menor chance de sua ligação com a religião convergir ou divergir da opção religiosa professada pelos cuidadores.

Às já referidas casualidades, soma-se o modo como a divindade é retratada na cultura da qual o indivíduo faz parte. Dessa forma, para que Deus possa ser efetivamente entendido como uma figura de apego ideal, é fundamental que haja sintonia entre o aspecto biológico, o ambiente e a cultura.

Previamente, não há qualquer obstáculo relacionado ao aspecto biológico, uma vez que nós, seres humanos, temos a inata propensão de criar laços afetivos duradouros, entre os quais, o de apego é o principal. Isso posto, as formas como as relações de apego se desenvolvem ao longo da vida influenciam decisivamente o tipo de apego preponderantemente demonstrado pela pessoa. E, como argumentado, para que a figura de Deus atinja a sublimidade, um apego seguro será quase essencial.

Quanto ao ambiente, aqui estamos falando do contexto imediato, da socialização que começa em casa, do processo em que a criança conhece e se aprofunda na conjuntura que envolve o cotidiano dos cuidadores, que pode ou não envolver a religião, e isso de forma positiva ou negativa, com intensidade ou superficialmente. Não se trata da relação com os cuidadores em si, mas do cenário particular em que a pessoa está inserida.

Por fim, a cultura é fundamental enquanto o contexto amplo onde a vida propriamente se desenvolve. Como visto, a cultura, inevitavelmente, interfere na percepção que o sujeito tem de Deus e na configuração que a possível relação com a divindade adquire. Um bom exemplo disso, desconsiderando os seus próprios conflitos internos de posicionamento, são as formulações teológicas cristãs, que ajudaram a arquitetar, em grande medida, o que chamamos de Ocidente, e que costumam balizar muito do que se passa no relacionamento entre o fiel e Deus.

Portanto, para falar de Deus como uma figura de apego ideal, é necessário ir além do delineamento habitual do ser divino como forte, cuidador e conhecedor de tudo e de todos. Pensar em Deus como figura de apego ideal, é apontar para uma complexa estrutura, que precisa alinhar adequadamente o aspecto biológico, o ambiente imediato e a cultura da pessoa que crê.

Sem esses pilares, é bastante improvável que a divindade sublime, que costumamos ter em mente ao utilizar o termo “deus”, esteja de fato presente na relação.

BIBLIOGRAFIA

- AINSWORTH, Mary. Attachments across the life span. **Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v. 61, n. 9, p. 792-812, 1985.
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1911889/>.
- AINSWORTH, Mary; BELL, Silvia; STAYTON, Donelda. Infant mother attachment and social development: “socialization” as a product reciprocal responsiveness to signals. *In*: RICHARDS, Martin. (ed.). **The integration of a child into a social world**. London: Cambridge University Press, 1974. p. 99-135.
- AINSWORTH, Mary; BLEHAR, Mary; WATERS, Everett; WALL, Sally. **Patterns of attachment: a psychological study of the Strange Situation**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.
- ALLPORT, Gordon. **The individual and his religion: a psychological interpretation**. New York: Macmillan, 1950.
- ARSENIAN, Jean. Young children in an insecure situation. **Journal of Abnormal and Social Psychology**. v. 38, n. 2, p. 225-249, 1943. <https://doi.org/10.1037/h0062815>.
- AUGUST, Hartmut; ESPERANDIO, Mary R. G. Apego a Deus: revisão integrativa de literatura empírica. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 1039-1072, 2019.
<https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2019v17n53p1039>.
- AUGUST, Hartmut; ESPERANDIO, Mary R. G. Teoria do Apego e apego a Deus no aconselhamento: estudo de caso. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 60, n. 1, p. 298-314, 2020. <http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i1.3468>.
- AUGUST, Hartmut; ESPERANDIO, Mary R. G. Teoria do apego: origem, desenvolvimento e perspectivas. *In*: COMISSÃO ORGANIZADORA DO V CONGRESSO DA ANPTECRE. **Anais do V Congresso da ANPTECRE “Religião, Direitos Humanos e Laicidade”**. Curitiba, v. 5, p. ST1111, 2015.
- BANDURA, Albert. **Social learning theory**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1977.
- BARBOSA, Evandro; COSTA, Thaís Christina A. **Metodologia e prática de pesquisa em filosofia**. Pelotas: NEPFIL online, 2015. <https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2019/02/3-metodologia-e-pratica-de-pesquisa-em-filosofia.pdf>.
- BIRGEGARD, Andreas; GRANQVIST, Pehr. The correspondence between attachment to parents and God: three experiments using subliminal separation cues. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 30, n. 9, p. 1122-1135, 2004.
<https://doi.org/10.1177/0146167204264266>.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2013.

BOWLBY, John. A Contribution by John Bowlby: The Tavistock Clinic. **Bulletin of the Royal College of Psychiatrists**, v. 5, n. 1, p. 2-4, 1981.

<https://doi.org/10.1192/S0140078900014814>.

BOWLBY, John. **A secure base**: Clinical applications of attachment theory. London: Routledge, 1988.

BOWLBY, John. **Attachment and loss**, v. 1: Attachment. New York: Basic Books, 1969.

BOWLBY, John. **Attachment and loss**, v. 2: Separation: anxiety and anger. New York: Basic Books, 1973.

BOWLBY, John. **Attachment and loss**: v. 3: Loss. New York: Basic Books, 1980.

BOWLBY, John. Nature of the child's tie to his mother. **International Journal of Psycho-Analysis**, v. 39, p. 350-373, 1958.

<http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/online/nature%20of%20the%20childs%20tie%20bowlby.pdf>.

BOWLBY, John. Separation anxiety. **International Journal of Psycho-Analysis**, v. 41, p. 89-113, 1960. https://www.sas.upenn.edu/~cavitch/pdf-library/Bowlby_Separation.pdf.

BOWLBY, John. Pathological mourning and childhood mourning. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 11, n. 3, p. 500-541, 1963.

<https://doi.org/10.1177/000306516301100303>.

BOWLBY, John; AINSWORTH, Mary; BOSTON, Mary; ROSENBLUTH, Dina. The effects of mother-child separation: a follow-up study. **British Journal of Medical Psychology**, v. 29, n. 3-4, p. 211-247, 1956.

<https://doi.org/10.1111/j.2044-8341.1956.tb00915.x>.

BRETHERTON, Inge. The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. **Developmental Psychology**, v. 28, n. 5, p. 759-775, 1992.

<https://doi.org/10.1037/0012-1649.28.5.759>.

BRETHERTON, I.; MUNHOLLAND, K. The internal working model construct in light of contemporary neuroimaging research. *In*: CASSIDY, J.; SHAVER, P. (eds.). **Handbook of Attachment**: theory, research, and clinical applications (3^a ed.). New York: Guilford Press, 2016. p. 63-88.

BROEN JUNIOR, W. E. A factor-analytic study of religious attitudes. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 54, n. 2, p. 176-179, 1957.

<https://doi.org/10.1037/h0048923>.

BOOTH, C.; RUBIN, K.; ROSE-KRASNOR, L. Perceptions of emotional support from mother and friend in middle childhood: links with social-emotional adaptation and preschool attachment security. **Child Development**, v. 69, n. 2, p. 427-442, 1998.

<https://doi.org/10.2307/1132176>.

BURLINGHAM, Dorothy; FREUD, Anna. **Young Children in War- time**. Oxford: Allen & Unwin, 1942.

BUSS, David. Evolutionary psychology: a new paradigm for psychological science. **Psychological Inquiry**, v. 6, n. 1, p. 1-30, 1995.
https://doi.org/10.1207/s15327965pli0601_1.

CASSIBBA, R.; GRANQVIST, P.; COSTANTINI, A.; GATTO, S. Attachment and God representations among lay catholics, priests, and religious: a matched comparison study based on the adult attachment interview. **Developmental Psychology**, v. 44, n. 6, p. 1753-1763, 2008. <https://doi.org/10.1037/a0013772>.

CASSIBBA, R.; PAPAGNA, S.; CALABRESE, M.; COSTANTINO, E.; PATERNO, A.; GRANQVIST, P. The role of attachment to God in secular and religious/spiritual ways of coping with a serious disease. **Mental Health, Religion & Culture**, v. 17, n. 3, p. 252-261, 2014. <https://doi.org/10.1080/13674676.2013.795138>.

CASSIDY, Jude; SHAVER, Phillip. **Handbook of Attachment: theory, research, and clinical applications** (3^a ed.). New York: Guilford Press, 2016.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**. v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** (2^a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUTHBERT, A.; CHUNG, J. Faith in the wake of disaster: a longitudinal qualitative study of religious attachment following a catastrophic flood. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 11, n. 6, p. 578-587, 2019.
<https://doi.org/10.1037/tra0000425>.

DAVIS, E.; KIMBALL, C.; ATEN, J.; ANDREWS, B.; VAN TONGEREN, D.; HOOK, J.; DAVIS, D.; GRANQVIST, P.; PARK, C. Religious meaning making and attachment in a disaster context: a longitudinal qualitative study of flood survivors. **The Journal of Positive Psychology**, v. 14, n. 5, p. 659-671, 2018. <https://doi.org/10.1080/17439760.2018.1519592>.

DAVIS, E.; KIMBALL, C.; ATEN, J.; HAMILTON, C.; ANDREWS, B.; LEMKE, A.; HOOK, J. R.; CAPTARI, L.; GRANQVIST, P.; HOOK, J. N.; DAVIS, D.; VAN TONGEREN, D.; CATTRELL, E.; CUTHBERT, A.; CHUNG, J. Faith in the wake of disaster: a longitudinal qualitative study of religious attachment following a catastrophic flood. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 11, n. 6, p. 578-587, 2019. <https://doi.org/10.1037/tra0000425>.

Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2012.

DUSCHINSKY, Robbie. **Cornerstones of Attachment Research**. New York: Oxford University Press, 2020.

EAGLE, Morris. **Attachment and psychoanalysis**. New York: Guilford Press, 2013.

EAGLE, Morris. The developmental perspectives of attachment and psychoanalytic theories. *In: GOLDBERG, S.; MUIR, R.; KERR, J. (eds.). Attachment Theory: Social, Developmental, and Clinical Perspectives.* New York: Routledge, 2000. p. 123-150.

ESPERANDIO, Mary R. G.; AUGUST, Hartmut. Teoria do Apego e comportamento religioso. **Cultura e comunidade.** Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 243-265, 2014. <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2014v9n16p243>.

FONAGY, Peter. Mutual regulation, mentalization, and therapeutic action: a reflection on the contributions of Ed Tronick to developmental and psychotherapeutic thinking. **Psychoanalytic Inquiry.** v. 35, n. 4, 355-369, 2015. <https://doi.org/10.1080/07351690.2015.1022481>.

FONAGY, Peter. Points of contact and divergence between psychoanalytic and attachment theories: is psychoanalytic theory truly different. **Psychoanalytic Inquiry,** v. 19, n. 4, p. 448-480, 1999. <https://doi.org/10.1080/07351699909534264>.

FONSECA, João José S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALLUP, G.; JONES, S. **100 questions and answers: religion in America.** Princeton Religion Research Center, 1989.

GRANQVIST, Pehr. Attachment and religiosity in adolescence: cross-sectional and longitudinal evaluations. **Personality and Social Psychology Bulletin,** v. 28, n. 2, p. 260-270, 2002. <https://doi.org/10.1177/0146167202282011>.

GRANQVIST, Pehr. **Attachment in religion and spirituality: a wider view.** New York: Guilford Press, 2020.

GRANQVIST, Pehr. Religiousness and perceived childhood attachment: on the question of compensation or correspondence. **Journal for the Scientific Study of Religion,** v. 37, n. 2, p. 350-367, 1998. <https://doi.org/10.2307/1387533>.

GRANQVIST, Pehr; HAGEKULL, Berit. Longitudinal predictions of religious change in adolescence: contributions from the interaction of attachment and relationship status. **Journal of Social and Personal Relationships,** v. 20, n. 6, p. 793-817, 2003. <https://doi.org/10.1177/0265407503206005>.

GRANQVIST, Pehr; HAGEKULL, Berit. Religiousness and perceived childhood attachment: profiling socialized correspondence and emotional compensation. **Journal for the Scientific Study of Religion,** v. 38, n. 2, p. 254-273, 1999. <https://doi.org/10.2307/1387793>.

GRANQVIST, Pehr.; HAGEKULL, Berit. Seeking security in the New Age: on attachment and emotional compensation. **Journal for the Scientific Study of Religion,** v. 40, n. 3, p. 527-545, 2001. <https://doi.org/10.1111/0021-8294.00075>.

- GRANQVIST, Pehr; KIRKPATRICK, Lee. Religious conversion and perceived childhood attachment: a meta-analysis. **International Journal for the Psychology of Religion**, v. 14, n. 4, p. 223-250, 2004. https://doi.org/10.1207/s15327582ijpr1404_1.
- GRANQVIST; Pehr. KIRKPATRICK, Lee. Attachment and religious representations and behavior. *In*: CASSIDY, J.; SHAVER, P. (eds.). **Handbook of Attachment: theory, research, and clinical applications** (2^a ed.). New York: Guilford Press, 2008. p. 906-933.
- GRANQVIST; Pehr. KIRKPATRICK, Lee. Attachment and religious representations and behavior. *In*: CASSIDY, J.; SHAVER, P. (eds.). **Handbook of Attachment: theory, research, and clinical applications** (3^a ed.). New York: Guilford Press, 2016. p. 856-878.
- GRANQVIST; Pehr. KIRKPATRICK, Lee. Religion, spirituality, and attachment. *In*: PARGAMENT, Kennet (ed.). **APA handbook for the psychology of religion and spirituality: Vol 1. Context, theory, and research**. Washington DC: American Psychological Association, 2013. p. 129-155.
- GRANQVIST, P.; MIKULINCER, M.; GEWIRTZ, V.; SHAVER, P. Experimental findings on God as an attachment figure: normative processes and moderating effects of internal working models. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 103, n. 5, p. 804-818, 2012. <http://doi.org/10.1037/a0029344>.
- GREENWALD, Y.; MIKULINCER, M.; GRANQVIST, P.; SHAVER, P. Apostasy and conversion: attachment orientations and individual differences in the process of religious change. **Psychology of Religion and Spirituality**, v.13, n. 4, p. 425-436, 2021. <https://doi.org/10.1037/rel0000239>.
- HEILER, Friedrich. **Prayer: a study in the history and psychology of religion**. New York: Oxford University Press, 1932.
- HOLMES, Jeremy. **John Bowlby and Attachment Theory**. London: Routledge, 1993.
- KAREN, Robert. **Becoming attached: Unfolding the mystery of the infant-mother bond and its impact on later life**. New York: Warner Books, 1994.
- KAUFMAN, Gordon. **The theological imagination: constructing the concept of God**. Philadelphia: Westminster Press, 1982.
- KIRKPATRICK, Lee. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.
- Kirkpatrick, Lee. An attachment-theory approach to the psychology of religion. **International Journal for the Psychology of Religion**, v. 2, n. 1, p. 3-28, 1992. https://doi.org/10.1207/s15327582ijpr0201_2.
- KIRKPATRICK, Lee; SHAVER, Phillip. An attachment-theoretical approach to romantic love and religious belief. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 18, n. 3, p. 266-275, 1992. <https://doi.org/10.1177/0146167292183002>.

KIRKPATRICK, Lee; SHAVER, Phillip. Attachment theory and religion: childhood attachments, religious beliefs, and conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**. v. 29, p. 315-334, 1990.

KUPOR, D.; LAURIN, K.; LEVAV, J. Anticipating divine protection? Reminders of God can increase nonmoral risk taking. **Psychological Science**, v. 26, n. 4, p. 374-384, 2015.
<https://doi.org/10.1177/0956797614563108>.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **fundamentos de metodologia científica** (5ª ed.). São Paulo: Atlas, 2003.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAY, K. L.; WATERS, E.; POSADA, G.; RIDGEWAY, D. Attachment security, affect regulation, and defensive responses to mood induction. **Monographs of the Society for Research in Child Development**, v. 60, n. 2-3, p. 179-196, 1995.

LIMA, Gercina. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 108-122, 2010.
<https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000200008>.

MAIN, Main.; SOLOMON, Judith. Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In BRAZELTON, Thomas Barry; YOGMAN, Michael. (eds.). **Affective development in infancy**. New York: Ablex Publishing, 1986. p. 95-124.

MAIN, Main.; SOLOMON, Judith. Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In GREENBERG, Mark; CICHETTI, Dante; CUMMINGS, Edward. (eds.). **Attachment in the Preschool Years**. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 121-160.

MIKULINCER, Mario; SHAVER, Phillip. **Attachment in adulthood: structure, dynamics, and change** (2ª ed.). New York: Guilford Press, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (14ª ed.). São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

NAGERA, Humberto. Children's reactions to the death of important objects: A developmental approach. **Psychoanalytic Study of the Child**. v. 25, n. 1, p. 360-400, 1970.
<https://doi.org/10.1080/00797308.1970.11823287>.

PAIVA, Geraldo. **Psicologia da Religião: uma introdução**. São Paulo: Edusp, 2022.

PAIVA, Geraldo. Teorias contemporâneas da Psicologia da Religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 347-366.

PARGAMENT, Kenneth. **The psychology of religion and coping: Theory, research, practice**. New York: Guilford Press, 1997.

PINKER, Steven. **The blank slate**: the modern denial of human nature. New York: Penguin, 2003.

REINERT, Duane.; EDWARDS, Carla E. Attachment Theory, childhood mistreatment, and religiosity. **Psychology of Religion and Spirituality**, v. 1, n. 1, p. 25-34, 2009. <https://doi.org/10.1037/a0014894>.

RIBEIRO, Gabriel de Almeida. **A Influência do “Bible Belt” Estadunidense na Política Externa dos Estados Unidos Durante o Governo de George W. Bush (2001-2009)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

RIBEIRO, José L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, saúde e doenças**. v. 1, n. 3, p. 671-682, 2014. <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150309>.

ROBERTSON, James. **Hospitals and children**: A parent’s eye view: A review of letters from parents to the observer and the BBC. New York: International Universities Press, 1962.

ROHNER, Ronald. **The warmth dimension**: foundations of parental acceptance-rejection theory. Beverly Hills: Sage Publications, 1986.

SBICIGO, Juliana B.; JANCZURA, Gerson A.; SALLES, Jerusa, F. Considerações metodológicas na elaboração de experimentos com *priming* de repetição. **Temas em Psicologia**. v. 24, n. 4, p. 1533-1547, 2016. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.4-19>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** (23^a ed.). São Paulo: Cortez, 2007.

SPIILKA, Bernard; SHAVER, Phillip; KIRKPATRICK, Lee. A general attribution theory for the psychology of religion. **Journal for the Scientific Study of Religion**. v. 24, n. 1, p. 1-20, 1985. <https://doi.org/10.2307/1386272>.

SUTTIE, Ian. **The Origins of Love and Hate**. London: Free Association Books, 1935.

TEIXEIRA, Faustino. A experiência de Deus nas religiões. **Numen**: revista de estudos e pesquisa da religião. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 111-148, 2000. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21730>.

THOMPSON, Ross; SIMPSON, Jeffrey; BERLIN, Lisa. **Attachment**: the fundamental questions. New York: Guilford Press: 2021.

ULLMAN, Chana. Cognitive and emotional antecedents of religious conversion. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 43, n. 1, p. 183-192, 1982. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.43.1.183>.

VANDENBOS, Gary R. **APA Dictionary of Clinical Psychology**. Washington, DC: American Psychological Association, 2013. <https://doi.org/10.1037/13945-000>.

VAN DER HORST, Frank. **John Bowlby**: from Psychoanalysis to Ethology: unravelling the roots of Attachment Theory. Oxford: Blackwell, 2011.

VAN DER HORST, Frank; VAN DER VEER, Rene. The ontogeny of an idea: John Bowlby and contemporaries on mother-child separation. **History of Psychology**, v. 13, n. 1, p. 25-45, 2010. <https://doi.org/10.1037/a0017660>.

VAN DIJKEN, Suzan. **John Bowlby: His Early Life - A Biographical Journey into the Roots of Attachment Theory**. London: Free Association Books, 1998.

VAN IJZENDOORN, M.; BAKERMANS-KRANENBURG, M. Attachment representations in mothers, fathers, adolescents, and clinical groups: a meta-analytic search for normative data. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 64, n. 1, p. 8-21, 1996. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.64.1.8>.

VAN ROSMALEN, Lenny.; VAN DER VEER, Rene.; VAN DER HORST, Frank. Ainsworth's strange situation procedure: the origin of an instrument. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**. v. 51, n. 3, p. 261-284, 2015. <https://doi.org/10.1002/jhbs.21729>.

VOGT, William Paul. **Dictionary of statistics e methodology: a nontechnical guide for the social sciences** (3^a ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1996.